

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada**

Alessandra Costa Mamede

**Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta:
Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro
Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)**

**Rio de Janeiro
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada**

Alessandra Costa Mamede

**Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta:
Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro
Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História Comparada,
Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais, Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Mestre em História Comparada**

Orientador: Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho

**Rio de Janeiro
2005**

Mamede, Alessandra Costa .

Conjunto Habitacional Antares e Favela do Morro Santa Marta - Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987) / Alessandra Costa Mamede. ==2005

Dissertação (Mestrado em História Comparada)
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

Orientador: Silvio Carvalho de Almeida Carvalho Filho

1. Favelas e Conjuntos Habitacionais. 2. Santa Marta e Antares. 3. Tráfico de drogas 4. Leonel Brizola -
Dissertação.

I.Carvalho Filho, Silvio de Almeida (Orient.). II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Comparada.

Alessandra Costa Mamede

Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta:
Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo
Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Comparada,
Instituto de filosofia e Ciências Sociais,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em História Comparada

Aprovada em

Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho, UFRJ
(orientador)

Primeiro Examinador

Segundo Examinador

Resumo

MAMEDE, Alessandra Costa. Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta: Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

Este estudo analisa comparativamente a atuação de dois ex-presidentes de associações de moradores durante o primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987) na favela de Santa Marta e no conjunto habitacional Antares. O período mostra-se ímpar pelo desenvolvimento do tráfico de drogas em nível internacional e pela política populista desenvolvida pelo então governador. A forma como esses dois sujeitos de poder poderiam interferir no dia-a-dia das associações foi nosso ponto de partida. Através de depoimentos dos ex-presidentes identificamos táticas desenvolvidas por eles e a possibilidade de estratégias serem desenvolvidas pelo governo e pelos traficantes. Observamos diferenças em relação ao tráfico, assim como na atuação do governo em cada localidade. Da mesma forma, a diferença destas atuações deveu-se muito ao perfil de cada um dos ex-presidentes assim como o desenvolvimento do tráfico em cada um dos locais. Analisamos as relações entre favelas e governos, o desenvolvimento do tráfico de drogas em níveis nacional e internacional, as histórias de cada um dos locais e de suas associações de moradores até as gestões presididas pelos nossos depoentes.

Abstract

MAMEDE, Alessandra Costa. Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta: Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

This study makes a comparative analysis of two neighborhood associations ex-presidents actuations, in the favela Santa Marta and in the habitational project Antares, during the first government of Leonel Brizola in Rio de Janeiro (1983-1987). This period seems to be unique for the international development of drug dealing and for the populist politics used by the governor. The way how these two powerful subjects could interfere on the daily routine of the neighborhood associations is our first point to analyze. Through the testimony of the ex-presidents we identify tactics used by them, and the possible strategies used by government and drug dealers. We study the differences on drug dealing at the locations and the work made by the government in each location. In the same way, the differences of these actings are applied on the profile of each one of the ex-presidents and on the developing of the drugs commerce in each place. We also analyze the relations between favelas and government, the national and international developing of drug commerce, the history of each place and of its neighborhood associations until and during the administration of our testimonies.

Sumário

FOTOGRAFIAS.....	IX
TABELAS.....	IX
MAPAS.....	IX
APRESENTAÇÃO.....	01
INTRODUÇÃO.....	06
1 VISLUMBRANDO AS TRAMAS, OS ATORES AS QUESTÕES.....	19
2 UMA CONCEPÇÃO EQUIVOCADA? RELAÇÕES ENTRE ESTADO, FAVELA E TRÁFICO.....	42
2.1 As Associações de Moradores vão ao governo: mudança e desmobilização.....	44
2.2 “Redemocratização” e urbanização.....	54
2.3 Leonel Brizola.....	59
2.4 Chagas e Brizola: renovação ou mudança de estilo?.....	66
2.5 O perigo mora ao lado.....	77
2.6 O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e no mundo.....	89
2.7 Conclusão.....	98
3 SANTA MARTA, A LUTA PELA RENOVAÇÃO.....	101
3.1 Primeiros passos.....	104

3.2 O grupo Eco.....	109
3.3 Ecoando pela favela.....	113
3.4 Pouca diferença.....	125
3.5 Conclusão.....	135
4 ANTARES, CLIENTELISMO E BENEFÍCIOS.....	138
4.1 UIS – de provisório a permanente.....	140
4.2 Conhecendo Maria Auxiliadora.....	142
4.3 A disputa de memórias.....	149
4.4 Lado A, lado B.....	168
4.5 Conclusão.....	172
5 CONCLUSÃO.....	175
REFERÊNCIAS	194

**Dedico este trabalho aos meus pais,
Lourdes e Alexandre,
por tudo.
Amo vocês!**

Agradecimentos

Esta dissertação é o resultado final de muitos sacrifícios mas também e, principalmente, de muitas realizações. Foi o ponto de partida de várias histórias. O projeto surgiu em uma conversa informal e quase foi deixado de lado. Aqui estamos e posso dizer que é quase inacreditável! Conte com o apoio e ajuda de muitas pessoas para conseguir chegar até aqui e ao escrever estes agradecimentos hoje, sinto como se um filme passasse perante meus olhos... desde a primeira conversa com o Sílvio, as discussões, a vontade de sair, o choro na felicidade de entrar, o choro nas inúmeras dificuldades, a alegria de contar com vários braços para alcançar o objetivo. As pessoas que me acompanharam neste caminho foram tantas que esquecerei alguns nomes... desde o início meus amigos da CONEI: Zé Carlos Félix (Simbólico!), Léo Bento, Denílson (Dedê), André Messias, Guaraciara, Gika, Antônio, Joana (Simbólica!) Rogério e tantos outros. A vocês devo boa parte da força para tocar o barco. Viu? Aqui estamos! A toda a turma do Laboratório do Tempo Presente que de alguma forma contribuiu para o projeto e para o texto, os nomes são muitos, mas vocês sabem... A professora Márcia Leite (PPCIS/UERJ), pela orientação que fez nascer esta dissertação, à Sarrita, prima que me agüentou algumas noites para usar o PC, ao irmão de todas as horas Cahê, por agüentar minhas ausências e por suas críticas, aos amigos de Antares, a Itamar e Dona Auxiliadora. Já no final do caminho, Rogério, pelos domingos de descanso que me tiravam da frente do computador. Ao meu mestre, com carinho: Sílvio, muchas gracias, mas você não se verá livre de mim assim tão facilmente! Finalmente, aos meus pais, por tudo, ao meu bem Sunday pelos puxões de orelha, photoshop, downloads e tudo o mais... danke!

FOTOGRAFIAS

Vista do Conjunto Habitacional Antares, Rua 1
Vista da Favela do Morro Santa Marta

TABELAS

Tabela 1 - Ocorrência número de menores de 18 anos presos por tráfico de drogas 1980-1987

MAPAS

Mapa 1 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para localizações do Conjunto Residencial Antares, da favela do Morro Santa Marta e da região central da cidade.

Mapa 3 – Mapa do Conjunto Residencial Antares

Mapa 4 – Mapa do Conjunto Residencial Antares, dividido em micro áreas.

APRESENTAÇÃO

Em meados de 2001, logo após ter concluído minha graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fui convidada por um amigo a conhecer um grupo de lideranças comunitárias de várias partes da cidade que se reuniam há cerca de seis meses. Estas pessoas iniciavam uma organização nomeada Movimento Popular de Favelas (MPF) que buscava, entre outras coisas, diminuir a violência nas favelas do Rio de Janeiro e abrir um canal de comunicação com o poder público. A visita a este grupo abria a possibilidade para eu pôr em prática projetos que eu vinha desenvolvendo há alguns meses em parceria com este amigo. A organização deste movimento deu-se de forma paralela às atividades do Centro de Referência para Áreas Especiais (CERAES CIDADÃO), criado no mesmo ano como parte do Plano Nacional de Segurança Pública¹ (PNSP) com o objetivo de promover aproximação entre parcelas marginalizadas da sociedade (favelas, quilombos, populações ribeirinhas, moradores de rua) e o poder público. Esta aproximação era pretendida no sentido de viabilizar a aplicação do Programa Social de Prevenção à Violência Primária Viver Melhor, também parte do PNSP. Este previa a parceria entre diversos segmentos da sociedade, desde aqueles ligados ao governo até a sociedade civil organizada, passando pela atuação de parceiros de entidades privadas. O MPF tornou-se um local de mobilização, independente do Ceraes. Ali, presidentes e diretores de associações de moradores do município e de diversas favelas de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, lideranças comunitárias em geral, ligadas a centros desportivos, culturais e religiosos misturavam-se a representantes de ONGs, da Comissão de

¹ “Projeto de segurança pública cuja meta é a redução daquelas modalidades de violência que se manifestam sob a forma de criminalidade”: Projeto Segurança Pública para o Brasil. Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães, 2000: 04.

Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, das universidades. Todos discutindo as atuações de lideranças comunitárias dentro de favelas. Aquele se mostrava um espaço de troca de experiências, de reflexão e de ajuda mútua.

A primeira reunião realizou-se em uma quarta-feira pela manhã no Complexo do Jacarezinho, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, quadra da escola de samba Unidos do Jacarezinho. Um tanto quanto deslocada, resumi minha primeira participação à mais atenta observação que pude desempenhar. Um pouco mais de trinta pessoas estavam sentadas em círculo, discutindo assuntos que pareciam estar entre os mais delicados naquele momento: confrontos entre policiais e moradores no Complexo de Favelas da Maré, próximo ao que nos reuníamos, a corrupção nas polícias, a preocupação com a liderança que lá estava, a dúvida sobre o que fazer. Não passou muito tempo após o início da reunião e da colocação do conflito como principal ponto de pauta para que dois ou três presidentes de Associações de Moradores prontificassem-se a, tão logo terminasse a reunião, seguir para o local do conflito para, através de suas influências políticas, tentar dar um fim ao episódio. Além desses, outros assuntos seriam tratados nesse encontro relacionados ao funcionamento do grupo.

Passei a acompanhar as reuniões e a me envolver cada vez mais com o grupo. Diversos assuntos ligados às favelas eram debatidos, mas um, quando vinha à tona, sempre detonava uma crise no grupo por não haver acordo sobre táticas a serem utilizadas: as relações com o tráfico de drogas. O tema era quase um tabu, mas, em momentos que eu via como de catarse, tive a oportunidade de presenciar testemunhos que, em meio ao meu espanto, me trouxeram até esta dissertação de Mestrado. Como o caso do presidente da Associação de Moradores do morro da Formiga assassinado e esquartejado pelo tráfico pelo estreitamento de suas relações com o governo municipal. Ou a intervenção de traficantes na Associação do Complexo do

Andaraí, exigindo que determinada liderança assumisse a presidência da entidade. Esta, temendo por sua vida, não sabia como dar uma resposta negativa ao “chefe”, ou seja, o principal homem da quadrilha no local, o gerente dos pontos de venda de drogas, mais conhecidas como “bocas-de-fumo”. Ou o presidente da associação de moradores de uma favela no Complexo do Alemão deposto pelo tráfico e posteriormente expulso por ter se aliado ao governo estadual. No período em que tal fato ocorreu, o Complexo era palco de diversos projetos sociais do governo e de entidades não governamentais, respostas a ações extremamente violentas de traficantes locais, que chocavam mais uma vez a opinião pública.

Nenhum desses casos citados, todos envolvendo lideranças do movimento comunitário de favelas, mereceu uma linha sequer da imprensa carioca. Testemunhei o medo de um membro da diretoria da Associação de Moradores do Rato Molhado, localizada no bairro do Engenho Novo, em imaginar uma ida à “boca-de-fumo” para prestar esclarecimentos ou de ter de fechar a entidade por imposição do tráfico. Percebi o desapontamento e o desânimo de ver anos de trabalho enxotados do morro, sob ameaça de morte.

Mas havia os casos que não eram ditos durante as reuniões e que soube ou presenciei devido a certa aproximação que tive com algumas lideranças que faziam parte do grupo de discussões. Determinado presidente, preso por suspeita de associação ao tráfico, pediu à sua esposa, secretária da associação de moradores, que solicitasse em seu nome ao Comandante do Batalhão da Polícia Militar responsável pelo local, a suspensão das diligências no morro durante alguns dias, para não atrapalhar a festa de aniversário do gerente do tráfico. Fui ao aniversário de outro presidente que teve como seguranças de sua festa os soldados da “boca”, ou seja, membros da quadrilha.

Eram muitas as situações que podiam ser observadas no universo da favela, muitos valores e práticas que cercavam não somente a convivência com o tráfico de drogas, mas

também com o governo - municipal e estadual, e seus projetos. A discussão a respeito dos projetos sociais implementados pelo poder público nas favelas girava em torno das barganhas, do interesse eleitoreiro, dos favores, do compromisso político. Muitas lideranças comunitárias envolviam-se com políticos, seja trabalhando diretamente para eles em seus gabinetes ou nas favelas, seja fazendo campanha durante o período eleitoral, outras gostavam de deixar claro sua independência e também a da associação que representavam. As críticas em relação ao governo e ao descaso dispensado às favelas eram sempre presentes, evidenciando uma grande preocupação com a ociosidade das crianças e a aproximação dessas com o tráfico de drogas. As acusações eram mais contundentes quando relacionadas à truculência das práticas policiais com os moradores, assim como a estigmatização e o preconceito que norteiam as atuações das polícias Civil e Militar em favelas cariocas. A corrupção policial, alimentadora e fortalecedora do tráfico. Como nos disse Antônio, um dos ex-presidentes de associações de moradores que nos ajudou a levantar nossos questionamentos: “A corrupção é o cara! Como é que, no inferno, vai produzir coisas boas? É impossível. Não pode produzir coisas boas. Essa é a nossa polícia!”².

Casos não faltam para ilustrar nossa introdução: o *show* promovido pela prefeitura no já citado Complexo do Alemão, interrompido pela troca de tiros entre traficantes e policiais em busca da propina da semana (este largamente divulgado pela imprensa) ou a prática da execução em um complexo da zona norte, onde policiais mataram três jovens suspeitos de envolvimento com o tráfico em plena luz do dia, intimidando as testemunhas. Vi nos olhos dos pais desses rapazes a revolta e o desespero de perder um filho e na face dos presidentes das associações de moradores a dúvida entre mandar uma carta ao comandante do batalhão responsável ou organizar um protesto que, fatalmente, seria atribuído aos traficantes. No final

² Antônio, entrevista concedida em novembro de 2002.

das contas, restava o não saber ao certo o que fazer. Tais situações exemplificam de maneira muito resumida algumas das práticas de presidentes de Associações de Moradores nos dias de hoje. Muitas delas me foram ditas informalmente, fora das reuniões, em mesas de bar, em festas ou em outras situações.

INTRODUÇÃO

As favelas tornaram-se um vasto celeiro para a pesquisa em Ciências Sociais. Podemos encontrar trabalhos que versam a respeito de entidades representativas³, que tentam libertá-las do estigma da marginalidade⁴, que tentam entender as suas relações de poder⁵ ou que as apresentam em todos os seus aspectos, positivos e negativos⁶. Estudos sobre violência, estigmatização, políticas públicas, tráfico de drogas... A favela mostrou ser um frutífero campo para estudos. Porém, há alguns pontos que seduzem particularmente aqueles que passam a se interessar pelo tema: o tráfico de drogas e as relações entre os governos e o as favelas.

Estudos sobre tráfico de drogas em favelas poucas vezes são realizados com profundidade, por razões de segurança do pesquisador e dos depoentes. Trabalhar com tal questão nos dias de hoje, com trabalho de campo, entrevistas com os principais envolvidos tornou-se arriscado, a não ser que o pesquisador esteja interessado em ter como fonte principal a imprensa. A guerra entre facções que dividem o mercado de drogas no Estado alcançou proporções não imaginadas, atingindo a sociedade como um todo, em todos os seus espaços e classes. Pesquisar esta atividade no passado pode ser um pouco menos perigoso, mas não menos trabalhoso, pela baixa expectativa de vida de traficantes de drogas e criminosos em geral. De qualquer forma, este risco poderia valer à pena àqueles que buscam o ponto de vista dos traficantes, o que não é o caso do presente trabalho.

Já o estudo sobre as relações entre governo e favelas pode ter duas direções: o ponto de vista das autoridades ou o dos moradores de favelas. Dependendo do local político de onde

³ Cf. NUNES: 1980.

⁴ Cf. PEARLMAN: 1981.

⁵ Cf. LEEDS: 1978.

⁶ Cf. ALVITO: 2000.

cada um fala, as divergências podem ser inúmeras. Deve-se ter bastante cuidado nas análises dos discursos, em geral, costumam ser bastante tendenciosos. O trabalho de revisão bibliográfica também é grande pelo número de títulos a respeito.

Esta dissertação escolheu trabalhar os dois pontos: as relações entre governo e favelas e a atuação do tráfico de drogas e em um período específico: a primeira gestão de Leonel Brizola como governador do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Mas a partir do ponto de vista de um morador especial: o presidente da associação de moradores. Nosso objetivo é analisar comparativamente as práticas de dois presidentes das associações de moradores em suas relações com o governo estadual e o grupo de traficantes de drogas sediado no espaço destas favelas. Partimos do pressuposto que por parte do governo e do tráfico havia interesse em fazer destes espaços zonas de influência. Para alcançar tal objetivo, estes atores também desenvolviam suas práticas. Estavam em jogo interesses dos três envolvidos nessas relações. As associações de moradores barganhariam sua influência sobre os moradores que representavam em troca de benefícios, para a entidade, a localidade ou até mesmo agrados pessoais. A partir daí surgiria a troca: o governo estadual procuraria apoio político e o tráfico um apoio silencioso que permitiria o estabelecimento dos pontos de venda, as “bocas de fumo”. Iniciamos a pesquisa procurando identificar estes elementos nas localidades estudadas. Testávamos o senso comum, que mantinha os favelados à parte da vida política ativa, como marionetes de um sistema político excludente e assistencialista. Da mesma forma, o fazíamos com a crença comum de que o então governador Leonel Brizola era o principal causador do crescimento do tráfico de drogas em favelas cariocas e da organização de facções criminosas, notadamente o Comando Vermelho. Em nossa pesquisa, não detectamos, como esperávamos, uma íntima relação entre tráfico e a associação de moradores nos casos da favela de Santa Marta e do Conjunto Habitacional Antares. Não conseguimos comprovar, nesse período, a existência de tráfico de drogas

em Antares, a despeito do seu histórico de violência. Por outro lado, no Santa Marta, teríamos ainda o que podemos chamar de quadrilhas independentes, ainda ligadas ao histórico do jogo do bicho no local. Já o governo estadual teve, sim, atuação nas duas localidades. Mas com um perfil, podemos dizer, diferente. Baseamos nossa análise em um interesse político-partidário, por parte de Leonel Brizola e seu governo.

As posturas dos presidentes das associações de moradores, ponto que realmente nos interessa são bastante diferentes, assim como seus perfis. Observamos, no Santa Marta, um jovem militante petista, defensor da independência política da entidade e da ruptura de práticas assistencialistas. Em Antares, como líder, tínhamos uma brizolista aguerrida que mantinha o clientelismo político-partidário, ainda que em bases diferentes do clientelismo desenvolvido antes de Brizola.

Santa Marta e Antares são locais com características e históricos diferentes. Um em Botafogo e outro em Santa Cruz, zonas sul e oeste da cidade do Rio de Janeiro. Brizola é acusado de beneficiar apenas localidades populosas (Jacarezinho, Borel ou Vidigal) ou com visibilidade (Rocinha) em suas atuações em favelas. Mas o que conseguimos apurar vai de encontro a essas teorias. Santa Marta é a principal favela na região de Botafogo, às margens da Rua São Clemente, uma das principais do bairro, ao lado da Rua Voluntários da Pátria. Poucas foram as realizações do governo no período, de acordo com o presidente da Associação na época, Itamar Silva. Já Antares está a 70 Km de distância do centro da cidade do Rio de Janeiro. Uma localidade esquecida, abandonada, marcada pela violência de seus criminosos e que só aparece nos jornais da época nas páginas policiais e muito raramente. A presidente da Associação na época, Maria Auxiliadora Rocha, diz que o governo esteve presente, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

Buscamos entender de que forma as transformações ocorridas a partir do período inicial da

década de oitenta afetaram estes locais. Duas realidades eram construídas: em nível nacional, a redemocratização das instituições públicas, com a gradual abertura política. A eleição de Leonel Brizola em 1982, com amplo apoio das classes populares, principalmente da classe C, credita ao novo governador os principais anseios dos favelados do Estado. Muito desta esperança é fruto dos discursos inflamados de Brizola, onde clamava por justiça social e fazia promessas de transformar as favelas locais habitáveis, com os principais serviços oferecidos pelo governo. A possibilidade de fazer parte de um programa de políticas voltadas para as favelas dava a seus moradores a esperança de poderem ser, finalmente, incluídos na elaboração destas políticas. A eleição de Brizola fez com que lideranças acreditassem estar “consolidando a democracia ou abrindo os caminhos pra democracia”⁷. Não imaginavam que a mudança de filosofia do governo estadual alcançada com a saída do chaguismo e a entrada do Brizolismo pudesse estar mascarando uma mudança de estratégia. Melhor elaborada e tão comprometedora quanto a anterior. Foi um período ímpar na história das favelas: início da década de oitenta, quando Leonel Brizola⁸ foi eleito por voto popular governador do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo Demográfico de 1980, temos 722.424 pessoas habitando 376 favelas no município do Rio de Janeiro. As casas eram em sua maioria barracões de madeira, construídos de forma precária nos barrancos dos morros da cidade. Em alguns locais, havia pontos de luz, controlados pelas Comissões de Luz⁹, mas serviços de água e saneamento básico eram praticamente inexistentes. A precariedade das casas levava ainda mais perigo aos moradores de favelas em épocas de chuva, quando deslizamentos aconteciam. Estes deslizamentos tomavam grandes proporções quando a terra e a água encontravam-se com

⁷ Itamar Silva, entrevista concedida em 10 de abril de 2003.

⁸ Leonel de Moura Brizola (1922-2004): Governador RS 1959-1963, Governador RJ 1983-1987 e 1991-1994.

⁹ A Comissão Estadual de Energia (CEE) criou as Comissões de Luz em 1964, com o objetivo de dar à distribuição de energia nas favelas um caráter estatal. As Comissões deveriam ser separadas das associações de moradores e controlariam o pagamento dos moradores pela energia recebida.

os restos de lixo deixados nas encostas pelos moradores. Não havia coleta de lixo. A falta de higiene do local agudizava-se com a existência de caminhos à céu aberto por onde o esgoto corria. Estas “valas abertas” poderiam ser encontradas à beira das principais vielas e sob os barracos.

Pelo lado da política comunitária, o retorno da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) no mesmo período, reacendeu a luta destas lideranças sob uma nova ótica: a da urbanização das favelas. Sob essa égide, fortaleceu-se o clientelismo chaguista em todo o Estado do Rio de Janeiro. Mais à frente, nos deteremos com maior cuidado neste ponto. Neste momento, basta-nos entender que as lideranças comunitárias das favelas constituíam-se majoritariamente entre o final dos anos setenta e o início dos anos oitenta em cabos eleitorais que atraíam para suas localidades obras pontuais de urbanização em troca de votos. Por outro lado, vemos surgir uma nova militância no movimento comunitário que busca romper com tais práticas, democratizando o acesso às informações e estabelecendo um diálogo com o poder público que não utilizasse a troca de favores políticos, mas a entrada do governo no espaço das favelas em resposta às necessidades daquela parcela da população. Sem ações clientelistas.

Internacionalmente acontecia a expansão do tráfico de drogas, que atingiria o seu *boom* com a cocaína no Rio de Janeiro durante o final dos anos oitenta, atingindo as favelas da cidade em larga escala. A possibilidade de distribuir a droga produzida pelas máfias latino-americanas fez com que traficantes se organizassem e se espalhassem pelos antigos pontos de venda de drogas, notadamente a maconha. A estratégia era tomar os pontos “cooptando ou destruindo as pequenas quadrilhas independentes”¹⁰ ou iniciar a venda. Alguns traficantes eram “plantados”, ou seja, colocados nas favelas, como foi o caso de Paulo Roberto de Moura,

¹⁰ AMORIM, 1993: 161.

o Meio-Quilo. Ele se tornou chefe do tráfico na favela do Jacarezinho e era conhecido por suas ações assistencialistas, uma forma de se aproximar da população. Outros eram levados de volta, com suas fugas planejadas e executadas pelo grupo em organização. Este parece ter sido o caso de Zacarias Gonçalves Rosa Neto, o Zaca. Ele teria retomado as bocas de fumo da favela de Santa Marta logo que fugiu do Presídio Evaristo de Moraes com o apoio de Dênis Leandro da Silva, o Dênis da Rocinha, uma das novas lideranças do Comando Vermelho. Alguns autores defendem a independência de Zaca à frente do comércio de drogas no Santa Marta, enfatizando o apoio da organização criminosa a seu rival, Emilson dos Santos Fumero, o Cabeludo. A cocaína vendida na favela de Santa Marta figurou durante a década de oitenta como a mais pura da zona sul da cidade e o morro foi palco de terríveis batalhas pelo controle da venda de drogas. Mas só verificamos estes fatos na metade final da década, fora do período por nós estudado. Veremos de que forma esta transformação se deu no início dos anos oitenta.

Estes anos entraram para a história do Estado como aqueles em que, por um lado, foi possível observar o aumento das áreas controladas e influenciadas pela ação de traficantes. Por outro, na tentativa do governo estadual de modificar as relações entre poder público e populações de baixa renda. Isto se verificou em uma série de medidas tomadas pelo governo, privilegiando ações de caráter social em detrimento da repressão presente nos anos anteriores. As ações violentas da polícia contra esta camada da sociedade eram de conhecimento público e muitas vezes transformaram-se em discursos inflamados das classes mais economicamente favorecidas. O Jornal do Brasil, em 19 de janeiro de 1983, publicou um texto intitulado “Cuidado com a PM”, no qual criticava duramente a ação da polícia contra suspeitos na Cidade de Deus. Vejamos:

A Polícia Militar recebeu uma denúncia anônima de que havia num dos apartamentos da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, cinco traficantes de entorpecentes. Segundo o testemunho de muitos moradores, a polícia chegou

à Cidade de Deus atirando. **Atirando, como de hábito.** Onde estão as garantias do cidadão, se já ele um suspeito de traficar maconha, ou o pacato morador do apartamento ao lado? **Os cidadãos deste Estado precisam de proteção contra a polícia. Ela é infinitamente mais perigosa que 05 suspeitos de traficarem maconha**¹¹. [grifo nosso]

As práticas policiais, pouco democráticas e marcadas pelo preconceito e pela estigmatização suscitavam críticas em toda a sociedade fluminense. Aos poucos este discurso muda de caráter, culminando nos anos finais do primeiro governo Brizola com a crítica ferrenha à falta de ação da Polícia Militar, então acusada de corrupta e envolvida com traficantes. Um possível olhar misericordioso para as favelas transforma-se em medo e na caracterização destes espaços mais uma vez como nicho de marginais e criminosos, envolvendo nesta ilegalidade todos os seus moradores.

As classes baixas eram mais uma vez convertidas em classes perigosas, as favelas da cidade eram abordadas como espaços de proteção a marginais, e a política de governo era tratada como caso abjeto de relação promíscua entre o Estado e o crime organizado.¹²

Leonel Brizola, após assumir o governo, tornou-se o político mais popular do país e o governador melhor avaliado entre os Estados mais populosos¹³. Ainda assim, foi massacrado durante parte de seu mandato pelas classes altas por sua política anti-elitista. A corrupção policial e o crescimento a olhos vistos da ação dos traficantes deu às classes média e alta a impressão de estarem em permanente convívio com marginais, fardados ou não. A cidade transformou-se em um espaço sem lei e “eles”, uma “minoría **pacífica e produtiva**, definida por sua inserção no mundo da lei e no mundo do trabalho”¹⁴, ao contrário dos “outros”, “**violentos e improdutivo**s”. Note-se o forte apelo ao local ocupado pelos favelados nesta

¹¹ Jornal do Brasil, 19/01/1983: 06. Informe JB.

¹² Sento-Sé, 1998: 61.

¹³ Jornal do Brasil, 22/05/1983: 30 e 06/07/1983: capa, respectivamente.

¹⁴ RODRIGUES, 1993: 96.

divisão econômica da sociedade. O mito das classes perigosas retorna em completo vigor. Moradores de favelas, pobres e pretos, tornam-se “perigosos antes de efetivamente o serem”¹⁵. Talvez nasçam com esta característica, ao ver das classes altas.

Uma análise superficial de seu governo levaria a crer que fora ele o responsável pelo aumento da criminalidade (especialmente o narcotráfico) na década de 1980. O governador facilitaria a ação de traficantes com sua política de segurança que limitava as ações policiais. Jornais do período, em franca oposição às ações do governo, descarregam acusações sobre o então governador ainda em seu primeiro ano de mandato: “Nos últimos dez meses, a preocupação essencial do governador consistiu em dar provas de se haver aliado à marginalidade”, “O governador optou por cortejar a marginalidade em seus diversos segmentos” ou “Os acontecimentos verificados no último ano não deixam dúvida de que o elemento marginal foi elevado à condição de classe dominante”¹⁶. Devemos nos questionar, duas décadas depois, qual a real responsabilidade de Leonel Brizola no crescimento do tráfico de drogas no Estado. Será que ele, como governador de Estado, teria como tomar a responsabilidade de uma realidade mundial para si?

Durante o governo de Leonel Brizola, as associações de moradores de favelas tiveram importante participação na realização do Projeto Mutirão¹⁷, onde, como uma espécie de “gerente de obras” possuíam a função de supervisionar as obras e recrutar mão-de-obra¹⁸. Este projeto auxiliaria as associações a se aproximarem dos moradores, notadamente a partir do momento em que os funcionários das obras passaram a ser remunerados pelos trabalhos realizados durante os dias úteis, o que aconteceu já no governo Brizola. Da mesma forma,

¹⁵ ZALUAR, 1994a: 17.

¹⁶ Jornal do Brasil, 06/01/1984: 10, 15/03/1984: Editorial:10 e 07/04/1984: Editorial,10.

¹⁷ Em projetos do tipo Mutirão, a realização das obras fica a cargo dos moradores de favelas, o governo, responsável pela obra, apenas fornece material e paga aos trabalhadores.

¹⁸ RIO DE JANEIRO (ESTADO) GOVERNADOR (1983-1987), 1983: sem paginação.

Brizola ampliou o projeto, atingindo no ano seguinte 134 mil moradores de favelas, aumento em quase sete vezes a capacidade anterior¹⁹. Era uma parceria que significava uma maior aproximação do poder estatal entre as camadas mais pobres da população carioca e o poder público. Mas também poderia se mostrar extremamente delicada, a partir do momento em que algumas associações de moradores estabelecessem trocas políticas tanto com governo quanto com traficantes de drogas. Muito é dito a respeito da aproximação entre traficantes e associações de moradores durante este período. Alguns títulos dissertam a respeito de ações promovidas pela associação sob a ordem do tráfico durante a década de oitenta. A distribuição pelo tráfico de brinquedos e doces em datas festivas era outra prática presente no dia-a-dia de algumas associações de moradores, assim como obras desde o reparo de redes irregulares de água até a construção de sedes de associações de moradores²⁰.

Alguns traficantes, durante a década em questão, tinham também como prática “receber bem” os visitantes da favela. Isto traduz-se na preocupação com a qualidade da droga vendida, assim como ocorria no Santa Marta. O traficante de drogas Cabeludo, responsável pela venda da cocaína nesse morro, promovia bailes e *shows* na quadra da escola de samba local e, em determinado momento, percorria os vários eventos da favela com uma bandeja repleta de grossas fileiras do pó, oferecendo a pessoas ou a grupos selecionados²¹. Ações assistencialistas, praticadas através da associação de moradores são outro tipo de estratégia. Coerções ou práticas violentas podem esconder da mesma maneira interesses ilícitos que localizam-se no topo da lista de objetivos dos grupos. A violência física pode ser encarada como uma forma de “dar o exemplo”, para que ninguém repita determinado ato julgado como errado pelo bando.

¹⁹ Cf. FONTES, 1989: 52.

²⁰ Cf. ALVITO, 2001: 152.

²¹ BARCELLOS, 2004: 79.

A relação existente entre representantes do governo, seja ele federal, municipal ou estadual e cidadãos comuns é considerada necessária e saudável. Mas com representantes do crime organizado, pode parecer conivência ou até envolvimento com o tráfico de drogas. Ignora-se a existência de teias sociais que aproximem todos os moradores das favelas. É historicamente um espaço populoso, onde a convivência torna-se obrigatória. Sejam traficantes, desempregados, comerciantes, donas de casa ou estudantes, todos dividem o mesmo espaço estreito e limitado. Transformar convivência social (quando o é) em conivência, como observamos nos últimos anos em vários discursos, é alimentar o mito da marginalidade sem se preocupar em fazer um estudo mais detalhado do caso em questão. Nos casos que analisamos, temos uma favela e um conjunto habitacional. Casos de pessoas de vieram do interior fluminense tentar melhor sorte na então capital da República e que, juntas e com o apoio de instituições e entidades exteriores à favela conseguiram levar o mínimo de dignidade para suas habitações após anos de lutas. Este é o caso do Santa Marta. No Conjunto Residencial Antares temos o trauma da remoção. A ilegalidade da invasão. A luta por se verem reconhecidos como proprietários de suas casas que uma dia foram utilizadas como habitações provisórias. Em comum a face da violência. A do Estado, com sua indiferença e a dos bandidos, com suas armas e drogas. Os moradores destes espaços, “juntos, reconstroem a sua história, marcando mudanças, assinalando passagens”²². Esse trabalho é coletivo e perpassa todos os grupos nele envolvidos, inclusive o dos traficantes, dos assaltantes e vagabundos que moram no local. A história de vida destas pessoas é sempre muito próxima, o que se modifica é o encaminhamento final, os meios escolhidos para se chegar a determinado fim. Alguns se tornam os anônimos que dão às favelas vida, outros as referências no grupo.

²² ZALUAR, 1994a: 14.

Pode vir a ser o “dono do morro”, no linguajar do tráfico de drogas ou uma das lideranças comunitárias, referências políticas da região. Quem eram as lideranças comunitárias? De fato, um líder dentro de uma favela constituía-se em qualquer sujeito que, a partir de uma influência exercida sobre outras conseguisse aglutiná-las à sua volta, tendo um objetivo em comum. Não eram somente os presidentes das associações de moradores, poderiam estar à frente de qualquer entidade representativa do local ou mesmo atuando como cidadãos, pessoas de referência no local, mobilizando pessoas em prol de alguma causa comunitária. Seu papel, de uma forma ou de outra, seria o de organizar e/ou orientar a atuação das pessoas dentro da favela. A influência política destas pessoas sobre os milhares de moradores da favela que representavam dava às lideranças um poder mobilizador que poderia despertar o interesse de outros atores sociais. Este domínio poderia significar a vitória de determinado candidato a cargos políticos, a mobilização de moradores à frente de batalhões da Polícia Militar contra operações policiais nas favelas, contra a violência destes oficiais ou em protesto contra a morte de determinado morador, seja ele traficante ou não. Deixemos claro aqui que não consideramos nenhuma destas manifestações como resultado exclusivamente de interesses escusos, mas algumas vezes resultados de inserções de políticos e traficantes no dia-a-dia das associações. Por generalizações erroneamente feitas, muitas manifestações autênticas de moradores de favelas são atribuídas a traficantes, assim como muitos assassinatos são justificados pelo pertencimento, muitas vezes não comprovado, da vítima a algum grupo de traficantes

Escolheu-se trabalhar com dois ex-presidentes de associações de moradores como depoentes principais por ter sido através destas entidades que os projetos do governo Brizola entraram nas favelas. Também por ser tão freqüente o discurso de ter sido muitas vezes através dessas agremiações que traficantes de algumas áreas patrocinaram festas e ofertaram presentes

a moradores, e principalmente por serem reconhecidas como as verdadeiras entidades representativas dos favelados. Com o passar dos anos, muitas associações passaram a funcionar como mediadoras entre o tráfico de drogas e pessoas ou instituições que quisessem também trabalhar dentro da comunidade. Esta interposição poderia se dar de várias formas, variando de acordo com a relação entre ambos: respeito, medo, cordialidade ou até mesmo amizade. Seu papel na relação com o poder estatal também se daria como uma intercessão para a entrada de projetos sociais na favela. Estas eram práticas apontadas como muito comuns nas favelas durante o período. Mas veremos que a generalização mais uma vez mostra-se como o caminho errado a percorrermos. Em Antares e no Santa Marta a realidade mostrou-se bastante diferente.

O texto foi elaborado e organizado com o objetivo de dar ao leitor a visão de vários aspectos que influenciam as práticas e que incidem sobre as conjunturas das duas localidades. Seria impossível entender certas práticas dos presidentes das Associações de Moradores de Antares e Santa Marta se não conhecêssemos os históricos das duas Associações e a força do clientelismo chaguista sobre as entidades representativas de favelas como um todo. Ou o histórico de remoções para entendermos as práticas políticas de Antares.

No primeiro capítulo apresentamos os dois agentes que se relacionam com as associações de moradores: governo estadual e tráfico de drogas. Vemos de que maneira eles atuam e organizam suas ações dentro das relações com as entidades representativas de moradores de favelas. No segundo, analisamos a situação destes dois agentes no período estudado, partindo de um breve histórico. Criticamos a crença coletiva de que Leonel Brizola foi o grande causador do desenvolvimento da rede de tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro. O terceiro capítulo estuda como se deu a existência das relações entre a Associação de Moradores do Morro de Santa Marta (AMMSM), tráfico de drogas e governo estadual e se de alguma

forma estas relações, ou a falta delas, beneficiou ou atrapalhou a gestão nos primeiros anos do governo Brizola. O mesmo é feito no Capítulo 4, mas em relação ao Conjunto Habitacional Antares.

1 –Vislumbrando as tramas, os atores e as questões

O clientelismo, que caracterizou a política no Rio de Janeiro principalmente a partir do final da década de 1970, abriu espaço para uma nova forma de atuação dos políticos, com uma maior aproximação do sujeito com seu objeto, ou seja, dos políticos com os eleitores. As redes clientelistas são uma realidade na história das favelas. Desde a década de sessenta, estas práticas são observadas por estudiosos do tema²³. A troca de favores políticos por votos teria passado, em um primeiro momento, pela relação entre cabos eleitorais e favelados. No decorrer dos anos, os cabos eleitorais deram lugar às associações de moradores, institucionalizando o apoio político nas favelas²⁴. Vemos que a construção de estratégias por políticos e governantes passa pelo espaço das favelas desde o momento em que seu potencial eleitoral tornou-se relevante.

Se, em um primeiro momento, Chagas Freitas²⁵ utilizou-se de cabos eleitorais para fortalecer sua prática populista, Leonel Brizola surge para fortalecer as associações de moradores após o retorno da Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). O governador Brizola aproxima o aparelho de Estado e o seu partido, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de diretores de algumas associações. A estratégia de Brizola delineou-se ainda no período de campanha quando, através de calorosos discursos, defendia moradores de favelas exaltando sua cidadania e atacando os que os estigmatizavam. Dizia pretender ampliar a urbanização das favelas, transformando-as em bairros²⁶.

O que pode ser observado foi uma incorporação dos anseios dos favelados pela política

²³ Cf. SAGMACS(Sociedade de Análises gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos sociais – Aspectos humanos da favela carioca. Suplemento Especial do Estado de São Paulo, 13 va 15 de abril de 1960), MEDINA, 1969 e MACHADO DA SILVA, 1967.

²⁴ Cf. VALLADARES, 1978.

²⁵ Antônio de Pádua Chagas Freitas, governador do Estado da Guanabara (1970-1975) e governador do Estado do Rio de Janeiro (1978-1983).

²⁶ Jornal do Brasil, 13/10/1982: 05.

do Estado, a adoção, com as devidas adequações, do discurso alheio. O discurso, as práticas do cotidiano das favelas tornaram-se visíveis e a estratégia do Estado naquele momento era trazê-los à tona, aproximar-se. Reclassificar as favelas na sociedade, não de forma negativa, mas como uma parcela desprovida de direitos básicos, colocando-se como parceiro na conquista desses direitos, abrindo assim mais possibilidades de penetração em suas condutas²⁷. O Estado, então, não se apresentava mais somente pela imagem dos violentos policiais mas também, e em maior escala, na figura das assistentes sociais, dos engenheiros e técnicos que chegavam às favelas para trabalhar ao lado da mão-de-obra favelada em projetos como o Mutirão.

A partir do momento em que se fala de relações com associações de moradores de favelas, deve-se levar em conta que tipo de objeto estas localidades são. Toda a história das relações entre favelas e governo, em qualquer instância, é baseada no estigma da marginalidade da população favelada, em sua extirpação ou controle através de repressão e/ou violência, apesar das tentativas, algumas vitoriosas, de urbanização e dos incontáveis projetos direcionados para elas. Com o início do governo Brizola, a prática violenta teria recuado, dando lugar ao convívio em calculada parceria. O objetivo, partindo do ponto de vista do Estado, é o de normalizar a favela, aproximá-la, dentro de suas possibilidades, do resto da sociedade carioca. A normalização, através da violência e da repressão, já havia se mostrado um método equivocado. Sua prática foi, durante o início da década de oitenta, vítima de severas críticas de toda a imprensa e da sociedade civil. Estamos, a partir daqui, lidando com práticas que se efetivam “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle”²⁸. É um controle onde a disciplinarização

²⁷ Cf. FOUCAULT, 2001: 44.

²⁸ FOUCAULT, 2001: 86.

não estaria mais “entregue apenas a instituições de repressão, rejeição e marginalização”²⁹. Ao “civilizar” a favela, Brizola procuraria retirar seu estigma marginal e violento, apontando as causas de sua pobreza para questões que vão além de seu espaço e de sua responsabilidade. E tais métodos são válidos também para aquelas estratégias adotadas pelos traficantes no período, pois “ultrapassam o Estado e seus aparelhos”³⁰.

As estratégias consistiam em uma forma de se manipular relações de força dentro de um local delimitado chamado de próprio. Ali, os poderosos controlavam, produziam, mapeavam, impunham³¹ as regras que tinham por objetivo a manutenção de uma ordem ou de um poder. Estas estratégias seriam técnicas que possibilitavam “a manutenção do poder”³². A este local delimitado pertenciam indivíduos que deviam viver de acordo com as regras impostas. Esse tipo de empreendimento era consciente: o controle exercido pelos dominantes destes grupos possuía objetivos claros. A estratégia postulava “um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”³³. A partir da delimitação deste espaço, esclarece-se o espaço exterior que funcionará como objeto da intervenção dos estrategistas. Falamos aqui de três grupos distintos, onde traficantes e poder público atuariam somente em um espaço externo: as favelas, a partir de associações de moradores e nunca entre si. O que prevalecia era o lugar onde o poder era exercido, as operações ali impostas.

Os sujeitos de poder eram, portanto, *a priori* o governo do Estado e o traficante de drogas. O local tornava-se precisamente delimitado: a favela. Neste espaço, ambos colocavam as suas regras, de acordo com as suas necessidades e interesses. Seus objetivos eram manter a

²⁹ MERQUIOR, 1985: 165.

³⁰ FOUCAULT, 2001: 86.

³¹ CERTEAU, 2001: 92.

³² ESCOBAR, 1985: 210.

³³ CERTEAU, 2001: 46.

influência sobre os moradores através de benesses e obras, de forma paralela ao uso da violência, encobrindo algumas vezes as relações de força que realmente existiam. Assim podiam fazer com que algumas vezes aparecessem em seu lugar relações de amizade (no caso dos traficantes) e de parceria (projetos do governo em parceria com a Associação de Moradores). O conceito de estratégia foi usado no sentido de se entender a favela como um espaço delimitado sob a influência de poderes, que, através de discursos e práticas, procuravam manter este controle. Estes poderes não eram exercidos somente através de relações de violência. Constituíam poderes caracterizados por seu dinamismo, atentos ao campo onde atuavam e passíveis de “recuos, retornos, mudanças de direção, resistências”³⁴.

Nossos dois sujeitos de poder podiam ser facilmente caracterizados por suas práticas violentas e repressivas, seja o governo do Estado, representado pela polícia, ou o traficante que impunha “respeito” apoiando-se nas armas que carregava enquanto transitava na favela. Mas partindo do pressuposto de que ambos pretendiam atuar em um mesmo local, exercer ali uma influência, talvez disputar tal espaço, ampliaram suas formas de atuação, indo além das proibições, passando para a regulação das práticas cotidianas³⁵, o que poderia lhes render muito mais do que se agissem de forma violenta. Suas práticas assumiram um caráter que em alguns momentos distanciou-se das ações violentas, da repressão policial ou da coerção pelo uso de armas e/ou ameaças. Não defendemos aqui que estas relações perderam seu contato direto com a violência, mas que outras práticas, além dessa, passaram a ser utilizadas como meio de se atingir um objetivo, político ou econômico.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso³⁶.

³⁴ DELEUZE, 1978: 103.

³⁵ FOUCAULT, 2001: 38.

³⁶ FOUCAULT, 1998: 08

As especificidades das favelas (em seu sentido mais generalista – pobreza, carência, abandono) a partir de então configuraram-se como um caminho para a viabilização da penetração do poder do Estado naquele local. As suas práticas à margem do cotidiano formal, da cidade urbanizada, disciplinada, tornaram-se alvo de uma política classificatória e hierarquizante, de acordo com suas necessidades básicas. Assim penetrava o poder do Estado nesses locais, regulando suas práticas e produzindo novos discursos a partir de discursos incorporados³⁷. O Estado passaria a fazer parte do dia-a-dia das favelas, desde o interior da associação de moradores até o interior das casas, com a presença das assistentes sociais e de todos os seus agentes prontos para difundir o discurso regulador criado pelo governo Brizola. Este discurso tinha como objetivo aproximar ideologicamente as lideranças comunitárias do governo, em um primeiro momento, para depois cooptá-las para o partido do governo, o PDT.

Da mesma maneira que as práticas violentas dos policiais recuavam por um período, traficantes de alguns locais adotariam uma postura mais amigável com moradores de favelas, sem a utilização em grande escala das armas como coerção. O fato de também ser morador³⁸, os aproximava dos moradores comuns, dando-lhes sensação de segurança, construindo uma rede de proteção que garantiria seu bando e o comércio da droga naquela localidade. Sua prática profissionalizou-se no correr dos anos nos aspectos em torno do comércio de drogas, mas manteve-se no que tangia as relações com os moradores das áreas dominadas. O “chefe” mantinha seu poder de acordo com sua capacidade de

manter o respeito com os moradores e controlar seus parceiros quanto a abusos, bem como proteger a área dos bandidos de fora e oferecer ajuda e arbitragem aos que procurassem em situações de necessidade e conflito³⁹.

³⁷ Cf. FOUCAULT, 2001: 42 – 47.

³⁸ Ser morador facilita a aproximação com o habitante comum. Pode significar estar sempre por perto, na maioria das vezes amigável, ter o “poder” do dinheiro e das armas, defender a localidade de bandidos como assaltantes e estupradores, ter uma relação de respeito com os moradores, punindo desvios exemplarmente (aí sim recorrendo abertamente à violência).

³⁹ MISSE, 1999: 338.

Estamos lidando com a continuidade desta prática, agora como apoio à venda de drogas em larga escala. Não se tratava somente de defender seu espaço baseando-se em sua “moral” como bandido da área, mas em defender o espaço de seu comércio e seus clientes. O discurso e a prática do comerciante de drogas com altos lucros incorporou também o discurso dos pobres moradores da favela, carentes de direitos, de saneamento básico, de saúde e de educação e que muitas vezes o viam não somente como um marginal, mas como uma vítima. Uma pessoa sem referência familiar, sem trabalho, marginalizada, que optou pela “vida errada”. Estamos lidando com moradores de favelas, traficantes que depois seriam conhecidos como “crias” locais, o que denota um maior respeito ao indivíduo. Poderíamos observar a criação de um novo sujeito de poder, com força o suficiente para criar novas práticas entre os moradores das favelas onde atuava.

O controle exercido pelos traficantes nas favelas aproxima-se de um controle panóptico pelo próprio método encontrado por eles para fazer a “segurança local”, ou seja, olhares posicionados em toda a extensão da localidade. Uma estratégia utilizada pelos traficantes cariocas é fazer com que seus “vigias”, seus olheiros, não tenham um perfil definido e facilmente identificável. Pode ser o moleque soltando pipa no telhado da casa, o homem tomando cerveja na birosca da entrada da favela ou o grupo de jovens batendo papo.

Foucault trabalhou o conceito da observação apoiando-se no panoptismo de Bentham, uma figura arquitetural, um método disciplinar que permite a constante observação do indivíduo encarcerado, seja ele um doente ou um condenado. O objetivo é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático

do poder”⁴⁰. Esta segurança funciona também como um controle do cotidiano dos favelados e, notadamente aqui, dos presidentes das associações de moradores. Conversar com um policial, chegar com um desconhecido, entrar em uma favela que seja de uma facção rival ou até ter relações com pessoas que morem em uma localidade rival, qualquer ação que fuja das práticas tidas como usuais pode suscitar algum tipo de desconfiança dos membros do bando. Um controle permanente que garante o comportamento das pessoas de acordo com seus interesses. Ademais, este tipo de prática de controle social não necessita ser a todo tempo exercido com violência ou com a exibição do poder bélico da quadrilha. Entende-se que se está sendo observado a todo o tempo, ou que não é sabido o momento da observação, mas que ela pode acontecer a qualquer hora. Isto já é o bastante para que cada indivíduo exerça sobre si mesmo um controle sobre suas práticas cotidianas. O temor do uso da violência por parte dos traficantes induz moradores e visitantes de favelas a práticas e condutas mais atentas em relação a sua postura. A violência está presente, mas passa a coexistir com uma nova forma de convivência. Traficantes adotam formas de coerção que ultrapassam o uso das armas, em um primeiro momento. A partir desta coerção, novas práticas passaram a ser adotadas, norteadas as relações entre moradores e traficantes.

O controle sobre o cotidiano da favela poderia não estar somente sob a responsabilidade de pessoas ligadas ao bando, mas também em alguns casos, de diretores das associações de moradores. Esses seriam informantes em potencial sobre as ações do governo nas favelas. Uma nova prática, um novo discurso, capitaneada pelos narcotraficantes, poderia levar moradores a atuarem de acordo com os anseios destes estrategistas. Passa a reinar o temor de ser considerado delator e assim ser punido. Além disso, é uma forma de reconhecer o poder do ‘dono’, fazer-se reconhecidamente um sabedor das regras que naquela localidade funcionam

⁴⁰ FOUCAULT, 1991: 166.

e assim escapar de métodos disciplinares mais rígidos, como a violência. Uma forma de atuar dentro da estratégia do traficante seria, desde o início, aceitar sua postura de “protetor”. Desta forma, ajudá-lo a cuidar da favela. Seria uma forma de provar-lhe que o considera um sujeito de poder naquele espaço, conquistando sua confiança e possíveis benesses para si, para a associação de moradores e para o local.

O *rapper* MV Bill, em uma de suas composições, discorre perfeitamente sobre este fenômeno e de que forma ele funciona no conjunto habitacional Cidade de Deus, zona oeste da cidade:

Ao entrar numa favela
Você sente que está sendo vigiado
O coração acelerado
Você fica preocupado
Porque tem uma lei
Que impera no lugar
E se você ficar de bobeira
A chapa pode esquentar⁴¹

A “chapa pode esquentar” para qualquer um que não siga as regras, não só para os forasteiros. A certeza de não ser visto em uma conversa com alguém de uma favela de outra facção ou com um policial é não fazê-lo. O temor de serem delatados por uma ação não condizente com a disciplina local induz os moradores a fazer funcionar sobre si mesmos a vigilância da qual são vítimas. Esta extrema vigilância característica até hoje das favelas cariocas, formou-se durante a década de 1980, com o início dos conflitos envolvendo bandos rivais e policiais.

Por outro lado, qual seria o papel das associações de moradores nesta troca de votos por serviços, empregos, etc? Poderíamos entender o morador de favela como massa de manobra, facilmente manipulado, com uma postura passiva e subserviente, movidos pelo medo, de traficantes e/ou de policiais, apático frente ao governo. Mas acreditamos que estas pessoas

⁴¹ MV BILL (intérprete / compositor). Como sobreviver na favela, São Paulo: Zâmbia Records, 1998. Digital, stereo.

baseiam sua prática em uma visão utilitarista e empreendedora que fundamenta-se nas possibilidades de apropriação das leis que regem o convívio social, manipulando-as. As relações estabelecidas pelas lideranças comunitárias giravam em torno de dois campos de influência: a estabelecida pelo traficante e a constituída pelo governo do Estado. O presidente da associação de moradores localizava-se em ambos os campos, ou seja, podia sofrer a influência de um, de outro ou de ambos concomitantemente. Sua atuação constituía o que Michel de Certeau denominou de “a arte do fraco”,⁴² uma forma de se tirar proveito de uma posição desprivilegiada no sentido do exercício do poder. Ao chamarmos as ações de lideranças comunitárias de arte do fraco, não conferimos a elas um perfil ingênuo. Muito pelo contrário. O ser “fraco”, dentro da perspectiva de Certeau, é não possuir um espaço de influência relevante no caso em questão. Uma liderança comunitária tem sob sua responsabilidade a representatividade de milhares de pessoas, presidentes de associações de moradores representam toda uma favela. O que faz com que suas táticas sejam consideradas “arte do fraco” é o fato de estarem, no caso desta pesquisa, barganhando dentro da estratégia de atores mais poderosos do que eles. Se o que chamamos de ordem dominante, aqui governo e traficantes, não objetiva as prioridades das classes populares, deve-se procurar uma forma de atuação que crie os mecanismos capazes de fazê-lo. A partir de pequenas ações, que chamamos de “artes de fazer”⁴³, politiza-se o dia a dia das camadas populares, colocando em primeiro lugar o interesse, no presente caso, dos moradores de favelas ou dos próprios presidentes de associações de moradores. Preferimos vê-los como aqueles que tiram proveito da estratégia do outro (o político ou o traficante). Isto significa a construção de táticas que lhes favorecem nesta relação, supostamente desigual, onde manipulam o paternalismo “até que

⁴² CERTEAU, 2001: 101.

⁴³ CERTEAU, 2001: 42.

todas as vantagens sejam obtidas”⁴⁴. Os três sujeitos aqui tem interesse em alcançar metas. O caminho mostra-se ser o da “concessão”. Ceder um pouco em troca do que se deseja: votos, proteção, serviços, obras. Aqui utilizadas por traficantes e governo estadual.

O governo criava e/ou delegava responsabilidades a instâncias mais próximas da população favelada como as associações de moradores, gerando novos discursos e assim aproximando o discurso efetivando a prática que concretizará esta identificação. Todas estas formas de controle, seja com a incorporação de seu discurso pelo governo ou pelo controle contínuo de suas ações pelo tráfico, fazem com que táticas de atuação sejam mais do que necessárias. Assim, tornam possíveis a sobrevivência e a realização de parcerias, com um lado, com o outro ou com os dois, que possam levar benefícios à favela, à associação de moradores ou ao seu presidente. Não se possui um espaço de influência, mas se faz parte de um. Aqueles que operam a partir de táticas se movimentam em um campo de ação que politicamente não lhes pertence, com interesse em manipular as regras, as linguagens, os objetos, dentro de uma margem permitida pelos que controlam o campo ao qual pertencem, mas que não modificam o objeto nem o sentido dado a esse por aqueles.

A possibilidade de obtenção de vitórias dentro da estratégia do mais forte surge quando os usos pretendidos, seja dos produtos, das linguagens ou das práticas produzidos e difundidos pelos poderosos, adquirem novo sentido quando apropriados pelas camadas populares da sociedade. São ações cotidianas que não pretendem revolucionar a ordem hegemônica. Pelo contrário: através da relação com aqueles que detêm o poder, pretendem manipular suas regras, firmar acordos visando sempre interesses próprios: parcerias, contratos, troca de interesses, jogos de influência baseados na astúcia, na esperteza dos responsáveis, sempre atentos ao momento certo para ‘aceitar’ as regras do jogo do outro, burlando-as, fazendo-as “funcionar

⁴⁴ VALLADARES, 1978: 112.

em um outro registro”⁴⁵ de acordo com seus próprios interesses. A forma como se dá essa apropriação, essa manipulação, sem que isso enfraqueça a relação estabelecida entre ambos depende da astúcia daqueles que aplicam as táticas. Esperar o momento certo para agir, privilegiando assim o tempo em relação ao espaço, ao contrário dos estrategistas:

esses elementos (realizar, apropriar-se, inserir-se numa rede relacional, situar-se no tempo) fazem do enunciado, e secundariamente do uso, um nó de circunstâncias, uma nodosidade inseparável do “contexto”⁴⁶

Cruzando as relações Estado - Associação - Traficante, podemos observar um “jogo” com as estratégias impostas que pode prejudicar a relação do outro estrategista com a liderança. Estreitando as relações com o governo, as relações com o tráfico podem enfraquecer. Vejamos: o líder comunitário recebe benefícios para a comunidade e para si em troca de proteção ou apoio político. Ele não manipula essas mercês isoladamente, mas joga em conjunto com elas. Faz um jogo de influências que pode ter como objetivo conseguir cada vez mais benefícios dos agentes que disputam seu apoio. Como são dois poderes, originalmente antagônicos, que exercem seus poderes no mesmo campo, o líder vê-se obrigado a lidar com ambos, com as duas estratégias. Os ganhos poderão vir dos dois lados. Não manipulam as regras e a ordem ao as aceitarem e delas fazerem uso, mas ao barganhar seu estado de “campo de influência” com o outro poder. Iniciamos esta pesquisa buscando as táticas possivelmente usadas nesse jogo de influências, seus usos e maneiras de fazer nas práticas dos presidentes das associações de moradores de Antares e do Santa Marta. E, da mesma forma, as estratégias de traficantes e do governo estadual. Encontramos táticas dos então presidentes, mas uma conjuntura que não permitia, ainda, a formação de estratégias por parte de traficantes.

⁴⁵ CERTEAU, 2001: 95.

⁴⁶ CERTEAU, 2001: 96.

Analisaremos estas afirmações nos capítulos que seguem.

Toda experiência que adquiri durante o período em que convivi de maneira bastante próxima a estas pessoas influenciou sobremaneira os questionamentos que faço no decorrer deste texto. Coloco aqui todos os silêncios tão perturbadores, minhas dúvidas, os medos, meus e dos diretores, sua preocupação em ter cuidado, acima de tudo. Afinal, como disse uma liderança do Morro dos Prazeres, em Santa Tereza, “a nossa vida é de marisco, mesmo.”

Estar entre o mar e o rochedo oferece uma visão ímpar dos fatos, exige uma astúcia apurada para conviver da melhor maneira com os dois lados. Decidimos entender esta astúcia, as táticas destes “mariscos”, ouvindo seus depoimentos. Realizamos nossa pesquisa dos relatos de ex-presidentes de associações de moradores. Entendemos todas as implicações de basearmos nossas principais referências em discursos construídos⁴⁷ sobre memórias, sejam elas de vitórias ou derrotas, dolorosas ou felizes. O critério principal para a escolha das pessoas para prestarem depoimentos para esta pesquisa foi a participação nas atividades de associações de moradores em gestões que se estenderam entre os anos de 1983 e 1987.

Adotamos duas categorias de depoentes. Em primeiro lugar, os depoimentos gravados, Maria Auxiliadora Rocha, presidente da Associação de moradores do Conjunto Residencial Antares e Itamar Silva, presidente da Associação de Moradores do Morro de Santa Marta. Eles desempenharam durante alguns anos funções na diretoria dessas associações de moradores. Entre estas funções está o cargo de presidente da Associação.

Maria Auxiliadora Rocha – ex-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares (AMCRA), é moradora do bairro do Engenho Novo, onde divide uma casa com seu segundo marido. Morou em Antares por pouco mais de dez anos, período em que participou ativamente das atividades da associação de moradores, para onde entrou como

⁴⁷ BECKER *in* AMADO, 2003: 27.

diretora social para depois tornar-se presidente. Na década de sessenta, mineira de Belo Horizonte, fugiu de casa e veio para o Rio de Janeiro. Bastante vaidosa, não revela sua idade, aparentando ter pouco mais de setenta anos. Esta vaidade pode ser percebida na maneira entusiástica com que fala sobre seu passado político em Antares e em suas relações com o governo de Leonel Brizola (1983 – 1987) e de Marcello Alencar (1983 -1986) na prefeitura. Filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) no início de sua atuação na AMCRA.

Itamar Silva – ex-presidente da Associação de Moradores do Morro de Santa Marta (AMMSM), lá reside desde 1956, ano de seu nascimento. Sempre envolvido com questões políticas internas da favela, é um dos fundadores do grupo de maior expressividade social e política no morro, o grupo Eco. Através dele chegou à presidência da associação em 1981 e foi seu diretor na gestão seguinte que se estendeu até 1988. Bastante conhecido no movimento comunitário do Estado, tem forte atuação em organizações não-governamentais que trabalham com questões sociais e de posse de terra. Reivindica perfil independente e autônomo em relação aos poderes públicos. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) ainda quando era presidente da AMMSM.

A seguir aqueles que viveram a mesma época naquelas localidades, seja atuando na diretoria da entidade ou simplesmente como moradores. Dentre os quatro, somente um concordou em gravar o depoimento, Antônio. Os outros depoimentos foram colhidos em anotações no caderno de campo. O objetivo com a coleta de dados além do espaço da associação de moradores é ampliar a visão do período em tais localidades, buscando preencher vazios que se apresentem nos depoimentos dos ex-presidentes ou a identificação de outras possíveis versões dos fatos. Todos os nomes a seguir são fictícios.

Antônio – ex-presidente de associação de um tradicional complexo na zona norte carioca, foi obrigado a afastar-se do cargo por responder a processo por associação ao tráfico. Atuando na política comunitária desde a década de oitenta, acompanhou de perto o crescimento da influência do tráfico de drogas nas favelas. O local onde morou foi durante a década de oitenta um dos principais pontos de atuação da facção Comando Vermelho.

Marcos – junto a ele conseguimos algumas das mais importantes informações acerca do tráfico de drogas no Santa Marta. Em diversas conversas informais, ajudou-nos na construção da história das relações entre a associação e o tráfico de drogas no local. Sua relação com Itamar é de respeito, ambos acreditam em táticas diferentes de modificação na vida dos favelados.

Neuma – moradora de Antares desde 1977, já foi diretora da AMCRA. Aponta o histórico de corrupção da associação como razão para desmotivação de moradores do local. Diz que Auxiliadora foi uma das culpadas pela destruição da organização na década de oitenta, com a perda da sede e a entrada de representantes de traficantes nas diretorias posteriores. Bastante falante e articulada, é coordenadora de um projeto do governo estadual no local. Diz que o único chefe do tráfico que fez algo por Antares foi seu filho, que levou iluminação externa para algumas ruas.

Joana – com pouco mais de quarenta anos, esteve por diversas vezes na diretoria da AMCRA, inclusive quando Auxiliadora foi presidente. Casada, mantém-se com os lucros obtidos com uma pequena loja construída no pouco espaço da casa. Bastante hesitante em fornecer dados a respeito do período em que Auxiliadora foi presidente, não exultou em fornecer logo de início o telefone e o endereço da ex-presidente, apesar de pedir para não ser identificada para Auxiliadora.

Outra fonte levada em conta foi o caderno de campo, instrumento largamente utilizado por antropólogos e que nos serviu como uma segunda e importante opção para a coleta de dados. Optamos pela sua utilização por dois motivos. O primeiro tem a segurança dos depoentes como razão principal. Em uma temática como a que nos propomos estudar, este instrumento apresenta-se como um método confiável aos olhos dos depoentes para concordarem em nos fornecer dados. Em um primeiro momento da pesquisa, levamos em conta a possibilidade de nossos principais depoentes temerem por sua segurança e se furtarem a nos fornecerem alguns dados. Por tal razão, consideramos sua não identificação na pesquisa uma certeza. Para nossa surpresa, logo no início dos contatos estes foram diretos ao afirmarem que nada tinham a esconder sobre o que pensavam e o que realizaram em seus locais de moradia e militância. A identificação estava autorizada. A segunda razão tem a ver com a característica de complementaridade que o caderno de campo tem. A observação do meio, mesmo que estejamos separados por décadas, em seus detalhes ou as reações de nossos depoentes, sua relação com as localidades são percepções do pesquisador. Este conhecimento, construído no dia-a-dia da pesquisa, fortalece o arcabouço de nossas conclusões. As transformações que acontecem naturalmente nas relações entre pesquisador e objeto vão muito além do que está registrado em fitas cassete. Nossas anotações de campo tem por objetivo transformarem-se em fontes, trazendo nossa observação do meio e dos depoentes como forma de talvez dar-lhes valor diferenciador em meio a todos os outros dados coletados.

Porém, ao entrarmos em contato com aqueles que seriam nossos depoentes secundários (moradores e ex-dirigentes das associações de moradores), encontramos em todos o impedimento da identificação. Há um caso excepcional que foge ao padrão de escolha de entrevistados por nós escolhido: uma liderança que nos forneceu importantes dados sobre o governo Brizola e não tem relação próxima com nenhuma das localidades estudadas. Optamos

por sua não identificação baseando-nos em sua situação com a justiça no Estado do Rio de Janeiro. Este depoente, que concordou em gravar a entrevista, respondia a um processo por associação ao tráfico de drogas no período em que esta pesquisa era realizada. Chegamos à conclusão de que seria menos prejudicial a ele se não o identificássemos. Apesar desta pessoa, a quem chamaremos de Antônio, fugir do perfil de nossos entrevistados, mostrou-se de grande valia ao nos fornecer informações a respeito das relações existentes nos anos 1980 entre traficantes e moradores da favela onde reside. Seu depoimento enriqueceu o trabalho com exemplos das estratégias utilizadas por traficantes no momento do crescimento da facção Comando Vermelho.

Nos outros casos, todos os testemunhantes pediram para não serem identificados ou deixaram este desejo implícito no decorrer das conversas, em geral, informais, porém registrados em caderno de campo. O fato de ainda morarem nas localidades e terem medo de verem seus nomes relacionados com a delação de ações do tráfico local, por exemplo, aparece como a principal justificativa para tal pedido.

Para recolher dados, estivemos presentes nas duas localidades pelo período de um a três anos, de 2001 a 2004. O Conjunto Residencial Antares foi o último conjunto a ser ocupado na política de remoções ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970. Tem este nome por localizar-se à beira da Avenida Antares, em Santa Cruz, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Palco de intensa atividade imobiliária irregular desde a sua ocupação, em 1975, passou por ativo processo de favelização que conferiu à localidade uma aparência que se confunde entre o conjunto em alguns pontos e a favela em outros. Na região da zona oeste, Antares é conhecida pela intensa atividade e violência de seus traficantes. A investigação em Antares iniciou-se ainda durante o trabalho que realizamos junto à organização não-governamental OSDA/BASCA (Organização Sócio-Desportiva de Antares/Banco de Ação Social da

Comunidade de Antares). Naquele momento, conseguimos com jovens moradores preciosas informações sobre a história local e fizemos os primeiros contatos com algumas de suas lideranças. Só tivemos contato com Auxiliadora quando a pesquisa já estava em andamento. Sua confusa saída do local foi um fator complicador no início da busca por notícias a seu respeito. Mas seu endereço e telefone foram-nos cedidos por aquela que parecia ter várias razões para não ter sobre dados: uma ex-diretora da Associação de Moradores que diz ter sido enganada pela ex-presidente, Joana. Outros contatos que foram de grande valia para o desenvolvimento deste estudo foram aqueles encontrados na Companhia Estadual de Habitação (CEHAB). Funcionários que participaram do processo de ocupação do conjunto em 1975 e que ainda estavam no órgão forneceram dados orais sobre a formação inicial de Antares e sobre as razões das grandes dificuldades que encontrávamos para colher dados sobre o local junto aos órgãos públicos.

A ocupação do morro de Santa Marta começou ainda na década de trinta. Originalmente ela ocorreu em sua maioria com pessoas oriundas do interior do estado. De forte tradição católica, tem no ritual da Folia de Reis uma de suas principais festas. A Igreja Católica aparece em toda a história da favela de Santa Marta como um dos principais apoiadores das atividades políticas e sociais desenvolvidas. Adquiriu uma identidade violenta a partir da década de 1980 quando se tornou palco de intensas batalhas entre narcotraficantes em disputa pelo controle da venda de drogas no local.

Na favela de Santa Marta, baseamo-nos em nossos primeiros contatos: Itamar e Marcos. Em tentativas de ampliarmos as nossas relações com os moradores, mesmo acompanhados de Itamar ou utilizando seu nome como referência, mostrou-se uma tarefa bastante difícil recolher dados sobre o local. Baseamos, então, nossa versão em dados colhidos com os depoentes citados acima, em periódicos e na bibliografia sobre o morro e sua favela. A pesquisa em

periódicos foi útil pelo auxílio à reconstrução da história da favela nos anos oitenta. Foram utilizados o *Jornal do Brasil* (13/01/1980 a 25/08/1987) e o jornal *O Dia* em suas edições de 1981. Tais edições foram consultadas no Setor de Periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Encontramos problemas em continuar a consulta no jornal *O Dia* por esta ter sido suspensa durante a pesquisa nas edições de toda a década de 1980.

Itamar Silva colocou-se à disposição para fornecer qualquer dado sobre o Santa Marta. Direto, não se furtou a falar sobre nenhum assunto. Porém, seu depoimento não rendeu muito mais do que já esperávamos. A verdadeira dificuldade encontrada no Santa Marta foi em localizar pessoas que estivessem dispostas a colaborar com a pesquisa, fornecendo dados sobre a história da favela e a atuação de Itamar à frente da Associação de Moradores do Morro de Santa Marta (AMMSM). Os poucos comentários que ouvimos ratificaram o que já presumíamos, mas foi um processo desgastante de procura, já que as pessoas que aos poucos surgiam como referência, simplesmente não estavam mais disponíveis ou “desapareciam”. Acreditamos que o silêncio que protege os moradores de favelas de policiais corruptos e traficantes seja a melhor explicação para a repentina falta de interesse em colaborar com o estudo em desenvolvimento. Desde o início ouvimos falar da dificuldade que enfrentaríamos para colher qualquer informação de moradores daquele local. Parece não importar com quem se fala e sim o que se fala. Um depoimento deturpado pode levar a represálias da polícia, investigações, imprensa. O alcance do depoimento, ao que nos pareceu, pode ir muito além em seus medos do que aquele que buscamos com nossa dissertação.

Foram diferentes momentos de aplicação da história oral no trabalho. Temos duas realidades distintas, dois discursos construídos e ratificáveis de maneiras diferentes. Em primeiro lugar, ao iniciarmos os contatos com Itamar Silva, já havíamos tido acesso a entrevistas anteriores com ele e a fontes escritas sobre sua passagem pela Associação de

Moradores do Santa Marta⁴⁸. Poderia ser válido afirmarmos que já conhecíamos o seu discurso, pois muito pouco ele mudara de uma fonte para outra. Por um lado, isto poderia se mostrar um facilitador para nosso trabalho, mas por outro um complicador, em uma história com uma única versão, um único discurso, proferido já diversas vezes. A entrevista com ele, para nós, significou a possibilidade de preencher determinadas lacunas e, talvez, poder identificar um desejo de traficantes participarem da vida política do local.

No lado oposto estava Maria Auxiliadora. Por diversas vezes esqueceu quem era aquela pesquisadora que sempre ligava para marcar uma conversa ou a gravação da entrevista. Resultaram disso situações de ficarmos parada à frente de sua casa no horário marcado para a realização da entrevista. Por alguma força maior, Maria Auxiliadora parecia nunca estar em casa no horário e dia por ela mesma marcados. Após meses de verdadeira angústia, conseguimos seus depoimentos. Porém sua análise mostrou-se bastante trabalhosa após a coleta de outros depoimentos em Antares. A entrevista com ela seguiu um roteiro aberto que procurou, em primeiro lugar, conhecer um pouco de sua história de vida, a razão pela qual ela entrou na Associação de Moradores. Logo nos primeiros diálogos que travamos, soubemos que era filiada ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) e simpatizava muito com Leonel Brizola. Assim, boa parte de sua entrevista valorizou sua relação com o partido e as conseqüências desta militância para Antares. Desta forma, temos duas lideranças, dois perfis e duas atuações que baseiam-se em linhas políticas muitas vezes complementares na conjuntura política que se apresentava. Mas em alguns pontos estas lideranças pareciam atuar de formas bastante diferentes.

Em Antares, Auxiliadora era a principal fonte de uma história que não foi ainda contada. Antares não tem história registrada que apresente seu desenvolvimento após a remoção. É

⁴⁸ Utilizamos depoimentos presentes em PANDOLFI, 2003 e PEPPE, 1992.

sempre o ponto final de diversas histórias de remoções, marcadas pela violência e pelo descaso. Não haveria, a princípio, versões já construídas e proferidas diversas vezes. Uma grande fonte de estudos para qualquer historiador.

Porém, nos deparamos com uma construção diferente daquela que já conhecíamos através de Itamar e Santa Marta. Um discurso que começara a ser construído logo no primeiro contato telefônico realizado com a ex-presidente Auxiliadora. Pudemos comprovar tal afirmação na primeira visita: em poucos minutos estavam sobre a mesa uma série de jornais comunitários que poderiam comprovar alguns episódios sobre Antares e sobre a sua vida que mais tarde ela nos relataria.

Os discursos com os quais nos deparamos são construções formuladas de maneiras diferentes e que se encontram em estágios diferentes, mas que são originárias de uma mesmo período. Mas seus sujeitos partiriam de um mesmo papel social?

Os discursos podem até partir de sujeitos diferentes (veremos o uso do "eu" e do "nós"), mas depoimentos realizados posteriormente com outros personagens validam a escolha dos papéis escolhidos por Itamar e Auxiliadora. Uma observação mais atenta das entrevistas com os ex-presidentes permite a identificação do local social onde cada um se situa, se na esfera do indivíduo ou do grupo a que faz parte, assim como a partir de qual esfera parte a construção de suas memórias⁴⁹. A partir desta constatação iniciamos questionamentos sobre a veracidade de tudo o que estava sendo dito. Percebemos que as histórias de ambos são contadas a partir do "hoje", do local político que ocupam vinte anos após os fatos que relatam. Não poderia ser de outra forma. O discurso de Itamar pôde ser avaliado com o acompanhamento de entrevistas no decorrer dos anos e percebe-se que foi pouco retocado, a essência continua a mesma. Já Auxiliadora e seu discurso só puderam ser comparados com os relatos de outros moradores de

⁴⁹ ROUSSO *in* AMADO, 2003: 95-97.

Antares. Percebemos que equívocos são cometidos, cronologias são desrespeitadas, assim como exageros e pequenas ou grandes mentiras surgem em todos os depoimentos recolhidos, tanto entre aqueles gravados, quanto entre os registrados em caderno de campo. Partes deles constam no trabalho, criticados, confirmados, postos à prova um pelo outro. Em alguns momentos estes cruzamentos colocaram nossas hipóteses à prova, mas enriqueceram o início da construção da história de Antares⁵⁰.

Não havia razões para nos prendermos somente à história contada por Auxiliadora. Seu relato é individual, parte exclusivamente de uma construção sua, e que ela própria sempre fez questão de afirmar. Era a sua versão, uma história apropriada. A Associação de Moradores foi resumida à sua pessoa, às suas ações e às suas vontades, em uma história linear e positivada, interrompida por sua vontade individual⁵¹. Buscamos, em outros depoimentos, a confirmação ou a contestação de sua fala, já que registros escritos praticamente não existem. Os resultados podem ser vistos à frente, no capítulo sobre Antares.

Podemos adiantar que nestes depoimentos, as pessoas mostravam-se desde o primeiro momento curiosas com a razão de tal interesse na história do conjunto. Após esclarecimentos sobre a pesquisa, o problema passava a ser o medo que tinham de ver seu nome vinculado à falcatruas que, ao que parece, fizeram e fazem parte das atuações das diretorias da Associação de Moradores. Estas conversas, realizadas na maioria das vezes nas casas dos depoentes ou na sede da entidade, iniciavam-se com a busca de informações sobre a história daquela pessoa no conjunto. Em alguns casos, esta foi uma questão mal recebida. Assim, passávamos logo para a história da localidade, o que rendeu uma série de histórias paralelas, mas que sempre davam

⁵⁰ Cf. VOLDMAN in AMADO, 2003: 39.

⁵¹ Cf. VOLDMAN in AMADO, 2003: 40.

grande importância ao fato de haverem antigos moradores da favela da Praia do Pinto⁵². Procurávamos centrar então a conversa em Maria Auxiliadora, o que sempre nos dava a possibilidade de ouvirmos as mais aterradoras versões sobre sua gestão e sua saída do conjunto.

No Santa Marta, a linearidade está presente e é facilmente comprovável através de teses, dissertações, livros e relatos. O que encontramos de silêncios nas falas de Itamar e de alguns moradores referia-se às relações com o tráfico de drogas. A forte atuação dos bandos que controlam o comércio de entorpecentes pode ser responsável por este silêncio, pela presença destas pessoas na favela. Em Antares, esta tarefa foi facilitada por uma depoente, mãe de um ex-gerente do tráfico de drogas local que encontra-se preso. Ela não abriu mão de valorizar o período em que seu filho foi o chefe dos traficantes, mas ainda assim não teve muita fluência para nos falar sobre a década de oitenta. Optamos por expor aquelas que mais ouvimos e com número menor de variantes. A partir daí cruzamos alguns dados e tentamos encontrar pontos que aproximem-se de uma verossimilhança. Assim, as poucas e sussurradas falas a este respeito contrastavam-se com a de Auxiliadora que, mesmo protegida pela distância por não morar mais no local, não conferiu muita importância a este fator na história política do local.

Colocamos em perspectiva semelhanças e diferenças nas práticas observadas em Santa Marta e em Antares. Levamos em consideração a história de cada localidade, focando o histórico das relações de cada Associação de Moradores com as políticas partidária e governamental, além do tráfico de drogas. Consideramos este caminho importante porque é a partir dele que entenderemos o que delineia-se na década de oitenta com estas aproximações. As transformações nestes espaços, suas singularidades são pontos importantes de análise. A

⁵² Favela localizada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, dizimada por um incêndio. Seus moradores foram espalhados por conjuntos habitacionais. Muitos dizem ter sido o incêndio intencional, com o propósito de livrar a região de favelas e assim torná-la atraente aos interesses do mercado imobiliário.

História Comparada dá oportunidade ao pesquisador de analisar um conjunto de problemas através de uma gama de possibilidades.

Utilizaremos as experiências de Itamar Silva e de Maria Auxiliadora Rocha nas respectivas associações de moradores para analisá-las sob a conjuntura do período: desenvolvimento do narcotráfico e uma nova ordem política nas relações entre Estado e favela. Estes são os nossos pontos para análise. O que nos interessa, nosso objetivo, são as diferenças e similaridades nas atuações destas lideranças junto a estes dois sujeitos que se apresentam sob uma nova roupagem. Apesar de viverem sob o mesmo olhar, de serem favelas, tem histórias bastante diferentes e situam-se em locais totalmente díspares.



RIO DE JANEIRO

- Centro
- Antares
- Santa Marta

2 – Uma concepção equivocada? Relações entre Estado, Favela e Tráfico

“Foi o Brizola que introduziu essa concepção equivocada, como se só os ricos pudessem ter competência para o grande crime. É um preconceito.”
Moreira Franco, ex-governador⁵³.

As relações entre governos (instâncias federal, estadual e municipal) e favelas na cidade do Rio de Janeiro atravessaram ao longo do tempo diversos processos, todos permeados por interesses políticos. Passando por paternalista, violenta ou clientelista, esta relação sempre apresentou diferentes tratamentos. Tal processo pode ser simplificado pelas seguintes etapas: erradicação - remoção - urbanização, e pode ter se dado dessa forma por conta de fracassos nas experiências propostas e por interesses políticos.

Por outro lado, a imagem criada e adotada que caracterizou e, podemos dizer, diferencia até hoje as favelas, também contribuiu para o fracasso de tais projetos: a de “um veneno social que se estabelecia no núcleo da cidade”⁵⁴, que reconhecia não só um estranhamento, mas uma impossibilidade de lidar com a favela de uma maneira em que seus moradores não fossem desrespeitados e violentados em seus direitos. A relação entre violência e pobreza, baseada no mito da marginalidade, também auxiliou em um tratamento das questões vinculadas à favela de uma forma muitas vezes mais ligadas à questões de segurança do que a questões sociais.

A estigmatização do morador de favela, em sua maioria migrantes, baseia-se na crença em uma dificuldade de adaptação à vida urbana, à desorganização da vida na favela, fugindo do ideal de cidade desenvolvida e às frustrações provenientes de seu fracasso na busca de uma vida melhor fora da área rural. Todos estes fatores contribuiriam para que tal indivíduo

⁵³ ALVES FILHO: 2003: 264 -265.

⁵⁴ FONTES, 1989: 41.

tendesse para a vida sem valores, violenta e criminosa⁵⁵. Essa era a maneira de se ver, entender e pensar o morador de favela nos anos sessenta e baseou as escassas e fracassadas políticas voltadas para essas áreas.

A solução, quase sempre repressiva, violenta e excludente, era imposta de cima para baixo, ignorando as aspirações locais, que não passavam necessariamente pela remoção, e sim por melhores condições de vida. A urbanização mostrava-se a melhor opção para o morador, mantendo sua sociabilidade local e alcançando condições dignas de sobrevivência. A integração, apesar disso, seria em uma sociedade que, apesar de acompanhar um discurso que primou pela harmonia, com iguais oportunidades para todos, pouco importou-se com a real situação econômica dos favelados, com seus desejos e necessidades, fazendo com que muitos acreditassem que a solução para o problema das favelas e da desigualdade entre elas e o resto da sociedade fosse simplesmente realojá-los em algum local mais higiênico e de melhor estética. A integração pretendida seguiu os padrões dominantes, naquilo considerado ‘normal’, ‘justo’ e ‘válido’ pela ideologia dominante⁵⁶. Além de mais interessante econômica e politicamente para estas elites.

A vitória de Leonel Brizola para o cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 trouxe como uma de suas principais propostas o combate à violência policial contra moradores de favelas, o que suscitou uma série de críticas contra sua administração. A opção por uma ação de caráter político-ideológico, de defesa dos direitos humanos de uma população excluída e estigmatizada foi colocada pelo senso comum como a causa do aumento da criminalidade durante os anos oitenta, notadamente o tráfico de drogas. A cidade estaria “à mercê de elementos violentos que não merecem [mereceriam] piedosas reflexões de cunho

⁵⁵ Cf. PEARLMAN, 1981: 169-191.

⁵⁶ VALLA, 1986: 74.

social”⁵⁷. Ou seja, ao utilizar o discurso de defesa de direitos humanos, sociais e econômicos⁵⁸, o então governador estaria aplicando uma política de proteção que beneficiaria diretamente o estabelecimento do tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro. Iniciamos este capítulo com o pensamento do senso comum que defende que esta postura do governo foi na verdade uma maneira de beneficiar a entrada das redes internacionais do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.

Consideramos esta uma visão limitada a respeito de um fenômeno que ocorre internacionalmente. O surgimento de um tráfico de drogas somente torna-se possível pelo papel que o território brasileiro pode oferecer às máfias envolvidas com o narcotráfico: “fornecedor de precursores químicos para a produção de cloridrato de cocaína (acetona, éter sulfúrico e outros), país de trânsito”⁵⁹, além do interesse de bandidos locais em fazer parte de um negócio próspero e lucrativo, em sociedade com os produtores latino-americanos⁶⁰.

Este capítulo busca desmontar este pensamento. Iniciaremos o capítulo falando sobre as relações entre governos e favelas, marcada pela exclusão e pelo interesse eleitoreiro. A seguir faremos uma análise do governo de Leonel Brizola e sua atuação nas favelas, notadamente as relações com as associações de moradores. Por outro lado, acompanharemos todo o desenrolar do surgimento do tráfico nas favelas cariocas. Verificaremos estes fenômenos em favelas como um todo, ainda não focando nossa análise em Santa Marta e em Antares, o que será feito no próximo capítulo.

2.1 A associação de moradores vai ao governo: mudanças e desmobilização

⁵⁷ Jornal do Brasil, 29/08/1983: 08. Editorial.

⁵⁸ Cf. Jornal do Brasil, 16/03/1983: 12.

⁵⁹ SOUZA, 2000: 53.

⁶⁰ AMORIM, 1993: 161.

Em 1956, foi criada o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), sob responsabilidade do governo municipal, ligado a Presidência da República. Anos depois, sob uma conjuntura política diversa, as intervenções que marcaram o período em que Carlos Lacerda foi governador (1960-1965) eram o reflexo de uma disputa entre governos estadual e federal na área de habitações favelizadas na cidade do Rio de Janeiro. Mais uma vez, as favelas ficariam à mercê de interesses políticos. O então governador divergia da atuação do governo federal na área de pobreza urbana, defendendo em seus dois primeiros anos de governo que tais problemas deveriam ser resolvidos de uma maneira que fugisse ao simples uso da violência e da repressão.

O SERFHA somente assumiu o perfil que lhe consagraria a partir de 1960, quando o sociólogo José Artur Rios é indicado para sua direção. Seu trabalho baseava-se na urbanização das favelas, contando com o auxílio dos moradores, que trabalhariam em regime de mutirão. A atuação do SERFHA era no sentido de viabilizar uma organização dos moradores em torno de associações (as Associações Pró-Melhoramentos) que teriam seu trabalho acompanhado de perto pelo órgão e que seria o caminho principal de entrada do governo do Estado nas favelas. Somente em 1961, surgiram nada menos que 71 novas associações⁶¹. Os caminhos que eram traçados naturalmente para essas associações eram de independência e o órgão surgia como um tipo de assessoria política para as ações dentro das favelas.

As favelas deveriam organizar associações cujos representantes se encontrariam regularmente com o pessoal da SERFHA, o qual, por sua vez, deveria dar orientação quanto a organização, informação legal, assistência financeira, social, e outras formas de ajuda técnica⁶².

Artur Rios colocava-se contra a remoção de favelas, “a não ser em casos de calamidade

⁶¹ PEARLMAN, 1981: 241.

⁶² VALLA, 1986: 81.

pública ou necessidade coletiva e, mesmo assim, deveriam ser dadas condições aos favelados para que eles se adaptassem à nova moradia”⁶³, e assim conquistou a confiança dos moradores de favelas. A partir de então, pretendeu-se institucionalizar a parceria entre esses e o governo. Eram organizadas reuniões semanais com as lideranças das favelas para que se discutisse as prioridades de cada uma. Porém, a implementação dos projetos dependia não da real necessidade da favela, mas sim de interesses políticos envolvendo o então governador, Carlos Lacerda⁶⁴. Além disso, a organização de moradores através de associações subordinadas ao governo estadual funcionaria como uma forma de controle interno das favelas. Paradoxalmente, a independência que o SERFHA, sob a administração de Artur Rios, assinalava para dentro das favelas ia além dos interesses eleitoreiros de Lacerda e dos políticos que o apoiavam e viam nas favelas celeiros de votos. Mais uma vez o clientelismo e os interesses políticos tomavam a frente de projetos que pudessem realmente oferecer às favelas a atenção merecida. De um outro ponto de vista, podemos entender esta crise do governo Lacerda como um temor de não conseguir manter a regulação sobre a população de favelas.

Problemas políticos envolvendo o diretor do SERFHA, Artur Rios e o governador durante o ano de 1962, ano eleitoral, levaram a saída do sociólogo do cargo, sendo substituído por Sandra Cavalcanti. Ainda neste ano o órgão seria extinto e em seu lugar criada a Secretaria de Serviços Sociais (SSS). De acordo com Nunes⁶⁵, o que motivou a presença de Rios na direção do órgão foi o interesse político nas áreas favelizadas. Projetos de urbanização mostravam-se os mais adequados para que a aproximação com o governo se tornasse vitoriosa, mas Rios não suportou a pressão de candidatos vinculados ao então governador que desejavam fazer uso da imagem do órgão para promoverem-se nas áreas de favelas e divulgou uma carta

⁶³ NUNES, 1980: 43.

⁶⁴ NUNES, 1980: 55-58.

⁶⁵ Ver nota anterior.

endereçada a Lacerda , estopim de seu afastamento do cargo, que resumia a posição governamental em relação a tais localidades:

...a considerar, cada vez mais, a favela como um problema urbanístico e não social. Sua tendência é realizar obras nas favelas *para* e não *com* os favelados, subordinando-os a uma estrutura administrativa bastante discutível.⁶⁶

É clara a exclusão da população favelada na elaboração de políticas públicas voltadas para estas áreas. Mas não é possível ignorarmos um ponto importante na atuação do SERFHA nas favelas: a criação das associações de moradores. Mesmo não representando uma associação voluntária⁶⁷, criada e gerida por moradores da localidade, e tendo no início de sua história vínculo e relação de total dependência com um órgão público, com o passar dos anos, e de acordo com os acontecimentos que se sucederam, se tornaram a entidade representativa legítima dos moradores de favelas. Mesmo quando existem associações voluntárias, o papel da associação de moradores reconhecidamente é o de resolver problemas de indefiníveis instâncias dentro destas localidades.

A dificuldade na presença dos moradores nas atividades de elaboração dos projetos era justificada por ter sido o plano de atuação do órgão, parte de planos governamentais já traçados, onde seria improvável a participação de pessoas de fora do governo, estando novamente os favelados relegados à função final, ou seja, o trabalho braçal: a realização das obras. Alguns autores consideram o período de 1960-1962, como aquele em que o tratamento destinado às favelas ‘humanizou-se’ e possibilitou os primeiros passos estruturados dos moradores de favelas em sua organização. Mas não podemos perder de vista o fato de que as

⁶⁶ DULLES, 2000: 98-99.

⁶⁷ De acordo com Valladares, as associações voluntárias são criadas e geridas por moradores locais e não apresentam fins lucrativos. São apresentadas por ela como de caráter religioso, político ou assistencial e contribuíram para a desmobilização dos moradores de favelas por reivindicarem interesses de grupos independentes e em regiões de suas atuação. Cf. VALLADARES, 1997: 1390-1403.

associações foram criadas para efetivar a presença do Estado nas favelas. O perfil de Rios atraía a população favelada para o governo e popularizava Lacerda, que já antes de assumir o governo do estado da Guanabara, proferia em seus discursos a vontade de levar água até os morros⁶⁸.

Como já ocorrera diversas vezes anteriormente, a atuação do governo unia dois objetivos: o principal visava o controle sobre as populações faveladas. O segundo aproximar seus moradores, com interesses eleitoreiros. “As relações entre candidatos e favelados são em geral duais, sendo que às vezes o mesmo candidato tem mais de um cabo eleitoral ou “puleiro” numa única favela.”⁶⁹ As relações clientelistas apresentam-se claramente. Favorecimentos nas políticas de urbanização eram uma realidade desde que as favelas passaram a ser vistas como uma grande colégio eleitoral em desenvolvimento. Enquanto governos não chegavam a algum acordo sobre políticas voltadas para elas, a prática da barganha e do privilégio político constituiu-se em uma realidade.

Ficavam assim claras as diferenças ideológicas que separavam os projetos políticos de Lacerda e Rios em relação às favelas. Outro ponto era a crescente organização de seus moradores - talvez impulsionada pela SERFHA, que levaria à criação da FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) em 1963. Mas falaremos mais a esse respeito adiante.

O que pode ser percebido a partir de 1962 é uma crescente intervenção estatal na vida da favela. Teve início, a partir de então, uma política de remoções que modificaria abruptamente o caráter do governo de Lacerda em relação às favelas. Desde a criação da Federação, em março de 1963, surgiu entre as autoridades a percepção de uma organização

⁶⁸ NUNES, 1980: 42.

⁶⁹ MACHADO DA SILVA, 1967: 38.

entre os favelados e que a passividade não seria uma característica destes dali para frente. As políticas seriam, então, de controle e repressão contra as favelas como um todo. Em relação às associações de moradores, os anos iniciais das remoções foram anos de grande luta e que significaram grandes resistências, capitaneadas pela FAFEG. Mas, de acordo com Valladares, a instituição do regime bipartidário fez com que as lideranças de favelas e associações de moradores perdessem sua principal tática política: a barganha. Acabando-se a entrada de políticos nas favelas e a luta pelos votos dos favelados, o poder político das favelas e de suas associações de moradores cai quase à zero. Não haveria mais troca de favores ou possibilidades de melhorias em troca de votos ou espaço político.

Ruptura pode ser colocada como a palavra que melhor representa os acontecimentos: a urbanização foi substituída pela remoção. Ainda em 1962, foi criada a COHAB (Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara) com o objetivo de construir unidades habitacionais para onde famílias faveladas seriam levadas, além de urbanizar e melhorar as favelas. Porém, este último propósito nunca chegou a ser desenvolvido. O órgão foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais em distantes subúrbios da cidade no ano de 1962: Senador Camará (Vila Kennedy), Vigário Geral (Vila Esperança) e Bangu (Vila Aliança), para onde foram transferidos moradores de 12 favelas da cidade⁷⁰. A Fundação Leão XIII no mesmo ano foi incorporada ao governo do Estado.

Este representa mais um capítulo da disputa política entre governos federal e estadual. O presidente João Goulart, seguindo a linha política varguista, de aproximação com o proletariado urbano cria o Conselho Federal de Habitação, cujos objetivos eram os mesmos que os da COHAB, sendo as duas criadas no mesmo ano. As disputas eram em relação à utilização de fundos estrangeiros, a USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional

⁷⁰ VALLADARES, 1978: 24.

dos Estados Unidos) tinha o objetivo de financiar a construção de casas e a urbanização de uma grande favela, reduzindo os custos da construção com a utilização de mão-de-obra local (mutirão) e com material de baixo custo. O acordo foi firmado entre Lacerda e a Agência, tendo então início as remoções de favelas no Estado.

É o início, um tanto quanto tímido, de uma política que procuraria privilegiar determinados setores da elite, entre eles, aqueles ligados à indústria da construção civil. As áreas ocupadas por favelas haviam se transformado em verdadeiros ‘objetos do desejo’ de tais empresários, interessados em investir em espaços muitas vezes localizados em áreas de grande valor imobiliário. O primeiro alvo foi no eixo Tijuca-Méier, atingindo favelas como a do Esqueleto (removida), a urbanização parcial da favela do Jacarezinho e a construção de conjuntos habitacionais: as já citadas Vila Kennedy, Vila Esperança, Vila Aliança além da Cidade de Deus. Este foi um período marcado por grande repressão, mas também por grandes resistências, com o surgimento da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG).

Em março de 1963, a federação viria para reforçar a luta das associações de moradores de favelas contra as práticas que vinham se tornando cada vez mais austeras em relação a essas localidades. A princípio foram filiadas 20 comunidades⁷¹, todas com riscos de sofrer remoções. Contudo, apesar dos esforços, em 1964 foi removida a comunidade do Pasmado, em Botafogo. Seus moradores foram transferidos para o recém construído conjunto habitacional de Vila Kennedy.

Com o golpe militar de 1964 e a saída de Jango da Presidência da República, as remoções, que se tornariam mais freqüentes, estariam entre as prioridades do novo governo. Muda mais uma vez o caráter das políticas em nível federal para as favelas. Como era de se

⁷¹ NUNES, 1980: 60.

esperar, o novo regime político viria com grande repressão e objetivos opostos ao populismo de Goulart. Novos horizontes se abriram para a indústria da construção civil, em crise desde a década de cinquenta⁷², a partir do propósito governamental de investir na dita. O projeto de construção de mais de 200.000 unidades habitacionais mostrava-se extremamente vantajoso, devido ao tipo de obra a ser desenvolvida. Nas obras, destinadas a ex-moradores de favelas, “de habitações de baixo custo, podiam-se empregar materiais de construção de qualidade inferior, o que compensaria ainda mais a iniciativa”⁷³. As favelas começaram neste período a perder espaço na arena política e passaram a ser observadas com maior precisão, principalmente pelo surgimento da FAFEG que mobilizava cada vez mais favelas contra as remoções e a favor da urbanização e de melhores condições de vida para os favelados.

A partir de 1967, as associações passam a funcionar sob o rígido controle da Secretaria de Serviços Sociais (SSS) e das Administrações Regionais. Assim, suas diretorias foram dissolvidas e substituídas por juntas governativas, atreladas à SSS⁷⁴. O governo conseguiria, então, fazer com que as associações de moradores se tornassem meros executores de projetos que viriam de cima para baixo. Além disso, teríamos a solução de alguns ‘problemas’ relacionados às favelas: o controle político sobre as associações, o fim do papel do favelado como sujeito político, a dissolução de núcleos de oposição ao governo e, futuramente, a possibilidade da erradicação definitiva das favelas da cidade.

Em 1968, com a instituição do AI-5, a FAFEG seria fechada. O peso político que a Federação vinha conquistando expressava-se nas mais de cem associações de favelas que eram a ela filiadas em 1968. A crescente importância política conquistada através de sua ação, além do papel político-eleitoral que os favelados estavam conquistando no Estado fizeram com que

⁷² VALLADARES, 1978: 33.

⁷³ VALLADARES, 1978: 35.

⁷⁴ Cf. VALLADARES, 1978: 28.

esta parcela da população passasse a ser vista também como um perigo político para o novo regime que se instituíra no país.

Um avanço em sua postura política pôde ser notado, já que na época de sua fundação, o discurso da FAFEG girava em torno de problema específicos da favela, preocupando-se com a mobilização para questões internas. No Congresso realizado em 1968, o segundo de sua história e anterior ao seu fechamento, temas relacionados à conjuntura nacional pautaram as principais discussões, além de questões específicas, como o crescente perigo das remoções. Após a tentativa de impedir a remoção da favela da Ilha das Dragas, na Lagoa, bairro nobre da cidade, suas lideranças foram presas e as atividades cessaram. Mesmo depois de soltos, muito pouco voltou a ser realizado pela Federação, acuada, provavelmente pelo regime político que se instaurara no país.

O governador que sucedeu Carlos Lacerda no Estado, Francisco Negrão de Lima (1965-1971), ainda em oposição ao governo federal pós golpe militar, praticamente paralisou as atividades da COHAB e preocupou-se com a urbanização das favelas, opondo-se à uma postura repressiva. Utilizou-se, para isso, da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento da Comunidade), criada em 1968 com financiamento da USAID e que tinha como objetivo manter as populações faveladas em suas moradias, preocupando-se unicamente em urbanizar tais localidades⁷⁵.

Como pontos prioritários, resolveu atacar os problemas de legalização dos títulos de propriedade, abastecimento de água, luz e esgoto, financiamento de material de construção, a auto construção de habitações, além da construção de parques, escolas e centros comunitários através do mutirão⁷⁶.

⁷⁵ Cf. VALLADARES, 1978: 24.

⁷⁶ PORTES *em* VALLA, 1986: 98.

Pretendia-se aplicar tal modelo nas favelas de Brás de Pina, Mata Machado e Morro União. Este tipo de urbanização *in loco* e com o auxílio de moradores era bem visto e representava uma tentativa do governo estadual de se aproximar destas populações. A localidade de Brás de Pina foi urbanizada e simbolizava uma tentativa vitoriosa do governo em aplicar políticas para favelas. A conjuntura política nacional impediu que o mesmo acontecesse nas outras localidades e o projeto da CODESCO foi interrompido.

Na realidade, existiram duas companhias de intervenções em favelas com objetivos totalmente diferentes: a COHAB construía casas para famílias removidas em parceria com a Fundação Leão XIII e a CODESCO urbanizava as favelas, ambas contando com verbas da USAID. A COHAB era uma companhia semi estatal, controlada política e administrativamente pelo Estado. A criação da CODESCO deu-se em uma conjuntura de interesse em verbas oriundas de instituições norte-americanas, ainda dispostas⁷⁷ a subsidiar programas e projetos de desenvolvimento de comunidades e auto ajuda.

Ainda como parte das delicadas relações entre Estado do Rio de Janeiro e governo federal na área de favelização, é criada a CHISAM, buscando sobrepor uma política federal às políticas díspares desenvolvidas concomitantemente pelo governo estadual. Começa, então, sob sua responsabilidade, um violento e arbitrário processo de remoções de favelas no Rio de Janeiro.

De acordo com Robert Gay:

CHISAM was created with the expressed intention of resolving the tension between COHAB and CODESCO in Rio and of reestablishing the eradication of the favelas as the number one policy priority. The outcome was that between 1968 and 1973, CHISAM was responsible for the removal of a further 90.000 residents from fifty different favelas, primarily from the wealthier districts of the city⁷⁸.

⁷⁷ VALLA, 1986: 97.

⁷⁸ CHISAM foi criada com a intenção declarada de resolver a tensão entre COHAB e CODESCO no rio e reestabelecer a erradicação das favelas como prioridade política número um. O resultado foi que entre 1968 e

De acordo com os planos desta nova agência governamental de intervenção nas favelas, a CHISAM, o objetivo era remover até o ano de 1976 nada menos que cem mil favelados a cada ano⁷⁹. Apesar de não ter atingido seus objetivos, a CHISAM removeu entre 1968, ano de seu surgimento e 1973, ano de sua desativação, nada menos que 90 mil favelados e 50 favelas, sua grande maioria na zona sul da cidade⁸⁰, o que não deixa de ser um número espantoso se considerarmos o número de moradores de favelas em 1970 de 565.135⁸¹. Não há dúvidas sobre o poder político do novo governo federal, que centralizou a atuação do então governador do Estado da Guanabara, assim como as atuações da COHAB e da Secretaria de Serviços Sociais, a partir da CHISAM.

Sem outra saída, e com a forte repressão política, pouco puderam contra as remoções, que ocorreram de forma efusiva até o ano de 1974. As atividades políticas estavam impedidas e nestes primeiros anos sob o regime ditatorial tudo o que as favelas vinham conquistando - associações, participação e importância política, uma federação de associações ideologicamente independente, foi-lhes cerceado.

Nos anos posteriores, a única política voltada para as favelas era a urbanização, sem tipo algum de negociação ou barganha. Em 1970, Antônio de Pádua Chagas Freitas assume o governo do Estado da Guanabara e sua política clientelista e baseada em currais eleitorais começa a se expandir pelo Rio de Janeiro. Sua ação social era baseada em apoio eleitoral nos extratos mais desprovidos do Estado: subúrbios, zona oeste, favelas.

2.2 'Redemocratização' e urbanização

1973, a CHISAM foi responsável pela remoção de mais de 90000 moradores e cinquenta favelas diferentes, principalmente dos distritos mais prósperos da cidade. GAY, 1994: 20.

⁷⁹ NUNES, 1980: 83.

⁸⁰ VALLA, 1986: 99.

⁸¹ CAVALIERI, 1986: 20 *apud* GAY, 1994: 7.

A partir de 1975, com José Vicente Faria Lima (1965-1969) e Gal. Ernesto Geisel (1974-1978) à frente respectivamente, dos governos estadual e federal, surgiu a preocupação com a questão social e as favelas voltaram à ordem do dia. Um interesse em aproximar governo e moradores de favelas em projetos. Porém, mais uma vez, a participação mostrara-se bastante limitada. As associações ainda estavam atreladas ao governo e a participação, a “auto-organização de comunidade objetiva a execução incondicional e inquestionável dos programas de Governo”⁸². A partir de então, seria adotada uma política de valorização da urbanização, mas ainda algumas remoções acompanhadas de grande violência acontecem. Os governos municipal/estadual continuam sem uma política específica e clara para as favelas.

A Igreja Católica surge novamente com um trabalho voltado para as favelas, paralelo à atuação da Fundação Leão XIII, que desde a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, além de prestar assistência às populações faveladas e removidas, também incorporou outros órgãos da área social⁸³. A Pastoral das Favelas⁸⁴, um dos frutos da Conferência de Medellín (1968) e da recém-nascida Teologia da Libertação⁸⁵, surgia com a proposta de orientação jurídica aos favelados na luta pela posse da terra em que habitavam. Um dos casos mais importantes e que marcou o aparecimento público da Pastoral na cidade do Rio de Janeiro foi o episódio da remoção da favela do Vidigal, questionada juridicamente pela Igreja Católica e impedida pela mobilização dos moradores, apoiados pelos agentes da Pastoral.

A partir de 1979 desenha-se uma política global no tratamento específico da favela. A urbanização finalmente apresenta-se como a palavra de ordem. Valla aponta o papel das

⁸² AMMAM, 1980: 114 *apud* VALLA, 1986: 120.

⁸³ *Cf.* VALLA, 1986: 129.

⁸⁴ A Pastoral foi criada em 1977 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro com o objetivo de dar apoio a moradores de favelas, inclusive no aspecto jurídico.

⁸⁵ *Cf.* VALLA, 1986: 120-121.

favelas na nova conjuntura nacional: as favelas sempre foram vistas como redutos de oposição e de resistência, a organização de seus moradores estava sendo retomada (a FAFERJ ressurgia renovada também, em 1979), a abertura política dava uma nova dimensão ao voto e assim, as populosas favelas viam reconhecido o seu grande potencial eleitoral, com seu crescimento populacional atingindo 317 % desde 1965. Tal realidade e a política de aproximação com as populações faveladas passaram a nortear a partir de então as relações entre governo e favela. A valorização de algumas práticas já observadas nas favelas, como o trabalho coletivo, através de financiamento, incentivo e ‘supervisão’ passaram a orientar as políticas voltadas para tais localidades⁸⁶. Esta prática foi característica do governo que sucedeu o de Faria Lima à frente do Estado. Antônio de Pádua Chagas Freitas buscou a todo custo a aproximação com as favelas, notadamente nas figuras de lideranças comunitárias e presidentes de associações de moradores. Mas não devemos ignorar que tal aproximação em momento algum significou uma democratização do tratamento dado à favela. O interesse era acima de tudo eleitoral e o atrelamento das associações, que anos atrás se dava com setores do governo, agora surgiam com políticos ligados ao governo estadual e com a prática da troca de favores mais forte do que nunca. Os políticos ligados ao partido do governo, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), funcionavam como ‘ponte’ entre o governador e moradores de favelas ou de qualquer outra localidade no Estado.

Estes políticos se responsabilizam pela cooptação dos moradores de favelas para a máquina clientelista chaguista, o que viabilizou a troca de apoio político por favores. Quando não inseridos em tal contexto, os diretores de associações de moradores, além de não

⁸⁶ Cf. VALLA, 1986: 137-141.

receberem benefícios para sua favela⁸⁷ corriam o risco de enfrentar uma ‘oposição’ construída com o apoio de setores do governo inseridos na vida política da favela.

A prática chaguista efetivava-se na forma como os políticos garantiam suas bases eleitorais, “através de distribuição de cargos, através do apadrinhamento, enfim, através de um clientelismo urbano”⁸⁸. Essa aproximação entre população e governo foi aplicada através de uma política clientelista que se dava com um trabalho de mediação e representação do governo, realizado por políticos que agiam localmente nas favelas que funcionavam como seus redutos eleitorais ou próximos à sua área de atuação. Na maioria das vezes, supomos, tal presença baseava-se exclusivamente em interesses eleitoreiros e propagandistas das ações do governo, tendo se intensificado no início da década de 1980, ao aproximar-se o pleito de 1982 e a possibilidade de se prolongar tais práticas com a vitória de Miro Teixeira, candidato do continuísmo .

A relação entre associações de moradores e o Estado passava também por modificações. Após anos de grande repressão contra as entidades representativas de favelas, que levou à quase paralisação de suas atividades, assistiu-se a uma grande expansão do número de novas associações, ainda no final da década de 1970. As parcerias seriam amplamente apoiadas pelo governo e funcionariam como uma forma de controle.

A participação dos moradores de favelas limitava-se a execução das obras (mutirões), muito embora o governo de Chagas Freitas no Estado e de Israel Klabin à frente da prefeitura, tenham levado serviços a algumas favelas. Coleta de lixo, rede elétrica, construção de postos de saúde e de creches, lutas do movimento comunitário datadas de décadas anteriores foram atendidas ainda em 1979. O caráter de tal política, assim como a localidade em que se

⁸⁷ Durante o governo de Chagas Freitas, uma série de melhorias foram realizadas em uma série de favelas no Rio de Janeiro. Cf. VALLA, 1986: 140-147.

⁸⁸ VALLA, 1986: 152.

efetivaria teriam sempre durante o governo de Chagas Freitas o interesse eleitoral por trás. Investigamos até que ponto Brizola rompeu com essa prática e surgiu com uma política que viria a revolucionar com costumes anteriores. Não defendemos que Chagas Freitas, o governador anterior a Leonel Brizola, não realizou importantes ações para as favelas. Mas notamos a diferença entre os tratamentos dispensados a essa população durante os dois governos e sua participação na construção de tais políticas.

Não podemos perder de vista todas as mudanças pelas quais passava a política nacional e que nortearam as políticas sociais neste período. De acordo com Valla, o governo do General João Figueiredo, que assume em 1979, defende “uma política social baseada na retórica da participação, (é) um dos instrumentos fundamentais de legitimação dos diversos projetos governamentais”⁸⁹. A partir de então houve uma clara preocupação por parte dos governantes em fazer com que a população das áreas carentes estivesse presente nos projetos sociais, mesmo sem participar ativamente com suas reivindicações. O interesse em levar a urbanização às áreas faveladas leva em conta não somente o potencial eleitoral de tais localidades, mas uma preocupação com a mobilização das lideranças comunitárias de favelas. Em nível internacional, havia uma grande preocupação com o vertiginoso processo de crescimento das favelas nas regiões metropolitanas de toda a América Latina, o que fez com que órgãos como o Banco Mundial passassem a destinar parte de seu capital para projetos com uma nova orientação política:

Na nova estratégia, o importante é conhecer minuciosamente esses bolsões de pobreza para melhor **controlá-los** e, sem dúvida alguma, procura amenizar, tornar as condições de vida urbana ao menos suportáveis, financiando através de convênios com governos locais projetos de melhoria nos serviços básicos e de medicina preventiva, contando para isso, ou melhor, estimulando a participação da própria população.⁹⁰ [grifo nosso]

⁸⁹ VALLA, 1986: 136.

⁹⁰ VALLA, 1986: 147.

Porém, ao final do governo de Chagas Freitas tal método passou a ser criticado e combatido com as novas propostas que surgiam através dos discursos inflamados do então candidato Leonel Brizola. Suas propostas dispensavam atividades locais baseadas em apadrinhamentos políticos e anunciava novos métodos que pudessem atender a todo o conjunto de moradores de favelas e áreas pobres do Estado

2.3 Leonel Brizola

Leonel Brizola era uma figura politicamente relevante no Brasil desde a década de 60, quando, como governador do Estado do Rio Grande do Sul tentou impedir golpe que tentou inviabilizar a posse de João Goulart como Presidente da República. Liderança mais popular da Campanha da Legalidade⁹¹, chegou a mobilizar uma série de estações de rádio na região sul do país, na intitulada Voz da Legalidade, a fim de atrair maior apoio para a campanha pró-Jango, além de organizar manifestações populares de apoio ao vice-presidente⁹².

Já no Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, Brizola foi eleito em 1962 o deputado federal com a maior votação registrada até então: 269.000 votos. Também já se tornara uma das principais figuras da esquerda do país, com especial simpatia entre as classes populares.

Com o golpe de 1964, Leonel Brizola partiu para o exílio tendo seu nome entre alguns dos mais perigosos para a ordem nacional, de acordo com o governo militar. Mantinha-se como uma figura muito querida entre as camadas populares, pelas lembranças de seus discursos inflamados nos anos pré-golpe e pela forte ligação que sempre fez questão de manter em relação à imagem de Getúlio Vargas. Esteve no Uruguai, de onde foi expulso em 1977, indo morar nos Estados Unidos, onde ficaria até seu retorno ao Brasil, em 1979. Retornando,

⁹¹ Movimento que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República, logo após a renúncia de Jânio Quadros.

⁹² DEBERT, 1997: 127.

fundou o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e voltou a participar ativamente da vida política do país.

A conjuntura política naquele momento demonstrava um claro desgaste já de alguns anos do regime, a abertura que vinha se consolidando desde 1978 possibilitava demonstrações de descontentamento. A liderança política de Leonel Brizola representava, então, uma nova esperança nos rumos que se desenhavam para o país. Seu perfil contestador do regime militar, construído ao longo de sua vida política, em tentativas de reação ao golpe de 1964, o *status* de inimigo número um do Estado em um período de questionamento do regime ditatorial vigente deram a ele um caráter de representação dos anseios da população.

De acordo com Sento-Sé, Brizola assumiu o legado trabalhista com propriedade. Na década de sessenta, sua proximidade política com Jango, sua participação nas reivindicações pela reformas.

O país respirava, desde o final da década de 1970, os ares de uma abertura política, onde a anistia aos presos políticos, o perdão aos exilados, parecia ser o principal desejo dos que haviam ficado no país. Mesmo com o perdão, a luta contra a opressão continuava, e direitos humanos eram as palavras de ordem naquele momento. Com algumas adaptações, esta bandeira, levantada principalmente pela classe média, abrigava agora as vítimas do temido Esquadrão da Morte (que agia na Baixada Fluminense) e da violência da polícia, os favelados. Assim, Brizola conseguiu atrair para si também a simpatia da classe média. A eleição em que foi eleito foi marcada por grandes reviravoltas, principalmente a sua ascensão meteórica a poucos meses do pleito. De acordo com dados retirados de Sento-Sé, de março à outubro de 1982, Leonel Brizola subiu de 5,4% em intenções de voto para 32,2%, sendo que, por faixa de

renda, 34,5% dos possíveis eleitores do candidato do PDT pertenciam às classes A ou B⁹³:
”Mesmo se apresentando como um candidato de perfil predominantemente popular, o discurso de Brizola obteve, naquela campanha, excelente penetração junto às classes média e alta.”⁹⁴

O governo conseguia abarcar para sua política moradores e lideranças das favelas. Tanto o discurso quanto a prática de Leonel Brizola durante o período de sua campanha e os primeiros meses de seu governo foram com o objetivo de criar em sua plataforma política uma discussão a respeito dos direitos humanos, tão em voga no período, para as populações residentes em favelas e bairros pobres do Estado. A apropriação do discurso destas pessoas poderia resultar não somente em votos para si em sua eleição, mas a continuidade de sua política, o que não ocorreu devido a crises no decorrer do seu mandato.

Na década de oitenta, um novo trabalhismo, fundado em conjunto com o PDT (Partido Democrático Brasileiro), rompeu com o que havia de tradicional na política nacional - vide polêmicas entre Brizola e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) - e surgiu com um discurso que enfatizou “cada vez mais sua opção pela democracia, entendida basicamente como democracia social”⁹⁵. Brizola sobreviveu à censura que suprimiu seu nome dos jornais mas que foi incapaz de apagar sua figura emblemática das mentes das pessoas. Com a abertura, seu nome era citado como uma das maiores figuras políticas do país, mesmo antes de seu retorno. Despertou

na população que vivera os anos pré-golpe a lembrança do líder aguerrido nas lutas pelas reformas de base, e suscitando, nos mais jovens, a curiosidade por aquela figura tão polêmica, da qual tinham notícias contraditórias mas sempre veementes.⁹⁶

Sua imagem política, construída a partir de uma postura veementemente aguerrida, crente em seus ideais trabalhistas e democráticos, disposta a dar continuidade à política de

⁹³ SENTO-SÉ, 1999: 99.

⁹⁴ SENTO-SÉ, 1999: 224.

⁹⁵ SENTO-SÉ, 1999: 106.

⁹⁶ SENTO-SÉ, 1999: 56.

Getúlio Vargas e de Jango, capitalizando também parte de sua popularidade, chegou ao governo do Estado do Rio de Janeiro como uma real transformação. Mesmo com o governo militar à frente da política do país, Brizola foi uma figura que procurou romper com o passado/presente repressor do Brasil. Representava naquele momento a união de diversas classes sociais em torno de um novo projeto de nação, onde indígenas, negros, mulheres e pobres poderiam colocar suas especificidades com a possibilidades de serem atendidos em seus anseios. Resta sabermos se realmente era e foi isso. Amparado por um passado recente sempre lembrado por seus parceiros políticos, era uma figura que vinha de encontro a um regime político desgastado. Brizola funcionaria politicamente junto às massas com um estratégia de aproximação e de incorporação dos discursos desta camada da sociedade. Muito disso se viu na relação entre Brizola e as populações faveladas do Estado.

O primeiro governo estadual de Leonel Brizola (1982-1987), representou uma grande esperança para os moradores de favelas a partir do momento em que incorporou em seu discurso os anseios desta parcela da população carioca.

...as lideranças estavam comprometidas, você ainda tinha lideranças comprometidas com o desenvolvimento coletivo. Elas não estavam cooptadas. Então foi fácil, foi fácil porque quando trouxe à tona os projetos do partido, no caso, daquele, do governo, é, ele era, ele foi construído de baixo para cima, ele foi construído com as comunidades. Com a participação das lideranças, que estavam comprometidas.⁹⁷

Só não sabemos ainda até que ponto se deu este comprometimento, se era um comprometimento com os ideais de um movimento comunitário ético e preocupado realmente com uma nova conjuntura que se apresentava, ou comprometido com o governo estadual e, principalmente, com o partido do então governador. Algumas lideranças entrevistadas por nós parecem ainda não problematizar a questão, mesmo vinte anos depois, ou simplesmente se

⁹⁷ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

fazem de desentendidas.

Não, até por causa da trajetória política deles, de muitos anos já, de muitos anos já...que era sempre numa linha, que era a linha de conduzir o desenvolvimento para os menos favorecidos. Certo? Então a gente nunca entendia que, que, isso seria uma tática ou estratégia de 'vamos fazer assim, que depois a gente... a gente reverte isso em voto' ... Não, a gente não pensou, não pensei nisso não.⁹⁸

Porém outras vêm de forma extremamente crítica a postura do governo em relação ao movimento comunitário, o que nos leva a acreditar em uma estratégia dupla de enfraquecimento do dito movimento e de fortalecimento do PDT. A dualidade da esquerda que se apresenta no período, dividida entre os dois novos partidos que surgiam com propostas de renovação e justiça, o PDT e o PT, fazia com que o movimento comunitário se dividisse entre as duas propostas. A presença do PDT no governo do Estado fez este se tornar não somente uma opção para o poder, mas o verdadeiro poder de Estado. As lideranças mais antigas, acostumadas a se curvarem aos políticos da situação - mesmo que de direita, agora se viam frente a frente ao governo, sem a necessidade de intermediação de políticos. A diferença mais forte na aproximação entre governo e favelas foi o contato direto entre secretarias e associações de moradores, o acesso direto aos corredores do governo, a possibilidade de dar sugestões em projetos que seriam aplicados em suas favelas. Entidades como a FAFERJ - Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, viram-se divididas entre as críticas à atuação do então governador e o apoio irrestrito a ele. Muitos membros de sua diretoria estavam participando ativamente do governo, quando não militando no PDT⁹⁹.

Nos primeiros anos de seu mandato pode-se afirmar que uma série de melhorias foram realizadas em algumas favelas, como a canalização de rios, a oficialização das redes de luz e água. Em muitas favelas, os projetos demoraram a acontecer, criando situações delicadas para

⁹⁸ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

⁹⁹ Cf. HOLLANDA, 2002: 106-108.

as associações, cada vez mais cobradas pelos moradores.

Antônio, uma liderança de favela da zona norte da cidade e nos concedeu um depoimento esclarecedor do papel emblemático de Brizola naquele período. Sua postura é bastante interessante em relação ao crescimento do PDT e à crise que aos poucos atingiu o governo de Leonel Brizola. Apresentando-se como fundador do PT, tem postura contraditória. Justifica a crise, primeiro, como uma forma de derrubar o candidato comprometido com as causas populares. Vejamos o que ele diz:

Não, esse discurso aí não é o discurso da sociedade, esse discurso aí é o do traficante, esse discurso aí é o do bandido', isso pra poder desmoralizar, e aí você não vai adiante com o seu projeto de transformação social. Isso fizeram no governo Brizola.¹⁰⁰

Logo em seguida, atribui os problemas de Brizola a uma falta de cuidados do PDT com a formação de seus quadros e com a entrada indiscriminada de pessoas na prefeitura e no governo estadual:

...foi colocando essas pessoas indicadas por não sei quem, indicada por outro, indicada... e sem nenhuma preocupação de formar quadros, sem nenhuma preocupação. Esse foi o grande erro, o grande erro do Brizola. Foi esse. Quando ele olhou para o lado, ele tava cercado de pilantras, ele tava cercado de problemas.¹⁰¹

Se houve em algum momento a preocupação em se formar quadros no partido do então governador, ela não passava pelas lideranças que entravam no partido através das aproximações realizadas dentro das favelas. Muitas lideranças falam de cooptação e de enfraquecimento do movimento comunitário¹⁰², já que muitas dessas passaram a ocupar cargos nas secretarias estaduais, outras passaram a militar no partido do governo. O movimento

¹⁰⁰ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

¹⁰¹ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

¹⁰² Cf. CDDH Bento Rubião, 1994: 95 e 106.

comunitário transferiu-se para os corredores dos governos estadual e municipal¹⁰³.

A estratégia colocada pela administração estadual durante o governo de Leonel Brizola em relação às favelas estadual seria,

...um processo disfarçado em maior participação popular atestada pela facilidade de acesso aos corredores da administração; embora, ao fim e ao cabo, as decisões continuassem a ser tomadas de cima para baixo.¹⁰⁴

Porém, algumas lideranças defendem que o governo Brizola teve grande importância no rompimento com a prática do “pacote fechado”, ou seja, projetos que chegam às favelas sem ao menos serem adaptados à realidade local, ignorando suas necessidades. Teriam fim, então, as decisões que vinham de cima para baixo a partir da construção de tais projetos em conjunto com as lideranças das favelas.

Acredita-se não haver entre os presidentes das associações de moradores no período interesse em reverter a ordem estabelecida e sim tirar proveito do seu papel político dentro da favela, ou seja, uma acessibilidade maior aos corredores administrativos, como atesta o autor, o que já seria uma tática para atrair benesses para si e para a comunidade. Mesmo que as decisões continuassem a ser tomadas de cima para baixo, a participação, mesmo que num papel secundário, mostrava-se política e economicamente viável para os presidentes. A eleição de Leonel Brizola para o governo estadual em 1982 representou a vitória de uma parcela excluída entre os fluminenses.

As organizações comunitárias adquiriram grande força a partir do final da década de 1970 e com grande eficácia, conseguiram levar para as favelas a instalação de redes de água e luz, saneamento básico e coleta de lixo. Não é possível deixar de lado o importante papel que estas organizações tiveram nessas vitórias, mas deve-se questionar a maneira estratégica como

¹⁰³ Algumas obras e demais projetos que foram implementados no período realizaram-se em parcerias entre governos estadual e municipal.

¹⁰⁴ ALVITO, 2000: 137.

esta energia foi utilizada pelo candidato a governador Leonel Brizola para sua futura vitória nas eleições estaduais de 1982. Em visitas realizadas durante sua campanha para o cargo a favelas da zona sul da cidade, Brizola assumiu como compromisso a construção de creches e a melhoria das redes de água e luz¹⁰⁵.

Aos poucos, os mutirões comunitários¹⁰⁶, financiados pelo poder público foram se configurando como uma estratégia política de controle das organizações comunitárias. (...). Constituiu-se assim um mecanismo extremamente permeável à influência de políticos e mesmo de algum líder de associação de moradores, que mantém práticas semelhantes, empregando amigos, parentes e correligionários.¹⁰⁷

Pode-se concluir, então, que apesar da força demonstrada para conseguir melhorias para as favelas, as organizações comunitárias não conseguiram romper com a prática clientelista, mas acreditamos que, de alguma forma, utilizaram taticamente o crescente e cada vez mais valorizado poder político-eleitoral de que dispunham para a conquista de projetos sociais e de infra-estrutura para as favelas.

2.4 Chagas e Brizola: renovação ou mudança de estilo?

O governo de Leonel Brizola caracterizou-se por procurar romper com a política impositiva, construindo junto aos moradores de favelas parcerias que viabilizassem o seu desenvolvimento urbano. Este período nos interessa especialmente pelo ex-governador ter conseguido a adesão política de diversas lideranças comunitárias para seus projetos voltados para as favelas.

¹⁰⁵ Cf. Jornal do Brasil, 18/10/1982:04 e 25/10/1982: 02.

¹⁰⁶ Em projetos do tipo mutirão a realização da obra fica a cargo dos moradores das favelas, o governo responsável pela obra apenas cede material e pagamento dos operários.

¹⁰⁷ CDDH Bento Rubião, 1994: 98.

Em 1983, ano em que Leonel Brizola assumiu o governo do Estado do Rio de Janeiro, as associações de moradores das favelas estavam familiarizadas com uma prática clientelista que atingiu o seu auge no final da década de 1970, com Chagas Freitas à frente do Estado. Uma das principais características de Freitas era a força do voto clientelista frente ao voto ideológico. Podemos dizer que esta era uma das principais diferenças entre ele e o novo governador. O discurso de Leonel Brizola primava pelo benefício a todos e não somente a um grupo privilegiado por desenvolver determinados contatos políticos. Zaluar ilustra muito bem a grande mudança que se anunciava em conversas entre os moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus com a chegada de Brizola ao governo do Estado. Acreditamos que as conclusões tiradas pela autora possam servir para retratar as expectativas desta parcela da população em relação ao novo governo: “foi então que apareceu diante de mim [a autora] a antinomia entre a estratégia pessoal de buscar o favor para ‘melhorar de vida’ e a solução coletiva de ‘melhorar a vida de todos os pobres’”¹⁰⁸.

Brizola rompia com toda uma prática política anterior, não somente do governo chaguista, mas de toda a história das relações entre governo e favela, tanto em nível local como em nível nacional. O paternalismo, o assistencialismo ou a postura autoritária dariam lugar a uma nova relação.

Durante o governo de Chagas Freitas, o poder do Estado era demarcado entre políticos que tinham uma atuação localizada em determinados locais. Toda a influência era dividida em áreas de atuação. Nestes locais, políticos (candidatos ou não) exerciam o papel de intermediários entre o governo estadual e a população da área. Entre os moradores mais influentes entre a população, basicamente lideranças comunitárias, ligadas ou não às associações de moradores, são escolhidos os cabos eleitorais. Note-se que estas figuras eram

¹⁰⁸ ZALUAR, 1985: 255.

presentes na vida política das favelas desde há muitos anos. A rede relacional deu-se em torno de influências políticas de um ou outro político que agia em determinada localidade com uma liderança comunitária e ali “recolhia” seus votos em troca de favores que para se realizarem dependiam de sua força política junto ao governo. Sendo esta uma prática que aparentemente acompanhou toda a história das favelas na cidade, pelo menos, não é difícil concluirmos que para transformá-la seria necessária quase que uma revolução nas relações entre favela e Estado.

Facilmente nota-se a ruptura de Brizola com tal prática. Não haveria mais a intermediação de políticos entre favelas e governo. Na realidade, em Chagas Freitas, não havia acesso ao governo. Quem realizava era o político e sua influência junto ao governador. As relações se davam de maneira bastante diática.

Interessava ao governo Brizola um contato direto com as lideranças comunitárias e as associações de moradores, ao contrário do que aparentava acontecer anteriormente. A “mediação” sairia das mãos de políticos e caberia às secretarias de governo, em uma negociação direta com o Estado.

A aproximação com as associações de moradores se deu aparentemente de forma diferente. O acesso a partir de então se daria de forma direta aos corredores governamentais, o que viria a acabar com o clientelismo político e a troca individual de votos por favores. Devemos analisar se realmente as lideranças à frente das associações de moradores pesquisadas tiveram realmente acesso ao governo e aos benefícios que a partir dali seriam oferecidos. Antes de nos determos nesse ponto, sugerimos uma breve análise do perfil de Leonel Brizola e de sua trajetória política.

A prática chaguista efetivava-se na forma como os políticos garantiam suas bases eleitorais, “através de distribuição de cargos, através do apadrinhamento, enfim, através de um

clientelismo urbano”¹⁰⁹. Essa aproximação entre população e governo foi aplicada através de uma política clientelista que se dava através de um trabalho de mediação e representação do governo, realizado por políticos que agiam localmente nas favelas que funcionavam como seus redutos eleitorais ou próximos à sua área de atuação. Na maioria das vezes, supomos, tal presença baseava-se exclusivamente em interesses eleitoreiros e propagandistas das ações do governo. Esta política tinha nas favelas um objetivo explicitamente político e eleitoreiro, tendo se intensificado no início da década de 1980, ao aproximar-se o pleito de 1982 e a possibilidade de se prolongar tais práticas com a vitória de Miro Teixeira.

A aproximação entre lideranças comunitárias e políticos na década de setenta e início de oitenta também pode ser exemplificada com as prendas oferecidas pelos políticos para cooptá-las. Em uma conversa informal com Mario, um dos diretores da FAF-RIO (Federação das Associações de Favelas do Município do Rio de Janeiro), ele relatou o orgulho com o qual o então presidente da Associação de Moradores da favela em que mora, na zona oeste da cidade, chamado aqui de Lúcio, já beirando os oitenta anos e costumava dizer que “naquele tempo as coisas só andavam desse jeito, se não fosse troca de favores nada era feito”¹¹⁰. Além disso, outro ponto interessante foi perceber que a aproximação com políticos era muito mais do que a possibilidade de trazer benfeitorias para a favela ou ter ganhos particulares. Ser visto ao lado de determinado político ou levá-lo para a localidade era uma demonstração de poder e colocava a liderança em um patamar mais elevado dentro e fora da favela. Enquanto isso, o político favorecia-se, popularizava-se e aumentava sua área de influência. A relação clientelista entre políticos e lideranças comunitárias - no caso aqui apresentado, a diretoria das Associações de Moradores, poderia ser caracterizada de forma geral como uma grande troca de favores onde os

¹⁰⁹ VALLA, 1986: 152.

¹¹⁰ Mário, caderno de campo, 18 de dezembro de 2002.

envolvidos tendem a tirar proveito para si próprios, alimentando seus interesses particulares.

Uma nova forma de aproximação foi efetuada, assim como a tentativa em modificar a imagem e o tratamento dispensado às favelas. O governo de Leonel Brizola caracterizou-se e foi duramente criticado por traçar novas formas no tratamento da questão da segurança pública, baseando-se na égide da construção de um governo popular. Privilegiando questões sócio-educacionais, Brizola abre mão da segurança violenta, da afirmação da polícia como órgão repressor. De acordo com Rodrigues, considerava a questão da segurança secundária, já que representava somente a segurança das classes média e alta, preocupadas em manter a ordem burguesa e seus bens, e “não prioridade de um governo popular”¹¹¹. A violência, de acordo com o ex-governador, era mais uma mazela, fruto das desigualdades sociais resultantes do sistema econômico vigente e não de um estado de anomia no Rio de Janeiro. Sendo assim, cabia ao governo combater as causas da violência, levar cidadania para a parcela excluída da sociedade, os favelados e moradores de bairros populares.

As violentas incursões policiais em busca de criminosos eram a forma mais comum de se notar a presença do Estado nas favelas. Este era visto com receio ou até como inimigo, principalmente quando representado pela figura do policial, civil ou militar. Suas atuações nas favelas ainda eram baseadas nas práticas do período militar. Ou seja, o que antes era empregado no combate ao “espectro” do comunismo, a partir de então foi utilizado para dizimar “o criminoso comum infiltrado nas massas populares”¹¹². Desta forma, a convivência entre favelados e policiais tornou-se extremamente problemática pela própria postura dos agentes da lei em relação aos moradores de favelas:

...eles [os moradores] tem pouco ou nenhum respeito pela polícia, que sempre os tratou com desprezo ou violência simplesmente por serem

¹¹¹ RODRIGUES, 1993: 91-93.

¹¹² PINHEIRO, 1982: 60.

favelados ou morarem num determinado conjunto popular.¹¹³

Um dos casos mais conhecidos, que ilustrou as páginas de vários jornais da cidade, foi o ocorrido em 29 de setembro de 1982 nos morros da Coroa e da Cachoeira Grande, na localidade conhecida hoje como Complexo do Lins. Na capa do *Jornal do Brasil* do dia seguinte, podia-se ler: “Vários homens, todos negros, amarrados uns aos outros com cordas nos pescoços, caminhavam em fila como se fossem escravos, ao fim de uma batida da PM”¹¹⁴. As prisões foram feitas para ‘averiguação’, porque os suspeitos não apresentavam carteira de trabalho, enquadrando-se na lei federal que incluía vadiagem como contravenção penal¹¹⁵. A ação da polícia pautava-se na prevenção, na tarefa de tirar de circulação criminosos em potencial. Porém, sua categorização tinha origens sociais e, além de relacionar pobreza e marginalidade, os policiais também o faziam com desemprego e criminalidade.

As práticas policiais passaram a ser questionadas e criticadas até mesmo pelo então futuro governador. Ainda durante a campanha eleitoral, fez uma rápida e cruel caracterização da imagem do policial civil e militar, apropriando-se da opinião da maioria dos moradores de favelas:

Hoje em dia não sabemos o que é pior: se o bandido ou a polícia. Acho que chega até a ser a própria polícia, conforme muita gente vem se queixar. Então, devemos, antes de mais nada, levar a polícia a reassumir o papel que deve e precisa desempenhar na proteção dos cidadãos deste Estado.¹¹⁶

Dentro desta perspectiva, o tratamento dispensado a tais localidades muda de caráter. A partir de 1983 implanta-se uma política onde a favela, vista quase que exclusivamente como local de violentas ações policiais e morada de delinquentes, passa a se tornar palco de grandes

¹¹³ LEEDS, 1998: 243.

¹¹⁴ *Jornal do Brasil*, 30/09/1982: 01.

¹¹⁵ Artigos 59 e 69. Decreto Lei n. 3688, 02/10/1941.

¹¹⁶ *Jornal do Brasil*, 13/12/1982: 03.

ações de caráter social paralelas à mudança da política de segurança pública. Uma série de medidas foram tomadas no sentido de coibir práticas ilícitas e abusos de poder por parte de policiais dentro das favelas.

Postulava-se, então, a remodelação e a modernização das instituições policiais e adoção por parte delas, de estratégias de ação que fossem pautadas pelo respeito aos direitos dos cidadãos, independentemente da classe social a que pertencessem.¹¹⁷

De fato, efetivar qualquer grande mudança nas práticas policiais, implantar uma filosofia que fugisse da prática repressiva, violenta e preconceituosa que caracterizava a atuação da instituição até então, implicaria em investimentos em todos os setores da corporação. O governo impediu as ações que antes tinham o seu consentimento como, por exemplo, subir os morros, invadir as casas e fazer prisões para averiguação, sem nenhuma ordem ou autorização judicial, mas por outro lado não soube como combater o principal problema da corporação: a corrupção que nas favelas aparecia com a cobrança de ‘taxas’ por parte de policiais aos comerciantes.

Na década de oitenta, principio da década de oitenta, ainda não tinha a cocaína. E nem as armas de grande porte e automáticas. Como é que a polícia sobrevivia? Sobrevivia ‘acharcando’ o comércio local. Comércio comum, quitanda do Seu João, birosca do Seu, do Seu, birosca do Zé das Couves...né? É, pressionando. E, sob pena de medo, alguns trabalhadores, trabalhadores tinham que dar um, como se fosse um pedágio. Ela sobrevivia disso.¹¹⁸

A polícia não entrava na favela para dar proteção aos seus moradores e sim para reprimi-los e violentá-los. A corrupção presente no corpo policial também contribuía para a construção de uma imagem cada vez mais negativa da instituição. Não podemos negar aí o enfraquecimento deste órgão governamental e sua desmoralização junto às populações

¹¹⁷ SENTO-SÉ, 1998: 49.

¹¹⁸ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

faveladas. Leonel Brizola tentou mudar drasticamente a filosofia da polícia que governava, a partir de uma perspectiva de respeito aos direitos humanos, que seriam garantidos a partir de então também aos moradores de favelas. Junto a isso implantou programas de saneamento básico e implantação de rede elétrica. Ou seja, Brizola procurava fortalecer o governo do Estado expandindo a cidadania para as áreas populares, fazendo com que governo e população se reaproximassem, deixando para trás a política antidemocrática dos anos anteriores. De acordo com Machado, o fortalecimento do governo do Estado “só vai ocorrer quando o funcionamento de suas agências for social e espacialmente mais homogêneo e universalista.”¹¹⁹ O tratamento dispensado às populações faveladas modifica-se em busca de uma política mais abrangente, tanto na questão social, quanto na da segurança. De acordo com os depoimentos colhidos, nos primeiros meses a atuação policial realmente modificou-se, mas voltou a ser o que era, por conta da corrupção já enraizada na corporação.

-Em 82 tentou-se fazer uma polícia cidadã.

-E funcionou?

-(...) Isso demora pouco tempo.¹²⁰

A corrupção policial já fazia parte do cotidiano das favelas, e a modificação da filosofia das polícias, deixando a repressão para um segundo plano, pautando suas ações no cumprimento as leis tornava-se uma tarefa difícil. Desde a centralização das polícias estaduais pelo exército, em 1969, o papel da polícia militar passou a ser o de lutar contra os militantes de esquerda, os ‘subversivos’. Porém, com a situação política interna controlada, longe do espectro comunista, assim que retornaram ao controle dos governos estaduais, as polícias voltaram suas armas contra os criminosos comuns e com as mesmas práticas utilizadas nos

¹¹⁹ MACHADO DA SILVA, 1999: 119.

¹²⁰ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

porões da ditadura militar. O quadro agravou-se com a Emenda Constitucional n.7 de 1977 que deu às polícias militares amplos direitos na criação e execução de seus métodos¹²¹. De qualquer forma, a polícia militar do Rio de Janeiro, com a conivência ou desconhecimento de instâncias superiores passou a pautar suas atuações em práticas “que desconhecem clemência e moderação”¹²².

Essa falta de limites nas ações policiais afetaram sobremaneira os moradores das favelas. Ao subir os morros em busca de criminosos, os policiais tinham uma única maneira de identificar os ‘homens de bem’: a apresentação da carteira de trabalho. Mas levando-se em conta o período de crise que caracterizava o país, notadamente a partir da década de 70, o nível de desempregados, desprovidos de carteira de trabalho era bastante elevado principalmente nas áreas favelizadas.

A implementação de uma filosofia que fugisse da prática repressiva, violenta e preconceituosa implicava em investimentos em todos os setores da corporação. Porém, Brizola optou por priorizar a segurança que não se enquadrava neste perfil. A política de segurança desenvolvida por ele pautou-se na prevenção, o que colocou em primeiro lugar investimentos nas áreas de educação e do social. Por tal motivo, projetos como o dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e a urbanização de áreas faveladas surgiam como prioridade.

Assim, a segurança preventiva figurou nos projetos sociais a partir do momento em que os batalhões centralizaram projetos de parceria entre a Polícia Militar e as Secretarias de Promoção Social e da Habitação e Trabalho. Grupo de Apoio Comunitário (GAC), Grupo de Apoio ao Trabalhador (GAT), Grupo de Apoio Social (GAS), Grupo de Policiamento Mirim (GPM) e Centro Integrado de Policiamento Comunitário (CIPOC) e Vigilantes Comunitários

¹²¹ Cf. PINHEIRO, 1982: 61.

¹²² PINHEIRO, 1982: 70.

foram alguns dos projetos implantados durante a gestão Brizola que buscavam uma maior aproximação entre moradores de favelas e polícia. “A proposta era uniforme. Polícia cidadã e projetos sociais era tudo uma mesma coisa, era uma coisa só, era um pacote”, nos disse Antônio¹²³. Porém tais tentativas pouco ou nenhuma influência surtiram sobre as práticas policiais. Corroborando com o que nos disse um ex-presidente de associação de moradores, o delegado Hélio Luz vai de encontro ao discurso que defende a revolução no aparelho policial no período: “A polícia no governo Brizola continuou a subir morro, continuou a extorquir, continuou a fazer acertos, só que de outra ordem.”¹²⁴ Nossos depoentes também confirmam o que disse Luz.

De forma geral, as ações policiais corruptas teriam então dois momentos: antes do *boom* do tráfico de drogas, seus ganhos seriam complementados pela extorsão aos comerciantes de favelas; com sua ação nas favelas limitadas a partir das novas diretrizes do governo Brizola, uma nova ordem a ser imposta teria levado muitos a associarem-se ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando de armas. É inegável a participação de policiais e de outros setores do Estado na expansão do tráfico de drogas. Arnaldo Campana, Secretário de Polícia Civil foi indiciado em 1986 por corrupção e exonerado do cargo, mais tarde substituído pelo ex-presidente da OAB Nilo Batista. Com o correr das investigações, evidenciou-se o envolvimento de Campana com o tráfico internacional de drogas. Apesar da pressão da opinião pública, nada levava a crer em um possível envolvimento de Brizola com o caso.

Muitas vezes, o governador foi acusado de manter ligações com contraventores e de omissão na repressão ao tráfico de drogas, sendo sua polícia corrupta e atrelada aos traficantes, o que não só facilitava o tráfico, como também teria contribuído para seu desenvolvimento.

¹²³ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

¹²⁴ LUZ, Hélio, entrevista concedida a Cristina Buarque de Hollanda. Cf. HOLLANDA, 2002: 92.

O que ele vai fazer é exatamente tentar dar um caráter de uma atuação. (...) dizer assim, que a favela também é um espaço que moram cidadãos, e essa é que é a grande questão do Brizola. (...) Quando ele proibiu, por exemplo, as batidas noturnas nas favelas e, depois, mais à frente, no final do governo dele, a questão dos helicópteros, que sobrevoavam as favelas (...), dito porque estava sendo conivente com os traficantes na medida em que não estava permitindo um combate, uma atuação mais rigorosa.¹²⁵

Incorre-se no erro, ao fazer tais afirmativas de ignorar o papel que os traficantes cariocas desempenharam no período no contexto internacional do tráfico de drogas e de se questionar sobre até que ponto a opção de Brizola de não priorizar o ‘combate’ foi de fato crucial e decisiva para o fortalecimento do comércio de drogas local. A conjuntura do narcotráfico internacional favorecia o desenvolvimento de uma rede de comércio interno, a varejo, por ser uma das principais, quiçá a principal, rota para a saída de drogas do continente.

O enraizamento da visão hierarquizante, da associação entre pobreza e criminalidade e da corrupção evidencia-se com o fracasso da política de segurança do primeiro governo Brizola. Apesar das tentativas de humanização e socialização da corporação, elas não foram suficientes para que se efetivasse uma profunda reconstrução da filosofia e das práticas das policiais civil e militar. Por outro lado, segundo os críticos do governo Brizola, as novas práticas policiais, pautadas no respeito às leis e aos direitos humanos, interpretados como proteção aos moradores de favelas teriam tirado poderes da polícia, impedida então de fazer o seu trabalho, ou seja, manter a ordem. Seus críticos ampararam-se em pensamentos como estes para tecer seus comentários, sem levantar questionamentos sobre motivos internos para o aumento da criminalidade violenta. De qualquer maneira, observando mais atentamente a conjuntura internacional do narcotráfico, vemos que as coisas não são tão simples assim. Da mesma forma, assim como não foi regra entre as favelas o surgimento ainda no início da década este tipo de organizações *in loco*.

¹²⁵ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

... e isto vai ter influência sobre o curso da história do crime organizado. Eleito, Brizola imprimiu uma marca muito pessoal ao governo do Rio de Janeiro. Anunciou uma política de preservação dos direitos humanos, numa cidade onde os grupos de extermínio agem abertamente.¹²⁶

Podemos observar então o que seria um processo endógeno de enfraquecimento da ordem pública, que contribuiria para a ausência do Estado em determinado espaço previamente caracterizado como violento, facilitando assim a formação de organizações criminosas. Existe um discurso que defende que a ausência do Estado pode levar à delinquência, “o crime - e mais especificamente, o crime violento organizado - aparece como resultado da ineficácia da ação repressiva”¹²⁷, nestas chamadas áreas de exclusão

2.5 O perigo mora ao lado

De diversas formas e por vários autores a favela foi estigmatizada e retratada como reduto do crime e da marginalidade. Essa foi uma das maneiras de se tentar justificar a violência praticada contra seus moradores. O combate ao crime passou a significar a repressão contra as favelas. Não tardou até que a relação entre criminalidade e pobreza fosse usada sem limites para tentar explicar o estabelecimento do tráfico de drogas nessas localidades, além do aumento dos casos de violência ou da crueldade dos bandidos. Ao lado da fragilidade do Estado, da falta de cidadania e das falhas no funcionamento da justiça monta-se uma teoria que justifica a entrada de cidadãos comuns na vida do crime e o aumento dos números da violência a partir da década de 1980 pela sua condição social: ser pobre.

A existência das favelas sempre trouxe consigo uma aura de preconceitos. Este sentimento em relação a tais tipos de moradias faz dela um espaço de exclusão¹²⁸, onde seus

¹²⁶ AMORIM, 1993: 148.

¹²⁷ MACHADO DA SILVA, 1999: 116.

¹²⁸ LACOMBE, 1999: 153.

moradores vêem sua situação econômica justificar-se por uma segregação espacial. A pobreza tem o seu lugar: a favela. Desta forma, estereótipos são periodicamente revitalizados e reatualizados¹²⁹, justificando o tratamento dispensado a estas localidades pelas autoridades, seja para aprender a conviver com ela, pensar em solucionar seus problemas ou extinguí-las.

Teorias foram formuladas no decorrer dos anos para justificar tais ações. Elas generalizam a realidade das favelas, muitas vezes baseando-se em teorias que relacionam pobreza e criminalidade. Interioranos que vêm para os centros econômicos seriam incapazes de adaptarem-se à vida urbana, isolando-se geográfica e socialmente¹³⁰. As frustrações advindas do fracasso de seus objetivos levam estas pessoas a fugas na criminalidade e no alcoolismo, tornando o ambiente das favelas promíscuo, violento, palco da desagregação familiar e da anomia¹³¹. Por outro lado, em nada os moradores de favelas contribuiriam para o bem estar da sociedade, já que não passariam de parasitas da “infra-estrutura urbana e de seus limitados recursos”¹³². A maior parte de tais teorias, classificadas como mitos da marginalidade, já foram criticadas em diversas obras, mas a principal referência é o livro *O Mito da Marginalidade*¹³³.

Alguns fatores são observáveis em vários períodos na história das favelas, responsáveis pelo aumento das taxas de criminalidade violenta, como por exemplo, fatores econômicos e corrupção nas instituições¹³⁴. A partir do início dos anos oitenta, podemos observar um aumento no número de jovens presos por envolvimento com o tráfico de drogas:

¹²⁹ FAUSTO NETO, 1995: 420.

¹³⁰ Cf. PEARLMAN, 1981: 169.

¹³¹ Cf. PEARLMAN, 1981: 28.

¹³² PEARLMAN, 1981: 29 e 42.

¹³³ PEARLMAN, 1981.

¹³⁴ Cf. ZALUAR, 2000: 304-306.

Tabela 1

<i>Ano</i>	<i>Número de menores de 18 anos presos por tráfico de drogas</i>
1980	110
1981	125
1982	217
1983	253
1984	323
1985	?
1986	409
1987	333

Fonte: 2ª Vara da Infância e Juventude, SSP – RJ

O número de homicídios por arma de fogo também aumentou consideravelmente no mesmo período, indo de 1807 mortos em 1980 à 3516 em 1989¹³⁵. Economicamente, foi um período bastante conturbado na economia nacional, onde a herança centralizadora do Estado sob o regime militar gerava uma excessiva proteção à indústria nacional, o aumento sem controle da inflação e o esgotamento de um modelo baseado fundamentalmente na intervenção generalizada do Estado na economia. Esta realidade resumia-se a altos índices de desemprego, arrocho salarial e a sucessivos planos econômicos.

Dentro das favelas identificamos justificativas para que jovens entrem para a vida do crime. Seriam algumas delas a ambição e a vaidade, limitadas pelo preconceito e pela humilhação, a dificuldade do pobre e favelado em se colocar no mercado de trabalho, fator impulsionado por razões externas à realidade da favela. Além da corrupção, não somente da polícia, mas de setores dos governos, a crise econômica, tradições políticas e jurídicas arcaicas, ausência de cidadania e desigualdades sociais. Fica claro que muitos destes fatores estão presentes em qualquer caracterização que se venha a fazer de uma sociedade com altos índices de violência como a nossa, mas indicar tais fatores como origem da violência, ao invés

¹³⁵ DATASUS, SMS – RJ. Cf. Downey, 2003:92.

de aceitá-los como tipos de violência, justificando assim a entrada de pessoas na criminalidade não é o suficiente para entendermos a questão. São partes constituintes de uma sociedade violenta, mas não necessariamente a origem de uma.

Machado da Silva critica este tipo de análise por entender que a compreensão da realidade da sociabilidade dentro das favelas, caracterizada pela violência, só será alcançada se partirmos desta realidade e não de uma externa. O surgimento de uma sociabilidade violenta não deve ser entendido como consequência somente de fatores sociais e econômicos. Observamos uma vitimização do papel do favelado: “transformam-se em vítimas, deserdados dos benefícios materiais da cidadania e membros periféricos de uma sociedade que o Estado não abarca inteiramente”¹³⁶. Desprovidos, então, de seus direitos, os pobres estariam mais propensos a dedicarem-se à vida do crime.

A estigmatização da favela como área de exclusão, criminalidade e violência contribui para a entrada de jovens para a criminalidade, por motivos econômicos, pessoais ou identitários. A construção da identidade, seja do bandido ou do morador comum, é traçada a partir de valores e conceitos da parcela da sociedade que estigmatiza e violenta a população favelada. Entrar para o grupo de traficantes e, apesar de correr riscos, ter uma garantia de sustentabilidade para si e para a sua família é mais uma possibilidade para o jovem morador, desde sempre marcado pelo estigma da favelização. Como já apontamos anteriormente, esta foi uma realidade crescente entre menores durante a década de oitenta. O número de menores envolvidos era pequeno se comparado aos dias atuais e as funções também eram outras. Estavam envolvidas em níveis variados “na venda de drogas no interior da comunidade”¹³⁷,

¹³⁶ MACHADO DA SILVA, 1999: 118.

¹³⁷ DOWNEY, 2003: 98.

como mensageiros e aviões. Com o crescimento do comércio, eram se tornaram a principal mão de obra para estas funções¹³⁸.

Machado não usa o preconceito contra a favela para entender seus percalços e sim procura entender sua sociabilidade (violenta) a partir de valores próprios, construídos em torno dos interesses de seus próprios agentes, sejam eles traficantes ou simples moradores. Isto é dito sem perdermos de vista que no início da década de oitenta, uma característica dos grupos de traficantes era pertencer à favela onde atuava, ser “cria” do local, reforçando assim os laços sociais. No caso do tráfico de drogas, não vemos como seu objetivo assumir o papel do governo dentro das favelas, e sim garantir o seu próprio funcionamento, em parte ajudado pela corrupção presente em diversos setores do governo, como a polícia.

Entendemos que tanto fatores internos quanto fatores externos contribuem para o desenvolvimento do tráfico de drogas dentro das favelas, assim como para o surgimento de uma sociabilidade violenta. Os problemas econômicos e sociais que afligem a grande maioria dos moradores destas localidades nos ajudam a tentar entender a entrada de alguns jovens na vida do crime, mas não são causas isoladas. Não é possível avaliarmos tal fenômeno sem analisarmos fatores internos e externos, sem deixar de levar em conta a cronologia dos fatos e a conjuntura de cada localidade. Há um *ethos* guerreiro presente no imaginário dos jovens favelados que entram para o crime. A questão da vaidade, acreditamos, influi para que esse jovem opte pela criminalidade. O “ser alguém” dentro daquela sociedade. Não importa se fora daquele espaço ninguém o reconhece como membro do bando, ninguém o bajule ou tenha medo. Dentro da favela ele se fez notar. Não importa se isso não se deu através do trabalho formal. Sua moral é outra e pouco tem relação com a moral exterior à da favela¹³⁹.

¹³⁸ DOWNEY, 2003:103.

¹³⁹ Cf. ZALUAR, 1994a.

Desde meados dos anos 80, desenvolveu-se uma subcultura jovem nas comunidades faveladas que promove e glorifica os traficantes como ídolos que desafiam a polícia tão temida, que se recusam a sofrer a pobreza comum aos demais moradores. Essa subcultura e o maior domínio dos traficantes na comunidade – como detentores de poder e de status – serviram para aumentar ainda mais o interesse e a participação dos jovens no tráfico.¹⁴⁰

Temos aqui a existência de referências bem diferentes daqueles jovens que vivem no asfalto. O temor da polícia e de sua violência indiscriminada dá à criança favelada outro perfil ao mocinho e ao bandido nas brincadeiras cotidianas. O mocinho é aquele que está mais próximo, sua referência de valentia. Entendemos a vaidade e a ambição relacionando-as com uma hierarquia que só se mostra presente no cotidiano da favela: “ascender na hierarquia do crime”¹⁴¹, fazer parte. O desejo de incluir-se na sociedade exterior desmancha-se a partir do momento em que se cria uma nova sociabilidade pode reconhecer nele um membro, o chefe, o protetor, o corajoso. Mas também aquele que impõe o medo, aquele que mata, aquele que é cruel. Nesta sociabilidade, baseada no cotidiano da favela, a violência aparece como um dos principais agentes formadores de conduta. O traficante transita pelos personagens. Ora mocinho, ora bandido. “E o favelado também compreende isso, numa aceitação de que a violência é natural num segmento da sociedade que já vive mesmo sem leis”.¹⁴²

Um período em que teorias da marginalidade voltaram com força total foi a década de oitenta. O desenvolvimento do tráfico de drogas em larga escala e a organização de quadrilhas responsáveis pelo seu controle trouxe à tona um tipo de criminalidade ainda desconhecida da maior parte da sociedade carioca. Com a reafirmação das favelas como base para o tráfico de drogas, agora em nível internacional, marginalidade e criminalidade, pobreza e violência voltam a andar lado a lado no imaginário social. As favelas voltaram a ser vistas como foco de

¹⁴⁰ DOWNEY, 2003: 98.

¹⁴¹ ZALUAR, 2000: 295.

¹⁴² AMORIM, 1993: 260.

toda a violência que aterrorizava a cidade.

O movimento de venda de drogas entrava em uma nova fase. E o poder do traficante nas favelas também aumentou junto com seu poder econômico. É um período de crescimento da influência dos traficantes, ganhando maior centralidade no cotidiano e na sociabilidade da comunidade. Sua metamorfose, no entanto, conservou o padrão básico, o modo de operar o poder que já existia antes e que distinguia o “bandido social”, geralmente nascido e criado na área – “gente boa” -, do “bandido ruim”.¹⁴³ É impossível não citar um relato de um presidente da Associação de Moradores de um violento complexo no subúrbio carioca: “da mesma forma que existem bons e maus policiais, existem traficantes bons e traficantes maus”¹⁴⁴. A discussão dizia respeito ao acesso que as lideranças tinham aos ‘donos’ das favelas, ou seja, aos donos das bocas de fumo. Alguns circulavam livremente entre os traficantes, outros não tinham nenhum acesso ao ‘dono’. Esta declaração pôde ser ouvida durante uma reunião de lideranças comunitárias e deixou claro os diferentes níveis de comprometimento. Note-se que esta discussão aconteceu em 2001, mas supõe-se que pode ser facilmente transportada para vinte anos antes em algumas localidades faveladas, tanto em relação aos traficantes quanto em relação aos policiais.

Adotamos aqui a tese de que ações dos traficantes chamados “gente boa”, em algumas favelas, os tornaram conhecidos como verdadeiros mitos, *Robin Hoods*¹⁴⁵ favelados, mas que, quando ocorreram, foram construções com a intenção de mascarar estratégias de empreendimento. Não defendemos este perfil como regra entre os traficantes de drogas. Os moradores tornariam-se objeto destas práticas que, ao lado da coerção pelo medo, constituíram

¹⁴³ MISSE, 1999: 338.

¹⁴⁴ Relato ouvido durante reunião de lideranças comunitárias de favelas em 2001, realizada em complexo de favelas na zona norte da cidade, registrado em caderno de campo.

¹⁴⁵ Lendário bandido inglês do século XV, conhecido por roubar dos ricos para dar aos pobres.

uma vitoriosa política do silêncio e da proteção aos traficantes locais, movidos por “interesses estritamente individuais”¹⁴⁶: o estabelecimento do comércio de drogas dentro da favela onde atuam.

Fica clara a estratégia dos traficantes objetivando a proteção de seu comércio. A cocaína transforma-se em uma verdadeira avalanche de neve na cidade do Rio de Janeiro. Como disse várias vezes Zaluar, “nevou no Rio”¹⁴⁷. As estratégias de venda também mereciam atenção e, se antes pouco numerosos eram os usuários de drogas que entravam nas favelas em busca de maconha, a cocaína fez com que nestas localidades a rotatividade de forasteiros aumentasse assustadoramente. Impor uma nova ordem no local, afirmar-se como ‘chefe’ e ‘limpar a área’ eram estratégias que tinham um objetivo: dar ao morador e ao usuário a idéia de proteção e segurança, para morar e para comprar a droga. Observando-se que o primeiro, ao se sentir protegido, tenderia a proteger os traficantes de possíveis investigações policiais locais. A postura ‘amigável’ do traficante esconde o desejo em ter a paz necessária para poder estabelecer seu comércio, sem a antipatia dos moradores. Para que o espaço da favela esteja disponível e protegido para o tráfico, ele precisa oferecer algo em troca para os moradores, o que não faz com que o medo seja subtraído da relação: “a comunidade não tem respeito pelo traficante, ela tem medo”¹⁴⁸.

Em alguns casos o traficante, a partir do lucro conseguido com o tráfico, realizava melhorias nas favelas que dominava, construía creches, comprava remédios para os moradores, enfim, fazia uso de uma variada rede de benefícios e assistência para conseguir ao menos a simpatia das pessoas, além de realizar festas e distribuir brinquedos, muitas vezes via

¹⁴⁶ MACHADO DA SILVA, 1999: 122.

¹⁴⁷ ZALUAR, 1996: 112.

¹⁴⁸ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

associação de moradores¹⁴⁹. Em depoimentos de traficantes do período podemos encontrar a razão de tais ações:

Nós, ex-assaltantes de bancos que entramos no mercado de tóxico, catequizamos os favelados e mostramos a eles que o governo não está com nada e não faz nada para ver o lado deles. Então, nós damos alimentação, remédios, roupas, material escolar, uniforme para as crianças e até dinheiro. Pagamos médicos, enterros, e não deixamos os favelados saírem de lá pra nada. Até briga de marido e mulher nós resolvemos dentro da favela, pois não pode pintar sujeira pra polícia não entrar.¹⁵⁰

Ao considerar a relação entre traficantes e moradores, Alba Zaluar¹⁵¹ preocupou-se em tecer uma imagem dos últimos de acordo com primeiros, baseando-se em entrevistas realizadas entre 1982 e 1987 no conjunto habitacional Cidade de Deus, em Jacarepaguá, zona oeste da cidade. Ela deixa claro que a possível aliança entre traficantes e moradores “se tece em torno de uma questão prática e muito simples: a defesa da vizinhança, ou o território vigiado pela quadrilha”¹⁵². Deve-se apontar que essa aliança pode vir de várias formas, através de acordos ou coerções, confiança ou medo. Tudo depende do quê sustenta a relação. Deixemos claro, porém, que isso só se dá em um primeiro momento. A segurança do espaço fornecida pela quadrilha desde o início de sua influência constitui-se em um primeiro passo para que moradores criem uma imagem positiva dos traficantes. Se eles protegem seu comércio estarão, conseqüentemente, protegendo a área de moradia de milhares de pessoas.

É claro que há um claro interesse desse traficante em superdimensionar a ação do Comando Vermelho, grupo ao qual pertencia, nas favelas. O favelado podia sair para trabalhar, se divertir, namorar e tudo o mais que a sua vida social oferecesse. Mas a atuação social do tráfico dava ao morador mais uma opção de “assistência social”: a de dentro da

¹⁴⁹ Cf. ALVITO, 2000: 109 e AMORIM, 1993: 162.

¹⁵⁰ Depoimento do traficante Pianinho em 10/12/1984, ao repórter Bartolomeu Brito, em AMORIM, 1993:162.

¹⁵¹ Cf. ZALUAR, 1994b.

¹⁵² ZALUAR, 1994b: 139.

favela. Eram moradores ou forasteiros que vinham mostrar um comportamento diferenciado, de proteção ao morador, como estratégia para ali estabilizar seu comércio de drogas.

A organização do grupo de traficantes durante a década de oitenta, reduzia-se ao traficante, chefe do grupo, que controlava toda a movimentação do comércio. as crianças não andavam armadas e ao invés do pagamento em dinheiro, recebiam presentes como tênis e roupas¹⁵³. Abaixo do chefe, os outros dividiam-se em “vapores” e “aviões”. O “vapor” era aquele que vendia a droga no espaço da favela. Sua função é esta até os dias atuais. Ele controlava a quantidade da droga e o dinheiro movimentado durante o dia. Era o “homem de confiança” do traficante¹⁵⁴. O outro personagem era, ou melhor, é o “avião”. Sua tarefa é levar a droga para o freguês fora do espaço da favela e observar a possível chegada de policiais, sinalizando para o traficante. A mudança que ocorreu em sua função é a vigilância, hoje entregue aos chamados “olheiros”, meninos que posicionam-se em locais estratégicos, de visão privilegiada para a observação de possível entrada de grupos rivais ou de policiais. Não era regra vapor e avião andarem armados, salvo em momentos críticos. Olheiros nos dias atuais utilizam-se de fogos de artifício para sinalizar a entrada de rivais e são os mais novos nas quadrilhas. Em Antares tive contato com alguns de 10 anos. Um ponto que consideramos interessante é a divisão do comércio em pontos de venda em separado: “boca do pó” e “boca da maconha”. Isto não era regra. Um único traficante controlava todo o comércio na favela. O Santa Marta fez a divisão já em 1985, ano da prisão de Pedro Ribeiro¹⁵⁵. Anos depois esta divisão tornaria-se regra em todas as favelas, não necessariamente em pontos de venda

¹⁵³ Cf. DOWNEY, 2003:101.

¹⁵⁴ ZALUAR, 1995: 151.

¹⁵⁵ Antigo bicheiro, conhecido como “dono” do morro, que a partir da década de oitenta transferiu sua área de atuação para o tráfico de drogas.

específicos, mas em controle de venda e atuação: gerente do pó e gerente da maconha, além do gerente dos soldados¹⁵⁶.

Nos dias de hoje, podemos observar a existência de dois poderes, em parte independentes, dentro do espaço da favela. Não há desvio ou deslegitimação da ordem pública, mas sim o surgimento de outra ordem, “um complexo de condutas para cuja formação a ordem pública não entra como referência”¹⁵⁷. Este tipo de sociabilidade, construída sob novos padrões existentes dentro das favelas, tem sido, segundo Machado da Silva, ignorado pelos analistas por ter sua origem fora das convenções da ordem pública. No início da década de oitenta, o rigor observado em algumas áreas “protegidas” por assaltantes ou por contraventores envolvidos com o jogo do bicho, aumentou com o início da atuação de traficantes. Novas regras passaram a existir, assim como novas estratégias passaram a ser traçadas.

O desenvolvimento do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro pouco tem a ver com o novo direcionamento dado à polícia do Estado a partir de 1983. Mas o que justificaria o aumento da criminalidade e o surgimento de outra, pretensamente organizada, dividida em facções e que domina áreas da cidade, reconhecida por muitos como um tipo de poder paralelo?

Percebemos uma preocupação do Estado, sob o primeiro governo Brizola, em se fazer presente além da força repressiva e assim se fortalecer nas favelas, oferecendo também cidadania a toda essa população através de projetos nas áreas social e de educação. O governo desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro para o

¹⁵⁶ MISSE, 1999: 319.

¹⁵⁷ MACHADO, 1999: 121.

Período de 1984 a 1987¹⁵⁸, com a preocupação em fazer com que o cidadão não temesse a polícia, “acionada para protegê-lo, e não para reprimi-lo”. O Plano ainda afirma que “a redução da criminalidade não é possível sem a supressão de suas causas sociais generalizadas, em termos de trabalho, alimentação, educação e integração social da população trabalhadora”¹⁵⁹. Não podemos afirmar se realmente havia um objetivo determinado do governo do Estado no período em diminuir a criminalidade a ponto de anulá-la a longo prazo¹⁶⁰. Se, por um lado, Brizola combateu as violentas práticas policiais nas favelas, por outro não deu atenção necessária para a rede de tráfico que, aos poucos, desenvolvia-se nas favelas do Estado, e assim “os limites impostos à ação policial nos morros da cidade permitiram o enraizamento das quadrilhas”¹⁶¹. Como ele mesmo analisou, “possivelmente nos tenha faltado uma ação paralela”¹⁶². Apenas o desenvolvimento de uma política preventiva não mostrou-se suficiente para o combate à criminalidade, frente ao grande desenvolvimento internacional do tráfico de drogas no período.

Havia de fato um enfraquecimento do Estado nas favelas, uma crise de autoridade comprovada a partir do momento em que moradores não reconheciam na polícia do Estado um protetor, agente de sua segurança. A própria corrupção dentro do corpo policial, da qual era vítima o morador das favelas, representava esta situação não somente em localidades vítimas de sua violência e putrefação, mas também em sua constituição e funcionamento interno.

A segurança a partir de determinado momento da década de oitenta seria representada

¹⁵⁸ Aprovado pela Lei no. 705, de 21 de dezembro de 1983.

¹⁵⁹ CERQUEIRA, 1998: 80.

¹⁶⁰ Machado expõe um tipo de análise que defende que através da restauração da ordem pública, da reconstrução democrática do Estado, moralizando-o, o crime desapareceria como que por consequência. De qualquer forma, se este foi o caso, não foi bem sucedido, já que a criminalidade violenta organizada desenvolveu-se em larga escala, principalmente na cidade do Rio de Janeiro no final da década de oitenta. Cf. MACHADO DA SILVA, 1999: 119.

¹⁶¹ AMORIM, 1993: 148.

¹⁶² *Revista Isto é*, n. 1584, 09/02/2000.

pelo traficante, que acabou com os pequenos delitos e estupros em algumas localidades, mas não deslegitimava o poder policial, reconhecido como o braço armado do Estado, ainda que desmoralizado. Se ela não protege por ser corrupta, este comportamento é o desviante do que é a norma. Traficantes passaram a desenvolver códigos de conduta que, com o passar dos anos, tornaram-se cada vez mais rígidos e se mantinham lado a lado com aqueles estabelecidos pelo Estado.

2.6 Tráfico de drogas no Rio de Janeiro e no mundo

O uso de entorpecentes no Rio de Janeiro já faz parte da história da estigmatização das favelas como espaço da marginalidade. A popularização do uso da maconha durante a década de sessenta e o surgimento do lucrativo mercado da cocaína na década de oitenta, de diferentes formas atingiram a imagem das favelas cariocas.

Em jornais das décadas de cinquenta e sessenta¹⁶³, o uso e tráfico de maconha e até mesmo de cocaína mostravam-se como realidades nas classes baixa e alta, respectivamente. A repressão aos consumidores aumenta ainda na década de sessenta, em uma tentativa de inibir também o tráfico. Porém, ao final desta década, a democratização da maconha entre a classe média fomenta o primeiro surto desta droga, modificando substancialmente o perfil dos consumidores. Até então, a venda a varejo da droga resultava em pouca lucratividade e o mercado localizava-se dentro das favelas e entre outros grupos marginalizados.

A grande preocupação com o tráfico de drogas começou a surgir a partir do momento em que os usuários de maconha mudaram de perfil: deixaram de ser os favelados e passaram a ser os jovens de classe média¹⁶⁴. Isto aconteceu no recrudescimento da pena para usuários (a

¹⁶³ MISSE, 1999: 333.

¹⁶⁴ MISSE, 1999: 314.

mesma aplicada aos traficantes) em fins dos anos sessenta. Os territórios também passariam a se organizar a partir deste período, quando homens armados faziam a segurança dos locais de venda de drogas, as ‘bocas de fumo’. A partir da demarcação dos territórios, no início da década de setenta começaram a ser noticiadas as guerras pelos pontos de venda¹⁶⁵.

Nos anos oitenta, contraventores do jogo do bicho também mudam de área. No Santa Marta temos um exemplo desta mudança de interesse. Pedro Ribeiro, um dos mais antigos bicheiros do Santa Marta, aproveitou os altos rendimentos da cocaína para desenvolver seu comércio no morro. Na mesma época, antigos assaltantes de banco e traficantes de morros cariocas também seguem o mesmo caminho, vendo na cocaína uma real oportunidade de lucro em larga escala.

De forma geral, com uma organização eficaz, assaltos a bancos patrocinaram as fugas de alguns dos principais marginais da época. Esses, ao sair, voltavam seus interesses para o fortalecimento da venda de drogas. Apoiados na corrupção de policiais, conseguiam com os lucros da venda de maconha e principalmente de cocaína comprar armas para defender seus territórios, apesar de, neste período inicial não haverem grandes disputas pelos pontos de venda.

Não é possível afirmar se havia ou não uma centralização no controle deste comércio, mas provavelmente isto só começou a ser desenhado no início da década de oitenta¹⁶⁶. Alguns chefes das ‘bocas’, no entanto, já desenvolviam o perfil do bandido *Robin Hood* que, apesar de viver na ilegalidade, protege os moradores da área que ‘comanda’. Estes teriam sido a principal referência dos bandidos que dominaram o tráfico de drogas nos anos iniciais da década de oitenta.

¹⁶⁵ MISSE, 1999: 341.

¹⁶⁶ MISSE, 1999: 315.

A década de oitenta representa um marco para o tráfico internacional de drogas. Com a implantação do comércio da cocaína, paralelo à venda da maconha, o narcotráfico inicia sua fase de maior e mais rápida expansão. Em países como a Colômbia e a Bolívia, em meio à miséria de seu povo, foi descoberto que a coca, além de uma tradicional erva de suas culturas, poderia transformar-se também em uma das principais - quiçá a principal, fonte de renda de seus camponeses. Na Bolívia, por exemplo, entre 1976 e 1981, as áreas reservadas ao plantio da coca aumentaram em 100%. Porém, isto não significou melhoria econômicas na vida dos camponeses bolivianos. A coca se mostrava tão lucrativa que as demais culturas não tinham condições de competir com seus preços: cinquenta quilos de coca valiam 450 francos, enquanto o mesmo peso do arroz valia 150 francos e um cento de bananas ou de laranjas 2 dólares¹⁶⁷. Sua situação, com o passar dos anos, tornava-se cada vez mais difícil. Abandonados pela ação do Estado, deviam se contentar com as condições impostas pelos traficantes.

Na Colômbia, apesar do fim do aumento das desigualdades de renda desde a década de 1970, a violência aumentou consideravelmente. Zaluar¹⁶⁸ relaciona o crescimento do país na década de oitenta ao ingresso de traficantes na vida política colombiana e a violência à tradição política da nação, com sua guerrilha e grupos paramilitares. De qualquer forma, a cocaína abriu frente para um comércio muito mais lucrativo que a maconha. Em 1984, a quantia paga pelo quilo de cocaína pura na Europa e Estados Unidos era 2400 vezes o preço pago ao mesmo quilo pago aos camponeses¹⁶⁹. Isso sem levar em conta as diversas misturas pelas quais a pasta passa até estar pronta para a venda, o que aumenta seu peso e ainda mais a sua lucratividade.

Cartéis exportavam a droga para países da Europa e da América do Norte com lucros

¹⁶⁷ DELPIROU, 1988: 65.

¹⁶⁸ ZALUAR, 1994b: 101.

¹⁶⁹ DELPIROU, 1988: 63.

anteriormente inimagináveis e o Brasil representou para este comércio o ponto de saída da droga para outros continentes, um “país de trânsito”¹⁷⁰, embora não seja esta sua única função no cenário internacional do tráfico de drogas. Por estas rotas, as cargas de cocaína são enviadas para a Europa e os Estados Unidos por portos e aeroportos, vindos através do interior do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, por serem ponto final das rotas terrestres, e cidades médias e pequenas no interior de vários estados tornavam-se também novos mercados atraentes nos negócios em expansão da droga¹⁷¹.

Assim, o consumo de cocaína ‘popularizou-se’ durante a década de oitenta. Tradicionalmente, a inserção da maconha e da cocaína variava de acordo com a classe social. A primeira teria sido a preferência das camadas pobres da população por seu preço mais acessível, enquanto a cocaína era conhecida como ‘droga de rico’¹⁷². A maconha só passou a ser alvo de repressão internacional no final dos anos setenta, em ação capitaneada pelo então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan¹⁷³.

O preço da cocaína tornou-se mais acessível, em primeiro lugar pelo aumento da produção e em segundo pela possibilidade de novos mercados consumidores. Isto se dá em nível internacional. A partir de 1981, o preço da cocaína passa a cair gradualmente em todo o continente americano¹⁷⁴. No Brasil, essa nova conjuntura representou não somente novos hábitos no consumo de drogas, mas, e principalmente, uma nova organização dos traficantes nas cidades. As favelas aparecem assim como o cenário e os traficantes os agentes da etapa final do processo final do tráfico: a venda aos usuários. “Na verdade, muita coisa mudou, e os anos 80 podem (...) ser vistos como uma década decisiva, o marco de uma transformação que,

¹⁷⁰ SOUZA, 2000: 53-54.

¹⁷¹ ZALUAR, 1994b: 105.

¹⁷² SOUZA, 2000: 49-50.

¹⁷³ ZALUAR, 1994b: 106.

¹⁷⁴ ZALUAR, 2000: 258.

por sua magnitude, corresponde a um salto qualitativo”¹⁷⁵.

A venda a varejo se disseminou nestas localidades e as transformou no centro de uma grande rede de comércio ilegal, com lucros antes inimagináveis, “gerenciado localmente por quadrilhas mais bem estruturadas e equipadas”¹⁷⁶ que os grupos que anteriormente comercializavam somente a maconha e em escala muito mais reduzida do que a que se apresentava a partir de então.

Desenvolveu-se uma extensa rede de comércio ilegal localizada, primeiramente, em algumas favelas com localização privilegiadas, próximas a Baía de Guanabara ou em regiões centrais entre as favelas, o que facilitava a distribuição de armas e drogas ou próximas às saídas da cidade. Rapidamente, o comércio de drogas tornou-se ostensivo em várias favelas em diferentes regiões da cidade. Não há nada que comprove a responsabilidade do então governador no desenvolvimento do comércio de drogas nas favelas cariocas, existindo sim um contexto internacional que foge de suas responsabilidades.

A partir daí devemos tratar da organização interna deste comércio nas favelas. A existência anterior de bocas de fumo vendendo maconha nestas localidades parece ter sido um dos pontos levados em conta para que as favelas se tornassem definitivamente o principal local de venda à varejo de drogas na cidade. Leeds aponta também um possível apoio comunitário, mas devemos nos questionar a esse respeito. O que o sustenta? É a própria Leeds que responde: “em troca da ‘proteção’ e do anonimato que a comunidade venha a oferecer aos traficantes, ela pode esperar receber uma série de serviços”¹⁷⁷. Antônio nos esclarece a respeito da lógica do ‘dono’:

Bom, se eu ajudo a sepultar o fulano que não tem dinheiro, se eu ajudo a dar

¹⁷⁵ SOUZA, 2000: 50.

¹⁷⁶ SOUZA, 2000: 51.

¹⁷⁷ Cf. LEEDS, 1998: 239-243.

cobertor, a dar, dar colchões quando tem enchente, como foi o caso do X, essas, coisas, se eu ajudo, se eu ajudo, eu passo a ser protegido por essa comunidade.¹⁷⁸

Ao fazer uma etnografia sobre o Complexo de Acari, Marcos Alvito dá exemplos do poder de traficantes durante a década de 1980 no local. A construção de espaços de lazer e a realização de festas¹⁷⁹ parecem ter sido práticas freqüentes entre os traficantes de Acari. Tais ações são encaradas como uma forma de se criar uma área de convivência pacífica entre o tráfico de drogas e os moradores da região.

Antes de tornar-se chefe, um membro de destaque do bando ou mesmo um soldado procura fortalecer ainda mais seus vínculos microlocais: gastando dinheiro de forma excessiva (...), comprando jogos de camisas, financiando festas, churrascos, etc. A pretensão de tornar-se chefe, todavia, implica a conquista da simpatia (mesmo que relativa) dos moradores de toda a localidade¹⁸⁰.

De forma muito sutil o autor toca nas relações entre líderes comunitários e tráfico de drogas, apontando apenas um ou outro que ou admita ou seja “acusado” por algum outro de ter relações com o tráfico local. Nota-se, porém, a preocupação do autor em fazer perceber a forte influência de traficantes em Acari. Uma influência que não é baseada somente no poder das armas, mas também nos vínculos pessoais existentes entre eles e os moradores. Este é um outro aspecto que não deve ser desprezado ao se estudar qualquer tipo de relação entre traficantes e outros personagens dentro das favelas. Deve-se questionar até que ponto a influência do traficante, se ela existir, está baseada somente no poder das armas, em que momento outros fatores, além do medo, participam destas relações e em que grau. A forma como o traficante se coloca dentro da associação de moradores, se isso ocorre ou não, o caráter

¹⁷⁸ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

¹⁷⁹ Cf. ALVITO, 2000: 38-39.

¹⁸⁰ ALVITO, 2000: 71.

que essa “parceria” possa vir a ter, ou até mesmo as implicações para a vida política e social do local são questionamentos a serem levados em conta nos casos de Antares e Santa Marta, dois locais que investigamos..

Palavras como conivência e convivência andam lado a lado. A convivência com traficantes coloca moradores em geral em eterna provação, já que a ‘justiça’ do tráfico se mostra bem mais próxima, rápida e eficiente que a institucional. O convívio, baseado em diferentes tipos de relações sociais, muitas vezes é interpretado como conivência, sem se levar em conta os diferentes aspectos que cercam os convívios sociais dentro das favelas. Temos em alguns desses espaços o desprezo pela justiça institucional, o que até certo ponto pode ser entendido, partindo-se do ponto de vista do bandido. Mas a partir do momento em que levamos em conta que a população local respeitava tal lei, achando que o traficante o protegia, podemos passar a nos questionar sobre a vigência de uma nova ordem estabelecida nas favelas.

É claro que esta convivência pode se transformar em conivência. O grau de envolvimento entre o tráfico de drogas e qualquer morador, notadamente, no nosso caso, membros da direção da Associação de Moradores, pode variar desde o medo de uma intervenção na entidade ou de desagradar pessoas ligadas ao bando, até a participação (direta ou não) nos negócios da quadrilha local. Isto poderia render regalias e benesses para si e para a associação. Em troca, são exigidos favores, como informações sobre projetos do governo nas favelas, serviços de pombo-correio para traficantes presos e outras associações. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, o presidente é submetido ao tráfico.

Isso dá ao traficante poderes sobre a associação, o que nos dias de hoje pode significar a colocação de interventores, como já foi dito. Neste caso, o tráfico local coloca pessoas de sua confiança na diretoria e/ou presidência da associação, enquanto o presidente anterior é expulso

da entidade ou até mesmo da favela¹⁸¹. Em outros casos, na época das eleições, é formada chapa única apoiada pela quadrilha e reconhecida por todos como tal. Deve-se, no entanto, ressaltar que a liderança indicada pelo ‘movimento’, normalmente é escolhida pelo trabalho de qualidade que realiza no local, e não necessariamente pode-se observar maior envolvimento com o tráfico. Nos dias atuais, a participação de traficantes na vida política das favelas dá idéia do poder que exercem dentro destas localidades. Muitas vezes, intervenções do tráfico local nas associações são amplamente apoiadas pelos moradores, e em alguns casos resultado de reclamações destes feitas diretamente aos traficantes. Mas a intervenção só de torna realidade a partir do momento em que a atuação da associação mostra-se totalmente ineficaz e sem o apoio da população local. A não ser em momentos de tensão, quando outras facções passam a dominar o tráfico local, intervenções deste tipo são feitas de modo a desarticular um trabalho positivo de uma associação apoiada pelos moradores. O interesse dos traficantes nas associações de moradores pode significar a “fachada legal para a atuação das quadrilhas”¹⁸²

Mas esta atuação nem sempre vem à tona de forma explícita ou facilmente comprovável.

Antônio resume a relação entre a diretoria da associação e traficantes na localidade onde mora:

Ele nunca se aproxima das lideranças pra cooptar as lideranças, ele não faz isso, muito pelo contrário, ele sempre mantém uma distância das lideranças, e é claro que eles pedem satisfação a essas lideranças, que eles estão dentro do mesmo espaço.

...os bandidos não tinham o poder de (...) modificar as atuações dessas lideranças. Até porque naquele momento [década de 80] ainda a comunidade, (...) sempre esteve muito forte com ela e intrínseco a questão do respeito. Então todos se respeitavam mutuamente, e o próprio comerciante de drogas, naquele momento, ele respeitava essas lideranças.¹⁸³

¹⁸¹ Casos como esse podem ser verificados em várias favelas da cidade. Um que pode ser citado ocorreu em 2001, em complexo localizado na zona norte da cidade, conhecido pela violência de traficantes e de policiais. A liderança indicada pelo tráfico para assumir a presidência da associação de moradores que representa todo o complexo, com medo de futuras cobrança conseguiu chegar a um acordo com o chefe do tráfico local e não assumiu o cargo. O presidente anterior foi expulso da Associação, constituindo-se, assim, uma comissão gestora, aprovada pelo tráfico, até a realização de novas eleições.

¹⁸² AMORIM, 1993: 205.

¹⁸³ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

Para nosso depoente, a “satisfação” não parece ser nada mais que uma prestação de contas, e muito normal, não significando para ele uma invasão do espaço destas lideranças. A forma como o traficante se aproxima da associação de moradores poderia dar-se de diversas formas, esta seria apenas uma delas.

O interesse dos traficantes estava na possibilidade de organizar seu comércio, aliando a conquista da confiança dos moradores,¹⁸⁴ de seu respeito e por conseqüência a paz necessária para poder estabelecer seu comércio, sem a antipatia destes e com segurança para os que iam comprar a droga. Mas esse tipo de postura era apenas um dos lados de sua atuação, já que boa parte de sua influência se fazia valer pela força das armas e dos códigos de conduta baseados na sociabilidade violenta presente no cotidiano da favela. Nos casos que temos em mãos, verificaremos que este perfil violento não era regra entre todos os traficantes no início da década de oitenta.

Acreditamos que estratégias baseadas na assistência a moradores e a sua entidade representativa só poderiam ser formuladas se uma série de fatores e posturas fossem apresentadas, como a corrupção de policiais e a ausência de serviços básicos, além de uma organização mínima entre os traficantes. Espaços abertos que, de alguma forma, poderiam ser preenchidos pelos traficantes de drogas. Para que o espaço da favela esteja disponível e protegido para o tráfico, ele precisa oferecer algo em troca para os moradores: este é o local da barganha.

A construção de uma tática de convivência com o tráfico de drogas não parece ser algo de corpo formado entre as lideranças trabalhadas. Por mais próximos que sejam dos traficantes, dever favores nunca parece ser algo positivo, e nada traz a garantia de uma troca leal. Acreditamos que alguns traficantes fizeram-se valer de estratégias que iam além do medo

¹⁸⁴ Cf. LEEDS, 1998: 54.

e da ostentação das armas para fazer valer sua vontade e assim se aproximar da população, mas que isso não foi uma prática em todas as favelas. Como um exemplo de uma favela da zona norte da cidade, temos o seguinte relato de Antônio:

Ele ia e mandava comprar dois bois. Mandava comprar dois bois, matava dois bois e botava na praça (...). Aquele churrasco, mais de vinte, cinquenta churrasqueiras. E a população toda ali comendo, comendo carne, que era cara. É... a enchente, ele ia lá, comprava quinhentos, quinhentos colchões... Ele passou a ser um, uma pessoa que a comunidade, é, é... Idolatrou não, mas gostou porque ele fazia isso.¹⁸⁵

Sem desentendimentos com os moradores e a construção de uma convivência amigável entre eles, problemas eram evitados e a entrada e segurança de usuários de drogas garantidas. As associações de moradores aparecem aqui como uma forma de se atingir toda a população da localidade através de festas reconhecidamente patrocinadas pelos traficantes: distribuição de brinquedos no Dia das Crianças e no Natal, além de obras nos prédios das associações, quando não a construção da sede¹⁸⁶.

A atuação dos traficantes passou por dois momentos. Em um primeiro ela agia diretamente na favela, buscando reconhecimento direto dos moradores ou patrocinando publicamente as associações. A partir da metade final da década de oitenta, em algumas favelas, seu desejo passou a ser o de atuar nas Associação de Moradores.

2.7 Conclusão

Iniciamos nossa análise da relação entre associações de moradores e governo na década de cinquenta, com o surgimento do SERFHA (1956). Apesar de algumas tentativas bem sucedidas, esta relação pode ser caracterizada de exclusão da população favelada na elaboração de qualquer tipo de política voltada para ela própria. Com pouquíssimas exceções, e o

¹⁸⁵ Antônio, entrevista realizada em 05 de novembro de 2002.

¹⁸⁶ Cf. ALVITO, 2000: 36-42.

SERFHA foi uma delas, houve uma movimentação do governo em direção aos anseios e necessidades daquela parcela da população. O interesse sempre pautou-se no controle e no interesse eleitoral.

Somente a partir do final da década de 1970 voltou-se a discutir políticas para aquelas áreas, mas a política era baseada em práticas clientelistas. A figura do cabo eleitoral tornou-se freqüente e ele era, quase sempre, uma liderança trocando possibilidade de votos por melhorias na localidade que representava.

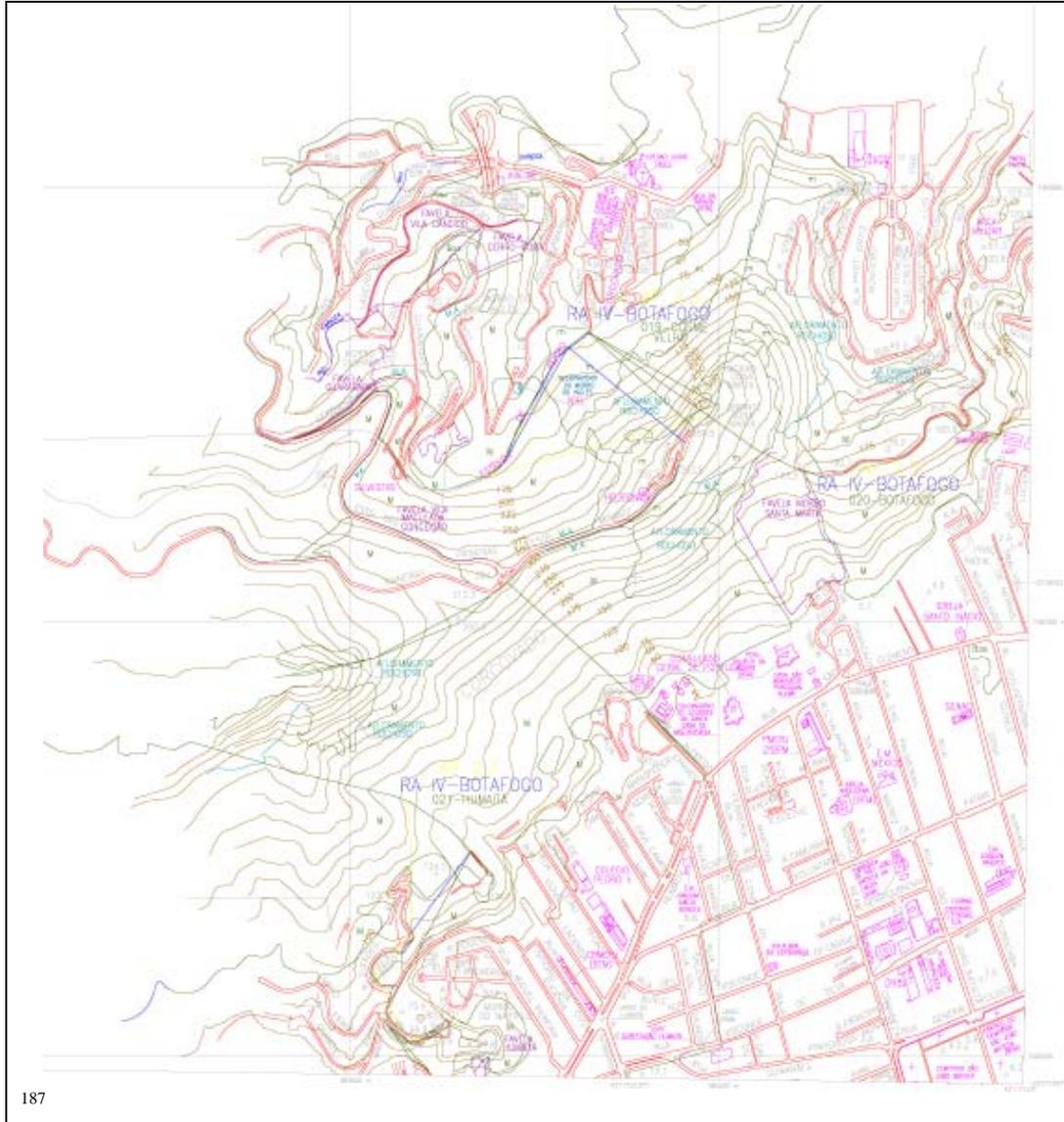
Esta prática modifica-se com a entrada de Leonel Brizola no governo do Estado do Rio de Janeiro, incorporando o discurso e os anseios dos favelados, modificou o clientelismo praticado anteriormente. Aproximou mais as lideranças, tirando de cena os cabos eleitorais. Levou as lideranças, os presidentes das associações de moradores para os corredores do governo e, alguns até, para os corredores da sede de seu partido. A cooptação foi uma prática presente e disfarçada pelo acesso direto aos poderes.

Ao mesmo tempo em que Brizola imprimia ao seu governo o discurso dos direitos humanos, de defesa dos pobres, contra a repressão do Estado, desenvolvia-se internacionalmente uma rede mundial de tráfico de drogas que via no comprido continente brasileiro uma perfeita rota de saída. Os lucros, muito maiores do que os da venda de maconha, atraíram os traficantes cariocas que passaram a se organizar nas favelas da cidade. Uma conjuntura totalmente favorável ao estabelecimento deste tipo de comércio na cidade. Por outro lado, temos historicamente, uma polícia corrupta e viciada em práticas violentas. Estava pronto o cenário: produtores internacionais, vendedores nacionais, rota de saída para a Europa e uma polícia corrupta.

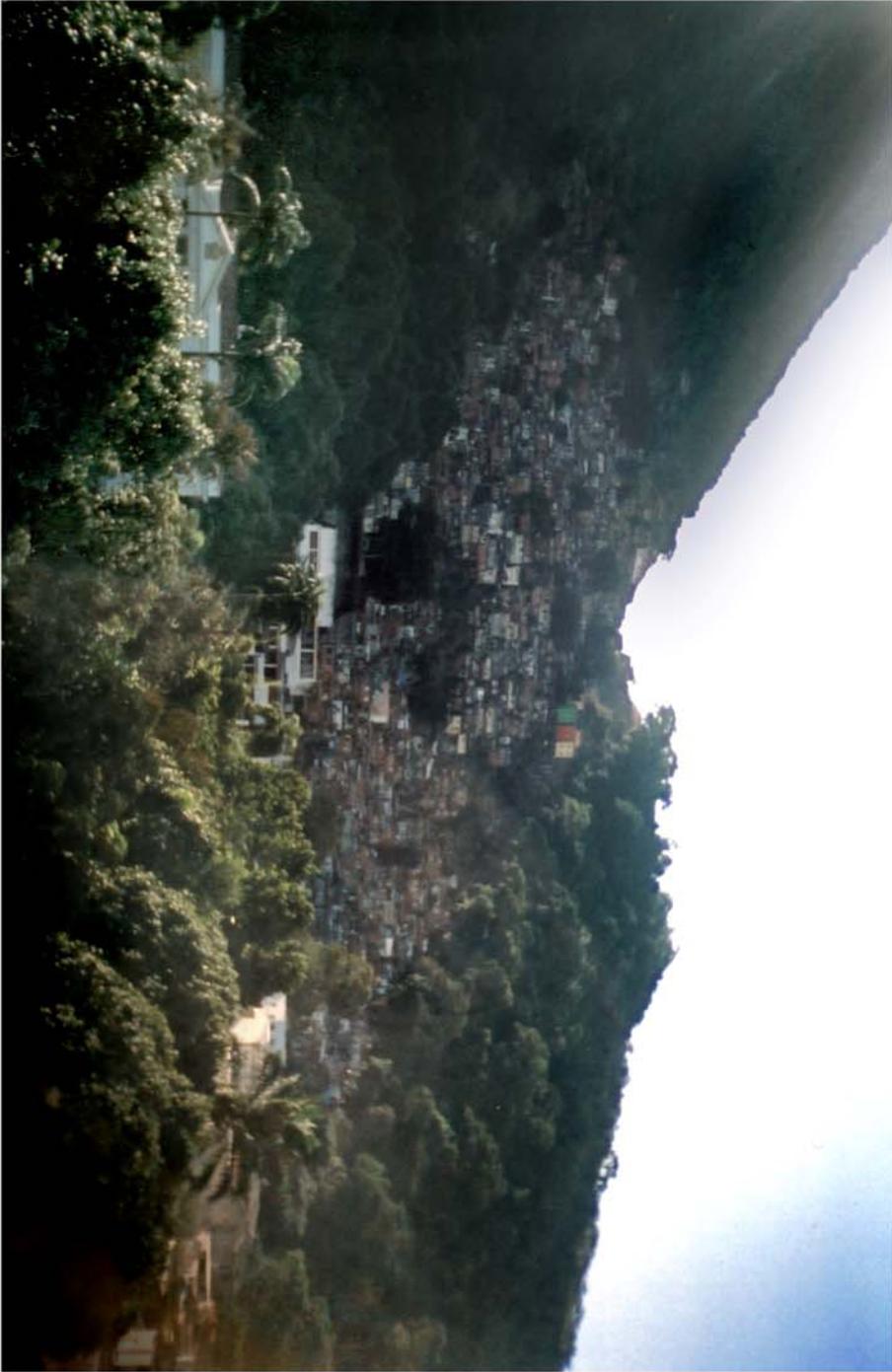
O senso comum diz ter sido Brizola o grande culpado pelo desenvolvimento do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, com sua política de favorecimento aos bicheiros e aos traficantes.

Acreditamos que qualquer governo naquela conjuntura teria pouco o que fazer para impedir o que aconteceu durante a década de 1980. Tanto é que, com a saída de Brizola, o então governador, Wellington Moreira Franco aceitou o desafio de acabar com a violência em 6 meses. Não precisamos nos alongar para afirmar que não foi bem sucedido.

A estigmatização das favelas, como locais de violência e falta de ordem, ao lado de uma política de proteção aos seus moradores e de valorização de sua cidadania fez com que esta política de Brizola fosse entendida pelos seus críticos como de proteção aos criminosos, ignorando uma conjuntura internacional. Estas críticas também confirmam, absurdamente, o preconceito contra moradores de favelas. Mas é isso que podemos ler nos jornais do período: a afirmação deste estigma.



BAIRRO DE BOTAFOGO



3 - Santa Marta: a luta pela renovação

Pela felicidade que tivestes em hospedar em vossa casa o
Divino Salvador do Mundo, consolai-me nas minhas penas.
Intercedei hoje e sempre por mim e minha família, para que tenhamos o
auxílio de Deus Todo Poderoso, nas dificuldades de nossa vida.
(Oração a Santa Marta, trecho)

Uma mulher de nome Marta teria recebido Jesus em sua casa. Quase dois mil anos depois, uma outra mulher de nome Marta concordou com a permanência de uma série de famílias vindas do interior do Estado do Rio de Janeiro em um terreno que possuía nas encostas de um morro na zona sul da então capital federal. Anos depois, ela teria aberto mão deste terreno em prol de uma comunidade que se formava de mãos dadas com uma atuação social da igreja católica.

O nome dado à favela de Santa ou Dona Marta tem histórias curiosas. Na mídia, aparece majoritariamente nomeada como Dona Marta, como aconteceu nos casos da guerra de 1987 ou do deslizamento de 1988¹⁸⁸. A Associação está registrada como Associação de Moradores do Morro de Santa Marta (AMMSM). A razão oficial deste nome tem duas versões mais conhecidas. Uma delas, contada por um ex-presidente da Associação, dá conta de uma senhora de nome Marta que teria sido a proprietária de parte da área mais alto do morro, para onde foram seus primeiros moradores¹⁸⁹. Por ter permitido a permanência destas pessoas, além de ter uma boa reputação entre os favelados, ficaria conhecida como Santa Marta e assim dado seu nome à favela. A versão mais conhecida e, podemos dizer, oficial, é a que discorre sobre

¹⁸⁸ Jornal do Brasil, 13/02/1988, capa e pg: 01.

¹⁸⁹ Depoimento registrado em caderno de campo durante visita à favela, em 23 de abril de 2003.

um sermão que padre Velloso¹⁹⁰ teria feito no alto do morro. Lá, ele teria falado a respeito da beleza do lugar para onde Jesus ia descansar na casa da irmã de Lázaro, Marta. A beleza daquele lugar seria comparada à beleza do morro. Em homenagem à Santa Marta, foi dado este nome à favela.

O morro começou a ser ocupado em fins da década de trinta e as primeiras mobilizações para melhorias das condições de vida aconteceram ainda na década de quarenta. A Associação de Moradores, fundada em 1965 só passou pelo processo de oficialização em 1966¹⁹¹. Nestes primeiros anos, pela conjuntura política nacional que se apresentava, a atividade política realizada em muitas favelas resumia-se a uma luta incessante contra as remoções. A preocupação estava presente e a mobilização no Santa Marta dava-se com forte parceria entre população e grupos ligados à Igreja Católica.

Desde a fundação da Associação de Moradores, em outubro de 1965, até a gestão de Itamar Silva (1982-1985), tais grupos sempre se fizeram presentes e atuantes no morro. Até fins dos anos setenta estes agentes externos foram os responsáveis pelas principais mobilizações ocorridas no Santa Marta, como veremos logo à frente. Um exemplo da importância que representantes da Arquidiocese do Rio de Janeiro tiveram no morro é o fato de duas das principais vias da favela serem referências a padres ligados à ala progressista da igreja e atuantes na vida comunitária local: padre Pedro Velloso e padre Hélio Simas¹⁹². Padre Velloso era o responsável pelos Círculos Operários Católicos, grupo presente na favela desde 1957 e um dos fundadores da Associação de Moradores. Antes mesmo, na década de quarenta, o padre iniciara sua militância na localidade através das Faculdades Católicas do Rio de

¹⁹⁰ Padre ligado à ala progressista da Igreja Católica, presente na favela desde suas primeiras ocupações com o grupo dos Círculos Operários Católicos.

¹⁹¹ Cf. PEPPE, 1992: 96.

¹⁹² Padre que acompanhou Padre Velloso do morro e deu prosseguimento à sua atuação.

Janeiro (atual PUC-Rio) e da Congregação Mariana de Universitários Nossa Senhora das Vitórias¹⁹³.

Este padre, sempre presente na vida política comunitária local, teve papel preponderante na influência da Igreja Católica no Santa Marta. Esta influência pode ser observada até os dias de hoje por exemplo, na tradicional Folia de Reis¹⁹⁴ realizada na favela sob responsabilidade de várias famílias, entre elas, a de Itamar Silva. A tradição católica, presente desde os primeiros anos de ocupação do morro, facilitou a entrada de mais um grupo ligado ao movimento progressista existente na Igreja Católica.

No final dos anos setenta, a linha política modificar-se com o surgimento da Pastoral das Favelas¹⁹⁵, a presença da igreja não deixou de ser notada no papel de intermediadora com o poder público. Foi o caso do projeto de eletrificação da favela em 1979, feito por formandos de engenharia elétrica da PUC-Rio¹⁹⁶.

A Pastoral pautava suas ações em dois pontos principais: a posse da terra e a conscientização de seus moradores¹⁹⁷. O trabalho dividia-se entre técnicos responsáveis pelas ações jurídicas envolvendo a posse da terra e os agentes da pastoral que desenvolviam o trabalho de base entre os moradores das favelas. Tornou-se uma espaço de articulação política onde várias tendências dividiam o mesmo espaço em um período ainda de bipartidarismo¹⁹⁸. Sob os olhos das alas progressistas da Igreja Católica jovens formavam-se politicamente, valorizando suas origens e desenvolvendo o discurso que usariam anos depois à frente de

¹⁹³ Cf. PEPPE, 1992: 91-96.

¹⁹⁴ Festa trazida pelos portugueses na época colonial, realizada entre os dias 26/12 e 02/01, onde homens representam os três reis magos.

¹⁹⁵ Cria da em 1977 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, seguindo diretrizes estabelecidas na Conferência de Medellín (1968), tinha como prioridade a fixação legal de moradores de favelas nos locais onde residiam, apoiando-os através de assistência jurídica. Cf. SALES, 2001: 01.

¹⁹⁶ Cf. PANDOLFI, 2003: 311.

¹⁹⁷ Cf. CARVALHO, 1991: 47.

¹⁹⁸ Cf. PANDOLFI, 2003: 302.

associações de moradores de várias favelas.

O período final da década de setenta foi de mudança em relação à postura e ao tratamento dispensados ao favelado. O catolicismo social, surgido com a Doutrina Social da Igreja nos anos quarenta e hegemônico na relação com os pobres, os colocava como indivíduos passivos frente às doutrinas e ao assistencialismo da igreja. Os moradores de favelas não eram estimulados a se mobilizarem e a se organizarem de forma autônoma¹⁹⁹, ainda assim, muito se diferia das ações da Fundação Leão XIII em favelas. No Santa Marta, especificamente, a Fundação pouca influência teve, já que ali as alas mais progressistas da Arquidiocese do Rio de Janeiro se fizeram presentes. Mas, ainda assim, baseada no modelo tutelar característico das ações sociais da Igreja. O principal papel da Igreja era de intermediadora e propulsora das atividades políticas, além da valorização da permanência do morador na localidade. A Congregação Mariana evitou o despejo e a remoção nas décadas de cinquenta e sessenta. Os Círculos Operários Católicos, já sob a coordenação do Padre Hélio Simas, sucessor de Pe. Velloso, conseguiu a construção da caixa d'água e da primeira rede de abastecimento de água da favela²⁰⁰.

3.1 Primeiros passos

Favela de Santa Marta localiza-se em uma valorizada área da zona sul da cidade do Rio de Janeiro: bairro de Botafogo, à beira da Rua São Clemente, uma das principais da vizinhança. Vizinha ao Palácio da Cidade, ao Colégio Santo Ignácio e ao Segundo Batalhão da Polícia Militar, está a 15 minutos do centro da cidade. Parte da Região Administrativa que também engloba os bairros de Laranjeiras, Humaitá, Cosme Velho, Catete, Flamengo, Glória e Urca,

¹⁹⁹ Cf. PEPPE, 1992: 93.

²⁰⁰ Cf. PEPPE, 1992: 96-110.

com um total de 238.895 moradores. Só em Botafogo são 78.259, dos quais algo em torno de 4.5 mil vivem no Santa Marta²⁰¹. Ocupa o 13º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano da cidade (IDHM), com uma expectativa de vida de 78,25 anos para seus moradores, além de uma renda percapita acima de R\$ 1.300 no ano de 2000²⁰².

Não me lembro ao certo a primeira vez que visitei o Santa Marta. Com certeza, para uma festa de *hip hop*, em uma das comemorações da Semana da Consciência Negra, realizadas na quadra localizada na subida do morro. Talvez estas experiências iniciais datem de 1998, 1999, não me recordo ao certo. O que não é possível esquecer são as expectativas que sempre surgem na primeira visita a uma favela. Qualquer que seja ela, mesmo que isto ocorra em uma festa na quadra da escola de samba, surge o estranhamento. Polícia na subida, a frente do Posto de Policiamento Comunitário (PPC) cheia de policiais, pagode acontecendo um pouco mais acima. Tudo “na moral”, “na paz”, “na tranqüilidade”. Tudo na mais perfeita ordem.

Não subi o morro, não havia razão para fazê-lo. A festa acontecia ainda no início da favela, antes da primeira escadaria. Com dificuldades provocadas pelo distanciamento temporal, me lembrava de tragédias que tornaram a favela do morro de Santa Marta conhecida em todo o Estado, país ou até quem sabe mundo: a terrível guerra entre Zaca e Cabeludo em 1987, partes alta e baixa do morro, que isolou o Santa Marta por alguns dias e as chuvas de fevereiro de 1988, que provocaram um terrível deslizamento que vitimou 08 moradores, por consequência do acúmulo de lixo em um dos cantos do morro. Duas tragédias sem muitos detalhes surgiam em minha mente enquanto eu olhava os barracos na parte baixa da favela.

A curiosidade fez com que eu fosse com um amigo até a roda de samba um pouco acima da quadra. Ali tive a minha primeira experiência com o tráfico de drogas do Santa Marta e

²⁰¹ IBGE: 2000.

²⁰² IBGE: 2000.

percebi a divisão de espaços. Enquanto na subida da ladeira que dá acesso à favela os policiais davam a entender que o espaço estava seguro, livre da criminalidade, só pudemos ficar no espaço onde acontecia o animado samba com uma explicação sobre o que queríamos ali e o consentimento de um homem branco com mais ou menos 25 anos e um fuzil na mão. Lembro com nitidez a minha ‘curiosidade’ por aquela arma. Nunca havia visto uma arma daquele tamanho em minhas raríssimas experiências do tipo. De qualquer forma, a impressão que aquele homem me dava era de que estava representando o mesmo papel que os policiais na parte mais baixa: “sinta-se seguro e tranquilo que aqui a polícia não vem.” A preocupação em denotar segurança era a presença de uma boca de fumo um pouco acima do ponto onde nos localizávamos. De fato, havia pessoas utilizando drogas sem a menor preocupação em serem surpreendidas por alguém. Ali parecia ser realmente um local ‘seguro’, onde tudo estava na mais perfeita ordem.

Mais ou menos no mesmo período, conheci um jovem militante de movimentos populares que me apresentaria o Santa Marta por um outro viés, mas que confirmaria minhas primeiras impressões. Vamos chamá-lo de Marcos²⁰³. Um ou dois anos depois conheci Itamar Silva em um grupo de lideranças comunitárias que se reunia periodicamente para discutir experiências em comum e buscar soluções para problemas em suas localidades²⁰⁴. Inicialmente eu não sabia de onde ele era, só podia perceber que era muito respeitado por seus colegas e se diferenciava pelo seu modo de falar (pausadamente), o que dava a impressão de sempre planejar muito bem suas falas e ações. Itamar me introduziria algumas informações a respeito dos jogos de interesses existentes no Santa Marta. Estas duas lideranças comunitárias são minhas principais referências no Santa Marta e apesar de agirem de locais políticos

²⁰³ Nome fictício.

²⁰⁴ Falamos sobre o Movimento Popular de Favelas na apresentação desta dissertação.

diferentes, me deram a noção exata do jogo de poderes que ali se dá.

Marcos me apresentou o mundo de interesses políticos envolvendo o tráfico que funcionou na favela entre 2000 e 2001. Pude testemunhar a influência que o tráfico de drogas exercia sobre os moradores daquele local. Acompanhei os meses iniciais de seu trabalho, à frente da Associação. Tive a oportunidade de andar com ele pelo morro algumas vezes, enquanto trabalhava em um projeto. Conheci alguns dos moradores mais antigos, os olheiros, um dos gerentes. Mas nunca sairá da minha memória o misto de respeito e medo (muitas vezes mais medo do que respeito) que percebi nos olhares de alguns dos moradores ao falar com o então presidente. Medo que todos pareciam tentar esconder fingindo um respeito que não fora conquistado, mas imposto através de uma forte relação de amizade entre Marcos e o então chefe do tráfico de drogas local, Márcio Amaro, o *Marcinho VP do Santa Marta*²⁰⁵. Meses depois, afastou-se do cargo, em circunstâncias não reveladas. Oficialmente, ele renunciou. Interesses políticos o colocaram na presidência da Associação de Moradores e na vice-diretoria da escola de samba local, estes mesmos motivos talvez o tenham tirado de lá. A aproximação de Marcos com o tráfico local era explícita, embora não possa dizer se ocupava algum papel na hierarquia devido à sua amizade com VP.

Por outro lado, a conduta e a ética apresentadas por Itamar nas reuniões de lideranças comunitárias de favelas me levaram para um outro extremo das relações entre associações de moradores e tráfico de drogas. Ao conversar com outras antigas lideranças e membros de organizações não-governamentais, conheci um pouco de sua história à frente da AMMSM e algumas das dificuldades e vitórias conseguidas no período pela favela.

Nascido e criado no morro de Santa Marta, Itamar Silva é o mais velho dos seis filhos de José Silva e de Maura Jordino, ambos vindos do interior do Estado do Rio de Janeiro. Vieram

²⁰⁵ Assassinado em 28 de julho de 2003 em Bangu 3.

morar no morro em 1955, após casarem-se e um ano antes do nascimento de Itamar. Este sempre estudou em escola pública, mas não conseguiu ingressar em uma universidade do governo. Estudou jornalismo na Faculdade Hélio Alonso entre 1976 e 1979, pagando o curso com parte de seu salário na Embratel. Mais dois irmãos também completaram o ensino superior, ambos em faculdades privadas. Itamar sempre residiu no Santa Marta, assim como três de seus seis irmãos. Sua casa localiza-se na região alta do morro, acima da associação. É casado com Eliete e tem dois filhos: Juan e Gabriel, de 20 e 16 anos, respectivamente. Funcionário da Embratel até 1982 e do Banco do Brasil até 1996, passou 14 anos na Fundação Bento Rubião, onde começou seu trabalho como voluntário²⁰⁶. Hoje é um dos coordenadores de área do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), ONG fundada pelo sociólogo Betinho.

Itamar começou sua militância em 1976, quando, com seu pai, fundou o Bloco Carnavalesco Império de Botafogo e assumiu a função de diretor. Ainda no mesmo ano fundou com outros moradores e estudantes do Colégio Santo Inácio, localizado nas proximidades do morro, o jornal Eco. O jornal tinha como uma de suas características a divulgação das atividades culturais existentes na favela. Seu papel político desenhou-se sempre de acordo com os contornos do movimento comunitário. Itamar teve alguma inserção no movimento negro, com o grupo do MNU (Movimento Negro Unificado), mas este não abarcava as lutas do povo favelado.

Eu tive dificuldades de identificação. (...) A minha luta era outra. As minhas questões eram outras eram muito básicas, eram muito ligadas ao dia a dia, muito ligadas à falta de água, à falta de luz, ao lixo nas valas. E eu não conseguia, eu não encontrei espaço, naquele momento, no movimento negro. Então eu vou me dedicar, de corpo de alma, à minha intervenção nas favelas. Então a Pastoral de Favelas foi um caminho.²⁰⁷

²⁰⁶ Cf. PANDOLFI, 2003: 300 -302.

²⁰⁷ Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

Itamar Silva participou ativamente das atividades da Pastoral, mas não como um agente. Quando, em 1986, houve uma crise na entidade e parte dos técnicos saíram, Itamar ajudou a fundar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião²⁰⁸ dedicado ao auxílio jurídico aos moradores de favelas com risco de expulsão. Na Pastoral, Itamar teve contato com outras lideranças de favelas da cidade, o que fortaleceu sua intervenção dentro e fora da favela, na Federação das Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). Partiu então para a criação do jornal Eco, conseguindo dar início a uma luta organizada que marcaria profundamente a história política da favela do Morro de Santa Marta.

Após a formação do grupo do jornal Eco, formado com forte influência política da Pastoral das Favelas, aos poucos seus militantes encontraram seu caminho político-partidário. Depois de uma série de discussões com partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), ficou decidido que as filiações aconteceriam individualmente. Então, Itamar, pouco antes de assumir a Associação de Moradores, filiou-se ao PT, enquanto outros membros da diretoria filiaram-se ao PDT²⁰⁹.

3.2 O Grupo Eco

Por volta de 1977, um grupo de jovens moradores do morro resolveu produzir um jornal que objetivasse novas idéias a respeito da vida comunitária do Santa Marta. Surgia o grupo do jornal Eco.

Os membros do grupo eram ativos moradores da favela, atuantes no seu dia-a-dia. O grupo que escrevia o jornal tinha entre seus membros oito moradores do morro. As atividades

²⁰⁸ Referência ao advogado da FAFERJ que atuou junto à Pastoral garantindo a posse da terra através do usucapião.

²⁰⁹ Cf. PANDOLFI, 2003: 310.

(reuniões, redação do jornal) centralizavam-se na casa da família de Itamar. Além dele, dois membros de sua família, uma irmã e um tio, e outros amigos da favela. De fora havia alguns alunos do Santo Inácio, ligados a um projeto de alfabetização desenvolvido com a orientação de padre Velloso, morador da favela. De acordo com Itamar, era uma experiência de alunos que desejavam ter um “outro envolvimento com a realidade”²¹⁰. A principal característica dos jovens envolvidos no projeto do jornal Eco era não se limitarem às ações políticas, mas também envolverem-se com o dia-a-dia dos moradores, desenvolvendo um verdadeiro trabalho comunitário de solidariedade e companheirismo. A participação na Pastoral das Favelas é quase uma regra entre os membros do Eco.

Quando da época do nascimento do Eco, não figurava entre seus objetivos concorrer à diretoria da Associação de Moradores, mas seu papel político desde o início delineou-se de acordo com um perfil que o colocava como questionador de toda a vida política da favela, ao lado da divulgação cultural. Uma das propostas do jornal era levantar a discussão a respeito do papel da Associação de Moradores²¹¹. Este período foi caracterizado pela direção da entidade estar nas mãos de policiais militares. Foram duas gestões bastante confusas, sendo uma delas profundamente marcada pela corrupção. A presença de policiais entre as lideranças da favela evidencia uma mudança nas relações entre favela e o corpo policial. Apesar das violências cometidas por policiais nas favelas de um modo geral, a presença de membros destas forças como moradores não oferecia risco algum a nenhuma das partes.

Era um outro momento, quando o tráfico de drogas ainda não exercia uma influência forte sobre os moradores das áreas dominadas pela quadrilha. Estamos nos últimos anos da década de setenta, o principal produto ainda era a maconha, e sua venda constitui-se em uma

²¹⁰ Cf. PANDOLFI, 2003: 305.

²¹¹ Cf. PANDOLFI, 2003: 309.

atividade paralela ao jogo do bicho, principal campo de atuação da família que dominava a contravenção no morro. A mudança acontece de forma gradual, radicalizando-se somente a partir de meados da década de oitenta, com o *boom* na venda de cocaína. Curioso é saber que um dos gerentes do tráfico de drogas no período em que atingiu o seu ápice também tinha história dentro da Polícia Militar.

O Eco partia de artigos do estatuto da entidade para criticar a atuação do então presidente da Associação (Sargento Ferreira 1971-1978), o que aos poucos o fortaleceu como grupo político no Santa Marta. O principal questionamento era em relação à não realização de eleições para a entidade desde que tornara-se presidente. O grupo consegue influenciar os moradores de que havia algo de errado acontecendo na AMMSM e que aquilo deveria mudar. Itamar assume forte oposição ao presidente e o jornal tem papel fundamental na realização de novas eleições, ainda em 1977:

Primeiro aqui em final de 77 a gente consegue uma primeira eleição e eu não concorro, a gente decide não concorrer. A gente apóia uma pessoa que era um PM, ele assume em 79 mas acaba reproduzindo um tipo de administração que, do nosso ponto de vista, não tinha nada a ver com o que a gente veio brigando aquele tempo todo.²¹²

A primeira gestão do grupo à frente da Associação de Moradores ocorreu após a confusa gestão do cabo Luís. Este outro representante da Polícia Militar assumiu a Associação com dois membros do Eco em sua diretoria. Porém, o que o cabo Luís vinha colocando como garantia de diferenciação com o cabo Ferreira vai por água abaixo, passando a adotar a mesma linha política do presidente anterior. Desenhou-se na vida política da localidade, um profundo questionamento a respeito das ações do policial na Associação. Um dos episódios que marca a força política do Eco no período, em oposição à fraca representatividade que passa a

²¹² Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003

caracterizar a gestão de Luís é a luta pela eletrificação do Santa Marta, em um processo que durou do final de 1979 até 1980.

A Light havia iniciado em 1979 o processo de eletrificação de favelas no Estado. Contando com a ignorância dos moradores, o então presidente propôs aos moradores um projeto de reforma da cabine da luz, que custaria algo em torno de dois salários para cada um²¹³. Membros do grupo souberam do projeto da Light e conseguiram mobilizar moradores para ir à agência cobrar a implementação do projeto no morro. As características geográficas do Santa Marta tornavam tal projeto bastante audacioso, já que canos d'água e fios da rede elétrica misturavam-se por toda a favela. Graças aos contatos e apoios políticos com os quais o Eco podia contar, foi realizado por alunos de Engenharia da PUC-RJ o projeto de eletrificação do morro, sendo esse aprovado e aplicado. A partir deste episódio, o grupo constitui-se em principal oposição à gestão do cabo Luís.

Deste acontecimento em diante, o grupo passou a denunciar ações da diretoria, questionando a contabilidade da entidade, por exemplo. Sem suportar a pressão, o cabo renuncia e assume o vice-presidente.

Então tem muitos conflitos, muitas brigas, a gente continua batalhando e ele renuncia em 80. Assume o vice-presidente, que continua na mesma linha. O vice-presidente morre. Então, a gente consegue fazer uma nova eleição. Então a gente forma uma chapa e entra em 81 com uma votação expressiva pra diretoria da associação.²¹⁴

Os acontecimentos políticos que vinham ocorrendo no Santa Marta envolvendo cada vez mais o Eco contribuíram para transformá-lo em uma potência política local, com o apoio de uma série de agentes externos com os quais o grupo se relacionava. Uma das principais características deste grupo desde a sua formação é a forte relação que mantém com grupos

²¹³ Depoimento retirado de PANDOLFI, 2003: p. 311.

²¹⁴ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

externos ao Santa Marta, buscando sempre com esta troca benefícios para a favela, “seja com o Colégio Santo Inácio, seja com a Pastoral de Favelas, seja com outros atores, isso deu [a] possibilidade de avançar e conquistar algumas coisas”²¹⁵. Isso não surge no discurso de Itamar, mas estas relações poderiam dar aos membros do grupo um *status* de poder que conferia à Associação de Moradores um saber que estaria além dos demais moradores. Não podemos afirmar se estas relações eram monopolizadas pelo Eco mas dava-lhes, com certeza, a chance de aparecer também como aqueles que não dependiam somente do governo, que tinham mais um caminho, mais uma possibilidade.

Seu fortalecimento foi fruto de suas atuações transparentes e sinceras, sempre voltadas para dentro da comunidade. O não afastamento das ações comunitárias, a participação no dia-a-dia da favela, ajudando a levar compras para o alto ou a “bater laje”, auxiliando em pequenas tarefas do cotidiano fizeram destas pessoas personagens políticos respeitados e de suas duas gestões frente à Associação de Moradores quase unanimidade, sem oposição. No início da década de oitenta a liderança de Itamar que, aos poucos, através de sua atuação comunitária, delineava-se, é oficialmente reconhecida ao vencer a eleição para a diretoria da entidade, em 1981. Este período seria estendido até 1989, com a gestão de Gilson Cardoso (1986-1988), quando um novo momento político surge, vinculado ao tráfico de drogas local.

Podemos concluir então que, no Santa Marta, a liderança que está presente é aquela que busca romper com as práticas clientelistas presentes em anos anteriores. Fortalecendo a atuação comunitária através da conscientização dos moradores de favelas sobre seus direitos e deveres, apoiando-se em iniciativas privadas, principalmente.

3.3 Ecoando pela favela

²¹⁵ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

Itamar Silva assumiu a presidência da Associação de Moradores do Morro de Santa Marta com 26 anos, com uma expressiva votação (82%) entre os moradores do local. A gestão de Itamar constituiu-se em grandes lutas e vitórias para o movimento comunitário do Santa Marta. A nova diretoria mostrava-se de grande esperança para os moradores do morro, pois sua militância comunitária através do jornal Eco já trouxera para o local benfeitorias como a instalação da rede elétrica, o que resultava em uma quase completa ausência de oposição política interna²¹⁶.

Esta administração pode ser resumida como anos de grande trabalho, pois as diretorias anteriores pouco fizeram em relação aos principais problemas que o morro apresentava: escoamento de lixo e de esgoto, abastecimento d'água. Característica essa de um clientelismo que esteve presente em grande número das favelas e bairros pobres da cidade e do estado, patrocinada pelo governo estadual sob o comando de Chagas Freitas. Apesar do projeto para a eletrificação estar já pronto e nas mãos dos responsáveis na Light, o processo de implementação era lento e ainda nesta época grande parte da fiação ainda era bastante antiga. A partir do início da mudança na rede elétrica, a tarefa não seria unicamente trazer tais benfeitorias para o Santa Marta, mas reeducar os moradores, a fim de evitar tragédias e acidentes.

O processo de eletrificação, que atravessou toda a gestão Itamar Silva, pode ser colocado como principal exemplo das grandes transformações pelas quais foram atingidos os moradores do morro em suas práticas cotidianas. Até então, a cobrança da eletricidade consumida em favelas era feita pela Comissões de Luz, onde pessoas eram escolhidas para se responsabilizarem pela caixa de energia e pela cobrança (coletiva) da taxa. A cobrança era dividida igualmente por todos os moradores. A partir da nova rede elétrica, a cobrança tornar-

²¹⁶ Cf. PEPPE, 1992: 242.

se-ia individual e seu pagamento de total responsabilidade do morador responsável.

Por ser uma nova experiência na vida daquelas pessoas, a Associação de Moradores abraçou a responsabilidade de reeducar os moradores do morro, informando-os como deveriam agir e os cuidados que deveriam tomar com a nova rede elétrica. Durante os primeiros anos da instalação, o Santa Marta foi a favela com menor índice de inadimplentes entre todas as eletrificadas da cidade. Itamar fala a respeito da insatisfação das pessoas com relação às ações da AMMSM. Quando o grupo Eco assume a Associação, a partir de uma postura crítica adotada em sua relação com as diretorias, a possibilidade de politização das questões internas da favela surge e é explorada pelo grupo. É o surgimento de um novo discurso que alcança grande parte dos moradores. Vejamos o que ele diz:

... há uma insatisfação geral interna que está direcionada para a associação de moradores, para a capacidade que ela tinha de... ou incapacidade que ela tinha de gerir isso. Mas certamente isso criava também condições para você falar também de política (...). Tem gente falando disso, tem gente interessada nesse tema, articulando realmente as coisas que estão acontecendo ali dentro com as questões que estão em torno da favela e tinha esse clima. A falta e o desgaste dos moradores também anima um pouco o espírito para entrar num debate sobre uma renovação da própria associação.²¹⁷

Apesar do esforço da nova diretoria, alguns problemas podiam ser notados. Desde a crescente inadimplência em relação às contas de luz até o despejo de lixo em áreas de risco do morro, a despeito das contínuas campanhas de educação sanitária realizadas pelo grupo Eco na favela, até o uso de ‘piadinhas’ desmerecendo os diretores que gastavam suas horas vagas na construção da nova sede da associação. Este “esfriamento” aconteceu nos dois últimos anos da gestão de Itamar como presidente e pode ser entendido como um desânimo da população em relação ao pouco retorno das autoridades em relação ao que parecia ser possível de ser realizado na favela e aos

²¹⁷ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

... limites institucionais de uma associação local face a uma urbanização de favela absorvida pela racionalidade tecnocrática estatal cada vez mais despolitizadora e por políticas públicas atreladas a métodos populistas tradicionais²¹⁸.

Temos aqui um primeiro indício da continuidade de uma política clientelista, porém em termos diferentes dos aplicados por Chagas Freitas no governo anterior. Acreditamos em um clientelismo partidário, que favorece os que apóiam o partido do governador em seus ideais e na militância explícita, não somente realizado durante períodos eleitorais. Em eleições com voto vinculado (vota-se em candidatos de um único partido, em bloco), o apoio partidário era mais importante que aquele dado a candidatos regionalmente. No próprio Santa Marta, a candidatura a vereador pelo PT de um diretor da Associação para as eleições de 1985 foi prejudicada por este tipo de voto. Os moradores justificavam.

O Santa Marta era muito Brizolista, é impressionante. Eu lembro porque em 82, o Gilson, que é morador do Santa Marta, ele foi candidato pelo PT a vereador. Só que naquela época era o voto vinculado. Você tinha o Lysâneas Maciel candidato e o Brizola do outro lado. Então muita gente dizia: “eu quero votar em você Gilson, mas eu sou Brizola”²¹⁹. É uma polarização bastante visível, assim como a opção dos moradores.

A crença de que a realidade política se transformaria era um fato. Brizola surgia como chefe de um governo que parecia chegar para transformar a vida dos favelados. O tempo mostrou que as coisas não aconteceriam com tanta facilidade.

Quando vem a primeira eleição democrática, a gente quase que deposita nesse instrumento aí a possibilidade de efetivação desse processo. O que não é verdade, não tinha maturidade ainda, não estava consolidado. Então você tem um retorno, você tem os vícios, a velha política que se reapresenta e alimenta essa relação entre poder público e lideranças que eu acho que aí foi ruim para o movimento de favelas.²²⁰

²¹⁸ PEPPE, 1992: 271.

²¹⁹ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

²²⁰ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

As grandes necessidades do Santa Marta foram reivindicadas ao prefeito Júlio Coutinho, em visita realizada ao morro em outubro de 1982, período em que Brizola estava no ápice de sua campanha eleitoral. O próprio Brizola esteve presente na favela fazendo campanha. Dentro da AMMSM, a figura do candidato surgia, ainda que de forma velada, o que evidenciava a força política do Partido dos Trabalhadores na entidade.

Na verdade, o pessoal que estava, ao menos da nossa diretoria, que gostava do Brizola mas não tinha militância, não entrou pro partido, não tinha militância, era só aquela paixão que vinha já de algum tempo. Tanto é que na eleição de 82, que eu particularmente fiz campanha pro PT, na diretoria o que aconteceu? Teve gente que ou não fez campanha, ou votou calado. Mas não teve nenhuma atitude assim de enfrentamento interno na diretoria.²²¹

A diretoria da AMMSM não via no PT uma saída para as necessidades dos moradores da favela. Não havia uma proposta, o que levou os filiados a separar a sua opção político-partidária da responsabilidade que tinham na entidade.

Itamar mobilizou um grupo de moradores para cobrar do prefeito “o encaminhamento imediato do Projeto Mutirão, que prevê água encanada para todas as casas e uma solução para o problema da coleta de lixo”²²². Essa constituía-se em um dos principais problemas da favela, pois acumulava-se em um canto do morro, num eminente risco de deslize. A luta pela água era de muitos anos. O número de moradores no início da década de oitenta era próximo de 7.500²²³, uma média de 1200 casas, de acordo com a contagem que a companhia de eletricidade, a Light, realizou em 1981, no processo de eletrificação da favela²²⁴. A geografia do morro era a principal desculpa utilizada pelos governantes para justificar a dificuldade de realização de vários serviços básicos como a coleta de lixo pelas vielas e becos estreitos, a

²²¹ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

²²² Jornal do Brasil, 26/10/1982: 19.

²²³ Cf. Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

²²⁴ Cf. Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

chegada da água nos pontos mais altos e o esgoto correndo por canaletas próprias.

Logo no início do governo de Leonel Brizola, em 1983, a favela consegue um projeto de melhoria no abastecimento de água, através do Programa de Favelas da Cedae²²⁵ (PROFACE), que levou água para todas as casas da localidade.

(...)a questão da água que era uma proposta para todas as comunidades e (...) pela organização do Santa Marta a gente conseguiu isso. Na questão de pressão, de estar acompanhando, de estar cobrando.²²⁶

Além da água chegando à favela, em um projeto que direcionava-se à toda a população favelada, Itamar pouco soube apontar a respeito de outras benfeitorias que teriam chegado ao Santa Marta. Apesar de se tratar de uma favela localizada na Zona Sul da cidade, aos pés do Cristo Redentor e cheia de necessidades como qualquer outra favela, pouco foi feito, a despeito do muito que foi prometido.

Brizola realizou na favela do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho o primeiro projeto de urbanização em favelas na cidade do Rio de Janeiro. Localizado em Copacabana, este complexo padece do mesmo problema geográfico que o Santa Marta: localizar-se em um morro de subida íngreme e de grandes dificuldades para o abastecimento de água e a coleta de lixo. Este projeto de urbanização se realizaria em um trabalho conjunto entre técnicos e moradores, escolhendo coletivamente os pontos críticos a serem trabalhados. Seria melhorado o acesso ao morro pela rua Saint Roman, um elevador em plano inclinado para o transporte de moradores e para a descida do lixo, seria também concedida a posse de terra e o saneamento para todos os moradores, assim como a urbanização dos acessos e das vias internas das favelas.

Ainda durante a campanha eleitoral, Brizola prometera aos moradores do local a construção de um elevador, aproveitando o elevador inclinado já existente: “Se não der

²²⁵ PROFACE – um dos principais programas desenvolvidos por Brizola para as favelas, seu objetivo era o de levar água para as favelas do Estado, além da canalização dos esgotos.

²²⁶ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

inclinado, vamos fazer como o elevador Lacerda, em Salvador, Bahia: um elevador e uma rampa. Nós vamos fazer plano para o ser humano, o Poder Público vai entrar aqui! ²²⁷.

A possibilidade de ver o projeto de urbanização semelhante chegar ao Santa Marta era uma esperança entre moradores e lideranças comunitárias locais. Em junho de 1985, em uma outra visita realizada ao morro, Brizola prometera uma urbanização integral da favela, similar ao modelo implantado no Pavão-Pavãozinho. O projeto do plano inclinado, para solucionar o problema do escoamento do lixo e de materiais de construção já havia sido anunciado como pronto em 1984, mas nunca chegou a se concretizar. A urbanização foi iniciada, mas não concluída por razões políticas externas à favela.

Uma coisa que a gente teve foi um início de urbanização do Santa Marta. Isso foi já 85, 84 para 85. Porque a nossa primeira proposta de urbanização aconteceu nesse período quando o Saturnino era prefeito, o Jó Resende era vice-prefeito, então ainda é esse campo aí de força política que a gente então conquista. Era um debate bastante interessante, porque entre a CEHAB também para essa discussão. E aí é desenhado o primeiro projeto de urbanização pro Santa Marta e efetivamente se começa o trabalho de urbanização. Mas que logo depois vem a queda do Saturnino²²⁸, vem a falência do Rio, vem a mudança de orientação política e a separação entre o Estado e o município, e aí o projeto pára. São feitas só algumas escadarias e começa o trabalho de instalação de esgoto.²²⁹

Por outro lado, o governo do Estado, dentro de sua política voltada para melhorias em regiões pobres, lançou ainda no início da gestão o Programa para Favelas e Bairros Populares. Entre seus projetos, os que entraram no Santa Marta davam conta da melhoria na rede de abastecimento de água, que aconteceu em parceria CEDAE/FEEMA:

a FEEMA foi responsável por um projeto de melhoria da rede de distribuição interna de água no Santa Marta. porque quando a gente aumenta a água aqui em 83, as casas passam a ter acesso direto. A água direto nas suas casas. A

²²⁷ Jornal do Brasil, 25/10/1982: 04.

²²⁸ A saída do prefeito Saturnino Braga deu-se após dificuldades financeiras em sua administração. Rompe com Leonel Brizola e filia-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em 1987. Decreta a falência da prefeitura no ano seguinte, continuando com as dificuldades enfrentadas no início da gestão.

²²⁹ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

rede que a gente tinha era muito precária. Então a gente tem todo um apoio da FEEMA(...) pra fazer uma nova rede. Essa é uma atuação direta com o governo do Estado.²³⁰

A nova rede funcionava a partir da instalação de uma nova bomba elevatória, mais potente e portanto com capacidade de levar mais água para a caixa d'água no alto do morro, o que melhorou em muito a captação de água pelos moradores. Ainda assim, não foi suficiente para abastecer toda a favela, sem falarmos no tocante às falhas no sistema, o que gerava despesas extras à associação de moradores, responsável pela manutenção da rede interna e da bomba existente na caixa d'água. Como ocorria em situações de emergência, o CSI (Colégio Santo Inácio) responsabilizava-se pela verba²³¹.

Os moradores deveriam pagar uma taxa mensal, não equivalente ao gasto de água individual, mas um valor correspondente à manutenção da rede interna e da equipe que exercia esta função. Esta taxa, paga à AMMSM, era incluída no valor pago mensalmente pelos associados, representando quase a sua totalidade. Por conta da inadimplência dos moradores, a soma recolhida não era suficiente para o pagamento da conta e para situações de emergência. O que representava a cobertura da diferença a ser feita por membros da diretoria com melhores condições financeiras.

A presença na favela de iniciativas privadas, ligadas à igreja católica, fazem parte de sua história. Itamar deixa isso bastante claro em seu depoimento:

O Santa Marta, tanto a questão da água no Santa Marta vem muito pela mão da Igreja. A caixa d'água do Santa Marta é feita em 59, ela foi feita exatamente pela Cruzada São Sebastião, era o Dom Elder Câmara. (...) Primeiramente, você tinha anterior a isso uma primeira caixa d'água, na parte baixa do morro, que vem através da dona Laura do Rego Monteiro, que é uma *socialite* que está ligada à PONSA (Pequena Obra de Nossa Senhora Auxiliadora²³²), e é ela que vai construir junto com o Padre Velloso as

²³⁰ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

²³¹ Cf. PEPPE, 1992: 249.

²³² Responsável pela administração da rede de luz até a década de sessenta.

condições para essa primeira entrada de água, na faixa baixa do morro. Em 59, através da Cruzada São Sebastião e, certamente, com a articulação com a Igreja Católica, e essa população que estava aí já atuando no Santa Marta, é que vai construir a caixa nova do morro, é que vai permitir, então, novas bicas d'água. Então estas bicas d'águas elas não entram por um candidato, um deputado que vai lá e coloca, mas elas entram nessa proposta da Cruzada São Sebastião.

A própria existência e atuação do grupo Eco está vinculada à participação de pessoas de fora do morro, mas envolvidas com questões sociais. Um dos exemplos que podemos citar é o projeto de eletrificação da favela feito por alunos da PUC-Rio, um pouco antes da gestão de Itamar. A instalação do Ambulatório Médico Dedé, fundado em agosto de 1982. Seu coordenador, o recém formado médico José Luís, um dos fundadores do Eco e ex aluno do CSI, assim como participante da PONSÁ ao lado do Pe. Velloso. Foi morar na favela e organizou o funcionamento do local. A compra do barraco onde funcionaria o ambulatório, assim como do material básico seria realizada com verba cedida pela associação de ex-alunos do CSI. O trabalho desenvolveu-se, alcançando uma média de cinco profissionais de diferentes especialidades. Outra iniciativa que contou com amplo apoio de entidades vinculadas ao CSI além da João Fortes Engenharia S/A, foi a construção da sede da AMMSM²³³, um prédio de três andares que destaca-se frente às outras construções do morro. Em contraponto com a ausência ou a morosidade dos serviços públicos na favela, a iniciativa privada foi responsável por boa parte dos melhoramentos pelos quais o Santa Marta passou em toda a sua história, notadamente durante os anos oitenta. Isto não significa que a diretoria do grupo Eco tenha se utilizado dos parceiros privados, em detrimento do serviço público, mas sim que tenham visto em programas privados a única maneira de conseguirem melhoramentos para a favela em curto prazo e sem depender de interesses político-eleitorais. As melhorias implementadas pela iniciativa privada, apesar de terem elevado o nível de vida daqueles moradores, não

²³³ Cf. PEPPE, 1991: 258-266.

correspondiam às necessidades estruturais da favela. Da mesma forma, as ações educacionais do grupo Eco não funcionariam se o Estado não implementasse o serviço básico de saúde e saneamento.

O Santa Marta, apesar de figurar como uma das prioridades nos projetos direcionados para favelas, teve suas obras realizadas de forma muito lenta, o que ocasionou crises internas em sua diretoria. Torna-se relevante levarmos em conta a militância política de alguns de seus membros no Partido dos Trabalhadores, o que lhes colocava em posição bastante crítica frente às crises que se sucediam no governo estadual. Apesar de alguns autores²³⁴ colocarem o período do governo Brizola como de grandes melhorias para o Santa Marta, apoiados no depoimento de Itamar, devemos apontar que os projetos lá implementados foram aqueles que entraram na maioria das favelas. O Projeto Mutirão, de estratégia populista, funcionava como um balcão de empregos, gerenciado pelas associações de moradores. O que buscamos ressaltar aqui é a ausência ou demora na finalização de projetos estruturais de grande porte, como a recuperação dos serviços de abastecimento de água e da rede elétrica ou de saneamento básico. Somente a instalação da rede de iluminação pública externa foi realizado. Itamar não coloca o período do governo Brizola como um período de grande conquistas para o Santa Marta, justificado por ter uma postura independente do governo: “eu acho que do governo Brizola mesmo, nós não temos nenhum investimento direto no Santa Marta”.²³⁵ O período é, sim, um período de ganhos, mas independente do governo estadual.

O Santa Marta é um caso meio atípico porque o Santa Marta tem um traço de organização muito forte desde muito tempo. Mas acho que isso até impede uma atuação do poder público e impediu sempre alguma atuação mais direta do poder público. Porque mesmo Brizola que você vê, foi um cara que fez campanha no Santa Marta, promessas muito abertas, mas ele não teve o Santa Marta como seu, como um lugar de atuação. É o que a gente

²³⁴ Cf. BARCELOS, 2004: 72-73.

²³⁵ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

conquistou no Santa Marta foi muito mais pela força da nossa organização.²³⁶

O fato de Itamar ser filiado ao PT pode ter atrapalhado suas negociações com o governo do PDT: “eles identificaram a gente como (...) um grupo ligado ao PT e isso também não permitia nos ter como cabrestos ou aliados.”²³⁷ Ainda assim, pelo relato de Itamar, havia interesse em realizar parcerias mais profundas:

o que tinha mesmo era um campo de encontros políticos. Mas foi positivo, porque eu lembro até hoje quando o Maurício Azedo foi num período prefeito (...) E ele dizia isso: “ah, mas é muito interessante lidar com vocês porque um dia vocês vem pro nosso lado.”²³⁸

Itamar Silva deixa clara uma das principais mudanças que se deu com o início do governo de Leonel Brizola:

O que muda nesse período é que as associações tem acesso direto aos poderes, a secretários, até mesmo ao governador. Mas tem acesso de uma forma representativa. (..) é a associação que vai ao governo. Diferentemente, (...) do Chagas, que você tem os políticos atuando diretamente e a relação é uma relação (...) muito clientelista, muito individual.²³⁹

Lideranças articuladas, representativas, sempre interessariam a um governo que via na cooptação partidária uma maneira de favorecer-se junto às áreas mais populosas da cidade. Na aproximação realizada pelo governo com lideranças comunitárias, a cooptação envolvia o favorecimento de algumas localidades em detrimento daquelas cujas associações não estivessem ligadas ao governo do Estado. Itamar vê isso com naturalidade:

Porque na verdade, quando você está mais próximo, você tem mais benefícios. Agora, eu te digo que a nossa diretoria foi muito respeitada nesse governo. Eu acho que, apesar de não ter conseguido grandes transformações, mas eu acho que até hoje, eu me encontro com personagens dessa época, mas

²³⁶ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

²³⁷ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

²³⁸ Itamar Silva, entrevista realizada em 31 de abril de 2005.

²³⁹ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

eles respeitavam por essa autonomia.²⁴⁰

O respeito conquistado por ele é inegável. O grupo Eco era reconhecido como um exemplo dentro do movimento comunitário de favelas. E seu envolvimento político com o PT era inegável, já que Gilson Cardoso, tio de Itamar e posterior presidente da Associação de Moradores, um dos fundadores do grupo do jornal, conseguiu ser eleito como suplente da vereadora eleita Benedita da Silva nas eleições de 1982²⁴¹. Mesmo com a participação ativa de diretores da Associação no Partido dos Trabalhadores, muitos outros eram ligados ao PDT, assim como boa parte das populações pobres no período viam em Leonel Brizola o porta voz dos pobres.

Nesse período o morro era muito brizolista, né? Na verdade, a nossa diretoria, eu já era filiado ao PT, presidente. A nossa diretoria tinha 21 pessoas, e tinha gente apaixonada pelo Brizola, gente simpática ao Brizola. E o morro, como um todo, era muito brizolista.²⁴²

Mas não é possível deixar de se levar em conta as dificuldades enfrentadas pela diretoria do grupo Eco em sua primeira gestão na favela. Fora as discussões políticas internas que ocorriam na Associação por conta de maiores aproximações com o governo do Estado, enfrentadas naquele período pela maioria das entidades representativas de favelas, observou-se uma grande desmobilização entre os moradores, além da morosidade na realização das poucas obras públicas implantadas na favela. Podemos citar o exemplo do abastecimento de água, que levou longos três anos para ser finalizado, dificuldades estas causadas por...

Várias paralizações das obras, por falta de verbas, grandes dificuldades técnicas de implantação do sistema, nas condições difíceis do morro, conflitos partidários entre as instâncias governamentais envolvidas²⁴³

²⁴⁰ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

²⁴¹ Cf. PEPPE, 1992: 262.

²⁴² Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

²⁴³ Peppe, 1992: 245.

As crises financeiras enfrentadas pelo governo Brizola durante a metade final de sua gestão à frente do governo estadual podem (e devem) ter dificultado e muito a implementação em ritmo satisfatório para os moradores do Santa Marta. Mas até onde poderiam ir os interesses políticos do então governador? Poderemos analisar melhor esta questão após vermos o que aconteceu em Antares no período e comparar a atuação do Estado nas duas localidades.

3.4 Pouca diferença

O morro de Santa Marta, para mim, como moradora da cidade do Rio de Janeiro, sempre foi cercado de uma aura de violência e sofrimento, assim como várias favelas na cidade. A razão de sua escolha para esta pesquisa é resultado de meus contatos - políticos e pessoais, com estas lideranças comunitárias locais. O mais interessante destes contatos era, ou melhor, é a diferença de posições políticas em relação ao trabalho da Associação de Moradores. Apesar de utilizarmos no trabalho somente a experiência de Itamar (logo mais veremos as razões da escolha), a experiência de Marcos surgiu para mim como o outro extremo de uma relação que se mostra ímpar na vida política de uma liderança comunitária: o contato direto com o tráfico de drogas. Esta é uma característica que não encontramos no trabalho de Itamar nos anos que ficou à frente da Associação. A estratégia do tráfico de drogas era traçada de uma maneira que não incluía a cooptação da liderança em atividade e sim de unir forças com algum futuro candidato à eleição da diretoria da Associação de Moradores e assim lançar uma chapa. Estratégia que tornou-se vitoriosa ainda na década de oitenta. Mais à frente veremos com detalhes a estratégia política dos traficantes nos anos em que Itamar e seu grupo estiveram à frente da entidade.

A história do tráfico no morro remonta aos anos sessenta, com o domínio da família de

Procópio Túlio. Como nos disse Itamar, “sempre houve tráfico no Santa Marta, sempre houve maconha. Depois começou a aparecer mais a cocaína, que era uma coisa mais discreta, mas depois ficou mais evidenciado”.²⁴⁴ O jogo do bicho era a atividade principal, e a venda de maconha figurava em segundo plano. A venda de drogas começou a ser incrementada no decorrer dos anos setenta, já com Pedro Ribeiro à frente das atividades. Nos anos oitenta entra em cena a cocaína, modificando o caráter da atuação do grupo no morro. Uma das principais teria sido a relação com os moradores, consequência do recrudescimento das disputas do grupo criminoso com a polícia e, anos depois, com outras facções criminosas.

Com o surgimento da cocaína nas bocas de fumo, Pedro Ribeiro centralizou sua venda, permitindo a um bando rival, também de núcleo familiar, a venda de maconha. Pedro foi preso no início de 1985 e dividiu o controle das bocas locais entre Zaca, de sua confiança e membros da família Lino. A favela era dividida na lógica do tráfico em zonas alta e baixa, boca do Cantão para a venda de cocaína e a boca do Pé da Escada, para a venda de maconha, respectivamente. Independente das relações pessoais envolvendo o episódio da divisão, o descontentamento do grupo que ficou com a responsabilidade da venda de maconha na parte baixa do morro não seria surpreendente. A cocaína era de fato mais lucrativa que a maconha e suas vendas cresciam vertiginosamente no período. A partir deste descontentamento pode-se perceber uma diferença de atitude em relação aos moradores e a membros da direção da associação de moradores.

O ápice deste processo deu-se com o assassinato de Chico Gonçalves, irmão de Zaca, pelo grupo da família que controlava a venda de maconha, o que desencadeou a primeira guerra entre quadrilhas na favela, também motivada por outro assassinato envolvendo

²⁴⁴ Itamar Silva, entrevista concedida em abril de 2003..

familiares de Cabeludo²⁴⁵. Era uma disputa interna do grupo que durou quase uma semana, em 1985. A ausência de uma rede de venda de drogas mais ou menos centralizada, como observamos nos dias de hoje, dava às quadrilhas autonomia para resolverem internamente suas disputas.

Estes assassinatos iniciaram a primeira guerra no processo de disputas pelo controle majoritário na venda de drogas na favela e que termina com a vitória da “boca do Cantão”, com o assassinato dos chefes da “boca do Pé da Escada” e a expulsão dos membros restantes da família que dominava a venda de maconha na favela. A partir daí, Pedro Ribeiro, preso desde 1985, impõe a divisão do comércio de drogas entre Zaca e Cabeludo, em auxílio a seu filho, Pedro *Perereca*, nas partes alta e baixa do morro. Esta divisão seria provisória, *Perereca* era ligado ao jogo do bicho mas ainda assim era herdeiro do domínio do tráfico, nas mãos de seu pai. Este domínio dura até 1987, quando Cabeludo mata Pedro *Perereca*, disposto a assumir o controle total de vendas de drogas na favela. Este é o início da grande batalha que parou o Santa Marta por quase uma semana, entre os dias 20 e 25 de agosto de 1987.

Itamar nos confirmou que as estratégias utilizadas pelos traficantes no período giravam em torno de uma forma de aproximação com os moradores:

Essa visão do malandro benfeitor, eu acho que isso existiu por um período, de, por exemplo, dar doce de Cosme e Damião.(...) Claro que isso é uma forma de você angariar mais simpatias. Não é que eles precisassem do apoio da comunidade, mas angariar mais simpatias. Então, quando ele fazia isso, na verdade, atraía as crianças, aí os pais das crianças, e eles ficavam com essa imagem do benfeitor, era reforçada nesse momento.²⁴⁶

De acordo com as duas versões, os traficantes desenvolveram em diferentes momentos ações assistencialistas para a conseguir a simpatia dos moradores. Essa simpatia ampliada tornou-se, durante a guerra de 1987, uma forma de defesa dos traficantes contra a inimigo, já

²⁴⁵ Cf. BARCELLOS, 2004: 76.

²⁴⁶ Itamar Silva, entrevista concedida em 10 de abril de 2003.

que poses e entrevistas ao lado de crianças foram fartamente divulgadas pela imprensa. Isso denota que o assistencialismo naquele momento dava aos traficantes a possibilidade de um morador, mesmo que fosse uma criança, defendê-lo por ajudar a comunidade. Supomos que essa defesa estende-se também para o trato com a polícia. Ao contrário do que diz Itamar, acreditamos que esse apoio era necessário sim, contribuía para o fortalecimento do comércio de drogas no local, funcionando como uma forte estratégia.

Itamar não acredita que esta aproximação possa se transformar em algum tipo de proteção. A “simpatia” conquistada pelos traficantes do período não assumiria um perfil político ou de convivência com o tráfico de drogas. O discurso de Itamar não trata das relações entre comunidade e tráfico e drogas e de que forma os moradores do Santa Marta podem ter sido manipulados por Cabeludo e seu bando através de suas práticas assistencialistas.

Eu tenho dúvidas se tinha uma coisa estratégica de, eu acho que passa muito mais por essa figura meio bonachona que esse período também, porque isso é uma prática das favelas.(...) Mas eu vejo mais nessa linha de ampliar a sua simpatia pela comunidade.²⁴⁷

O envolvimento do tráfico com a vida política na favela cresceu de forma paralela ao seu desenvolvimento e organização na cidade. Durante toda a década de oitenta, traficantes teriam apoiado chapas para as eleições da associação que estariam ali para defender seus interesses e facilitar a aproximação com os moradores. O tráfico teve entrada gradual na vida política da favela, iniciando-se com um apoio discreto, mas que no final da década de 1980, conseguiu eleger uma chapa apoiada abertamente por ele. Em 1981, a quadrilha apóia (não de forma aberta) uma chapa na disputa da diretoria da Associação de Moradores:

Em 81, na verdade, essas pessoas que compunham essa chapa eram pessoas que não pertenciam ao tráfico, mas tinham trânsito direto. Acho que eles perceberam que já aí ser presidente da associação com esse apoio significava poder duplicado na favela. Mas elas perdem fragorosamente a eleição e esse

²⁴⁷ Itamar Silva, entrevista concedida em 10 de abril de 2003.

não foi problema pra gente. Pelo menos não teve nenhuma repreensão. Nenhuma perseguição por conta disso.²⁴⁸

Aos poucos, com o crescimento do poder que a entidade exercia, com os contatos com o poder público e privado, o interesse na Associação de Moradores cresceu. Na segunda eleição disputada pela chapa do grupo Eco, o tráfico também apoiou uma chapa, agora de maneira mais aberta. Em 1981, com 815 votantes, a chapa Azul (grupo Eco) obteve 667 votos e a chapa Branca (apoiada pelo tráfico) 61 votos (7,5 % dos votos). Já em 1985, apesar da vitória da chapa Azul, o crescimento da votação na chapa Branca foi substancial: entre 1103 votantes obteve 370 votos (33 % do total), contra 674 da chapa Azul.

Nos primeiros anos da década de oitenta, o tráfico de drogas no morro ainda não interferia no cotidiano dos moradores. A cocaína ainda não era largamente comercializada na favela, o que significaria um menor poder econômico dos traficantes. Note-se que no Santa Marta houve uma transição de atividades ilícitas: do jogo do bicho para o tráfico de entorpecentes, por interesses no comércio de cocaína. Ainda assim, a modificação da realidade do tráfico somente ocorreu nos anos finais da década de 1980. Vejamos o que diz Itamar Silva:

... ao menos no Santa Marta, era um tráfico que talvez tivesse menos dinheiro, a gente está falando ainda não de uma entrada forte da cocaína, a gente está falando aí de um tráfico com menos poder armado. Não é que não tivesse armas, tinha armas. Mas era infinitamente menor...²⁴⁹

Durante o período que pesquisamos, as relações da Associação de Moradores com o tráfico de drogas davam-se com respeito aos espaços de atuação de cada um. Ainda não aconteciam as reuniões com a diretoria da Associação. Isto significa que, enquanto Itamar foi presidente, pouca ou nenhuma interferência do tráfico existiu sobre a entidade:

²⁴⁸ Itamar Silva, entrevista concedida em 10 de abril de 2003.

²⁴⁹ Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

claro que tinha a pressão, mas não tinha uma coisa de enfrentamento direto, chegar e dizer assim: ‘olha, vocês não vão fazer isso’, (...), reunião da associação, ‘não vai ter’, ou ir para a reunião da Associação e pegar a palavra e... não, isso nunca teve.

não era comum essa coisa de chamar presidente para conversar. Não era muito comum isso não. Tinha muitos recados indiretos, tem sempre alguém que fala alguma coisa que fulano disse, e então, nessa época, mas eu já sai num período meio complicado, 89 já foi um ano difícil...²⁵⁰

Itamar valoriza com razão o papel e a postura da sua diretoria e da posterior, que enfrentou problemas muito mais graves em relação com o tráfico, como a guerra de 1987. Porém, uma regra parece valer: problemas de casa são resolvidos em casa. Em momento algum, a Associação solicitou a presença da polícia no morro, provavelmente para evitar problemas futuros com os bandos, assim como para resguardar a integridade dos moradores da favela. Sem falarmos na conhecida lei do silêncio, vigente em todas as favelas. O envolvimento de membros de sua diretoria com o tráfico é, sem dúvida, algo improvável. Ainda no início das pesquisas, Marcos havia falado a respeito da impossibilidade de conseguirmos dados a respeito do tráfico de drogas no morro com Itamar. O diálogo foi :

- O Itamar? Ele não vai te falar nada do que você quer saber.
- Por que? Porque ele não era envolvido?
- Claro!

O interesse de Itamar em falar sobre o tráfico no Santa Marta não parece ser mesmo dos maiores, independente de seu não envolvimento com o tráfico. Isso nos remete à questão de se resolver questões de casa em casa. Itamar ainda é morador da favela e por mais respeito que ele tenha adquirido nos vários anos de militância naquela localidade ainda deve imperar a lei do silêncio em questões que envolvam sua integridade física. Grande parte dos dados aqui levantados foram fruto de pesquisas em periódicos, conversas com Marcos e bibliografia.

²⁵⁰ Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

Um desenvolvimento mais rápido da organização do tráfico aconteceu no decorrer de sua gestão como presidente, apesar disso, ele nega interferências do tráfico na Associação enquanto foi presidente:

como presidente da associação, eu te digo que a gente sempre teve muito respeito do tráfico, sempre olharam pra gente com muito respeito. Até porque a gente só fazia coisas que eram, que, na verdade a gente trouxe muitas melhorias pra favela. Mesmo não sendo o “queridinho do Estado”, mas acho que essa conjuntura permitiu você melhorar caminhos, fazer obras, fazer ambulatório, organizar a questão da água, da luz, você fazer discussões, atividades.²⁵¹

Na gestão seguinte, quando era um dos diretores, a interferência aumentou bastante. Mas percebe-se uma grande coragem de todos para tentar resolver a questão e conviver com a nova realidade local.²⁵² Neste período, alguns moradores tentavam alertá-los sobre a mudança na conjuntura do morro: “Vocês não devem continuar, esse lugar não é pra vocês mais, já acabou esse negócio de Associação, sai fora.”²⁵³ Os interesses haviam se ampliado e o desejo de tomar a frente do processo decisório dentro da favela atingira os traficantes de uma maneira irreversível na história do Santa Marta. Parece ter sido um período de forte tensão para o grupo, de grandes questionamentos em relação a correlação de forças que parecia estar se formando na favela, culminando com a não apresentação de chapa para a eleição que poderia levar o grupo para o terceiro mandato.

...89 já foi um ano completamente difícil de tocar o trabalho no Santa Marta porque já havia uma ameaça de intervenção, uma ameaça de ocupar o espaço da Associação, ou a gente ia para o enfrentamento... Se a gente tivesse ganho essa eleição de 89, não teria jeito, ou a gente ia para o enfrentamento ou a gente seria varrido da Associação.

O interesse do tráfico de drogas na AMMSM era real, já que a entidade representava um

²⁵¹ Itamar Silva, entrevista concedida em 10 de abril de 2003.

²⁵² Cf. PEPPE, 1992: 277.

²⁵³ Itamar Silva, entrevista concedida em 10 de abril de 2003.

espaço de controle e poder.

Eu acho que de alguma forma, o tráfico foi crescendo as suas teias, os seus tentáculos para tudo o que foi possível. E certamente a Associação é um lugar que eles identificaram um poder, ali. Então tem o interesse em saber aquilo que você está fazendo, quem é que está circulando ali, isso aconteceu. Mas eu acho que nesse caso aqui do Santa Marta eles tinham também muito cuidado com isso, porque primeiro articulava, não só o grupo era um grupo forte, mas articulava a igreja, os moradores, muitos moradores estavam ligados à Associação.

Zaca, chefe absoluto no tráfico local desde 1987, resolveu lançar um candidato sem preocupar-se em esconder o apoio: José Custódio da Silva, o Zé Castelo, um antigo parceiro seu no tráfico, já afastado. A partir do episódio da vitória de Zé Castelo, a autonomia da Associação de Moradores começa a diminuir. Três anos após assumir a presidência da entidade, Zé Castelo seria assassinado em uma rua de Copacabana junto a sua mulher²⁵⁴. Franciso Hipólito Neto, seu vice-presidente, o Chicão, tinha relações pessoais com os líderes do tráfico, já ligados ao Comando Vermelho. Mas estamos falando de outro tempo bastante à frente do período pesquisado aqui.

Desenha-se, então, a partir da atuação de Zaca em 1987, uma estratégia explícita do tráfico de drogas objetivando o controle das instâncias de poder naquela localidade. O controle sobre a Associação funcionaria como uma maneira de centralizar toda a vida comunitária nas mãos daqueles que controlavam a venda de drogas, conhecer e negociar os planos do poder público para dentro da favela. A característica básica da atuação da Associação de Moradores a partir de então, seria o caráter paternalista e assistencialista, mas atuando pontualmente de acordo com os interesses de Zaca. Delineia-se o perfil do tráfico de drogas nas favelas da década de oitenta. O Santa Marta colocava-se no segundo lugar em vendas na zona sul²⁵⁵, sendo a cocaína vendida conhecida como uma das mais puras de toda a cidade. Assim, no

²⁵⁴ Cf. BARCELLOS: 231-235.

²⁵⁵ Cf. BARCELLOS: 79.

final da década de 80, o Santa Marta figurava entre os principais pontos de venda de tóxico na cidade do Rio de Janeiro e a grande guerra que envolveu os bandos de Zaca e Cabeludo pela hegemonia deste processo ajudou a construir a imagem de uma favela violenta e dominada por traficantes.

Era um período bem organizado. É um período em que, se você pegar os jornais, o Santa Marta tinha filas pra comprar tóxico, você tinha alguns eventos que misturava política com tráfico, já ali no Cantão...tinha muita força, muito apelo para festas.²⁵⁶

Usuários de drogas chegavam na favela com a mesma eficiência do afastamento dos moradores da AMMSM. Outro grupo que se aproximava dos morros no período eram os policiais militares. Incumbidos desde 1974 a deixar de lado a atuação contra os chamados subversivos e passarem ao policiamento ostensivo, preventivo, começaram a criar nas favelas raízes de corrupção. De acordo com Itamar, antes da Polícia Militar, a Polícia Civil era a responsável, com suas delegacias especializadas por fazer as diligências nas favelas. Mas nunca de maneira ostensiva como passou a ocorrer com a PM.

Porque antes dos anos oitenta, sempre a Polícia Civil subia o Santa Marta, as especializadas estavam presentes lá, atrás de um e de outro... a entorpecentes, mas são coisas muito pontuais e muito diretas. A entrada de polícia tinha um alvo claro e eles sabiam atrás de quem estavam correndo.²⁵⁷

Isto significa que a Polícia Civil, quando subia a favela, ia com um alvo certo. Ela tinha certo domínio sobre aquele espaço, sabia quem era quem. Quando a prevenção atinge as favelas na figura da Polícia Militar, a relação muda drasticamente.

Quando a PM entra, a PM não tem esse domínio, então é o momento de maior recrudescimento pra o morador comum (...) que não tava ligado a nenhum tipo de ação ilegal porque todo mundo está no mesmo barco, reforça

²⁵⁶ Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

²⁵⁷ Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

essa coisa de que favelado é tudo igual, então todos suspeitos, todos por aí afora.²⁵⁸

Em primeiro lugar pelo total desconhecimento do espaço, segundo porque quando a PM entra nas favelas, ela passa a aplicar na prevenção as mesmas práticas observadas na corporação durante os anos de repressão política²⁵⁹. O subversivo agora poderia ser também o desempregado, o indivíduo em atitude suspeita. A situação chegou ao ponto de o governador ter que lançar um plano para regular as atividades policiais nas favelas²⁶⁰.

Você tem uma presença muito mais acintosa da polícia, eu acho que depois da entrada do Brizola, que vai gerar, inclusive, a necessidade do próprio governo colocar um freio no tipo de entrada que a polícia vai realizar nas favelas. E também começam as aproximações da polícia com o próprio tráfico, as relações de corrupção começam a crescer muito.²⁶¹

Pelo lado interno da Associação de Moradores, a corrupção de policiais também esteve presente no Santa Marta. A partir da década de setenta, temos dois policiais na diretoria da entidade. Foram duas gestões, como já vimos, marcadas pelo desvio de verbas e pelo descaso com os moradores da localidade. Já na década de oitenta, além da violência institucional, temos aquela promovida pelos policiais que envolveram-se com o tráfico. Zaca era um ex-policial expulso da corporação por roubo. O período em que foi chefe do tráfico foi marcado pela desconfiança de seus adversários de que teria acordos com policiais corruptos dentro da PM. Mediante propina, estes policiais dariam aos freqüentadores da “boca de fumo” tranqüilidade suficiente para a compra e consumo de drogas no local.

No Santa Marta, a presença de policiais sempre foi marcada pela corrupção e pelo

²⁵⁸ Itamar Silva, entrevista concedida em abril de 2003.

²⁵⁹ Cf. PINHEIRO, 1982: 60.

²⁶⁰ Cf. Capítulo 1.

²⁶¹ Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

favorecimento. Itamar fala um pouco a este respeito:

é claro que devia haver também relações escusas da Polícia Civil com o tráfico, mas não ganhava um *status* de evidência tão forte. Isso muito rapidamente a PM conquista. Isso é impressionante porque a PM começa a patrulhar as favelas, eu acho que a partir de 81, 82 e já em 85 você vai pegar matérias de jornal a convivência, você já vai ver a coisa da mineirada, a coisa do achacando os traficantes, uma relação muito promíscua. Então, muito rapidamente a PM se envolve nessa rede de uma forma muito pernicioso, eu diria, para todo mundo, porque acabou que foi um período em que também o tráfico se consolidou, o tráfico se expandiu, o tráfico se articulou e muito.²⁶²

Vários fatores contribuíram para uma mudança no perfil político do Santa Marta, contribuindo para o afastamento da vida comunitária, para a perda do papel crítico que o Eco sempre teve, onde não mais era possível ter o controle da situação. Entre eles a interferência crescente do tráfico na vida política da favela, o aumento de seu poder em várias frentes, a sobrecarga de funções dos membros da diretoria da associação.

3.5 Conclusão

A primeira característica que nos salta aos olhos ao examinarmos a história do Santa Marta é a vinculação com a Igreja Católica em seus setores mais progressistas. Suas primeiras lutas, ainda na década de 1940, foram ao lado desta Igreja. A Igreja, através do Colégio Santo Ignácio, das Faculdades Católicas (atual PUC-Rio), de Ordens como a de Nossa Senhora do Auxiliadora, da Pastoral das Favelas, sempre esteve ao lado das principais lideranças da favela, quando seus representantes não se transformaram eles próprios em lideranças, vide padres Velloso e Hélio Simas. Até mesmo o nome do local tem referência religiosas e que o ligam à Igreja (talvez o próprio padre Velloso tenha dado nome à favela).

A forte influência da Igreja Católica teria afastado a possibilidade da Fundação Leão

²⁶² Itamar Silva, entrevista concedida em 31 de abril de 2005.

XIII atuar no local, sua postura paternalista não encaixava-se na atuação de outros setores presentes na favela. O papel que estes setores tinham era de intermediar, facilitar e impulsionar as atividades políticas de moradores, ajudando a garantir-lhes a permanência no morro, assim como melhores condições de vida.

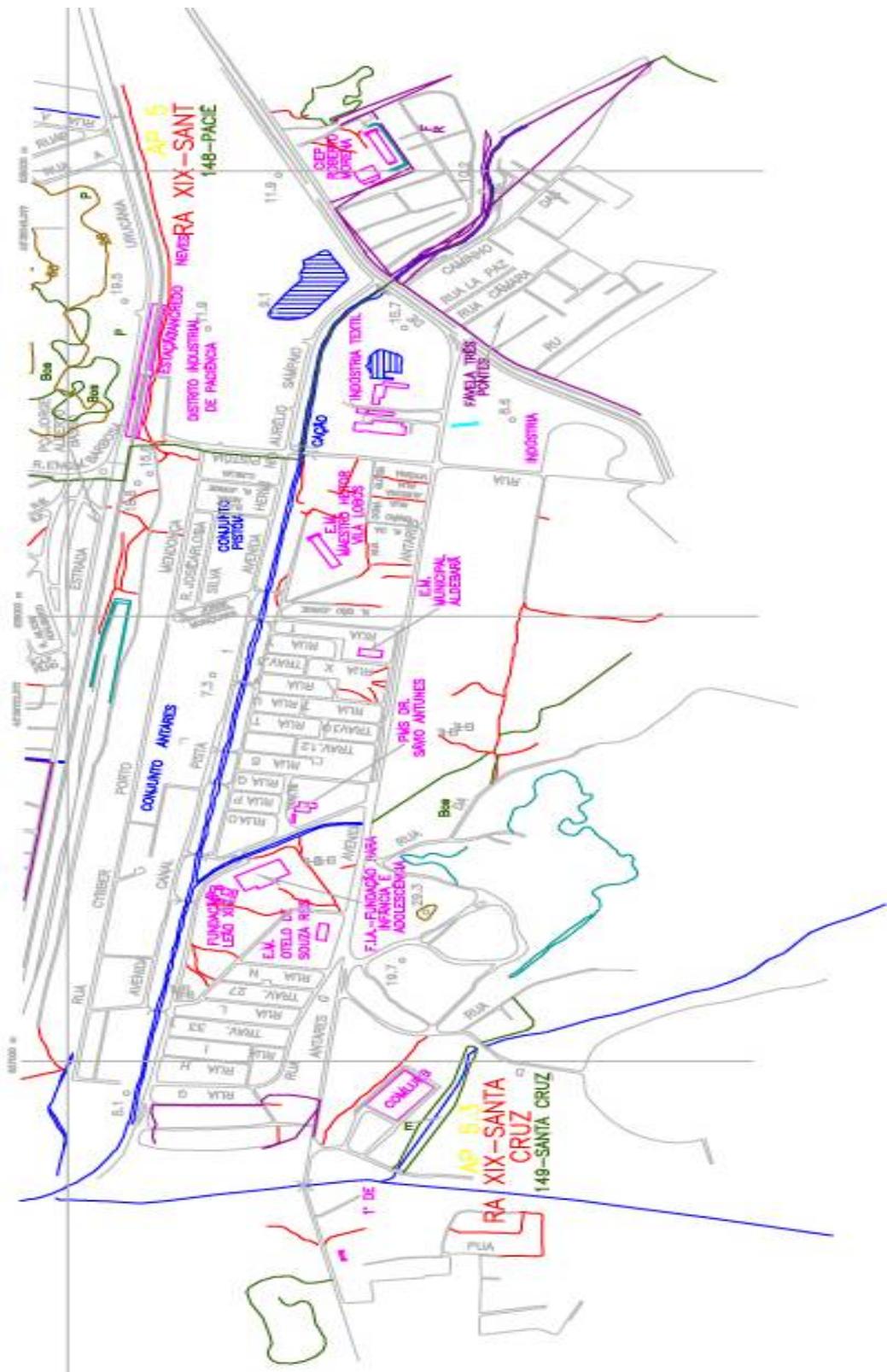
A relação desenvolvida com grupos externos ao morro, ao mesmo tempo em que possibilitou algumas melhorias na favela, sem a necessidade de curvarem-se a práticas clientelistas, deu-lhes um caráter de independência que marcou a gestão de Itamar. Apesar de verem nesta troca com grupos externos uma possibilidade de avanço, entendem que melhorias estruturais só seriam possíveis com uma interferência do governo estadual. Quando tais melhorias iniciaram-se, crises no governo estadual e na prefeitura paralisaram as obras. O que foi conseguido com o governo Brizola, água, teve uma entrada lenta e sofrida, possivelmente motivada também pelas crises que caracterizaram o final do governo Brizola.

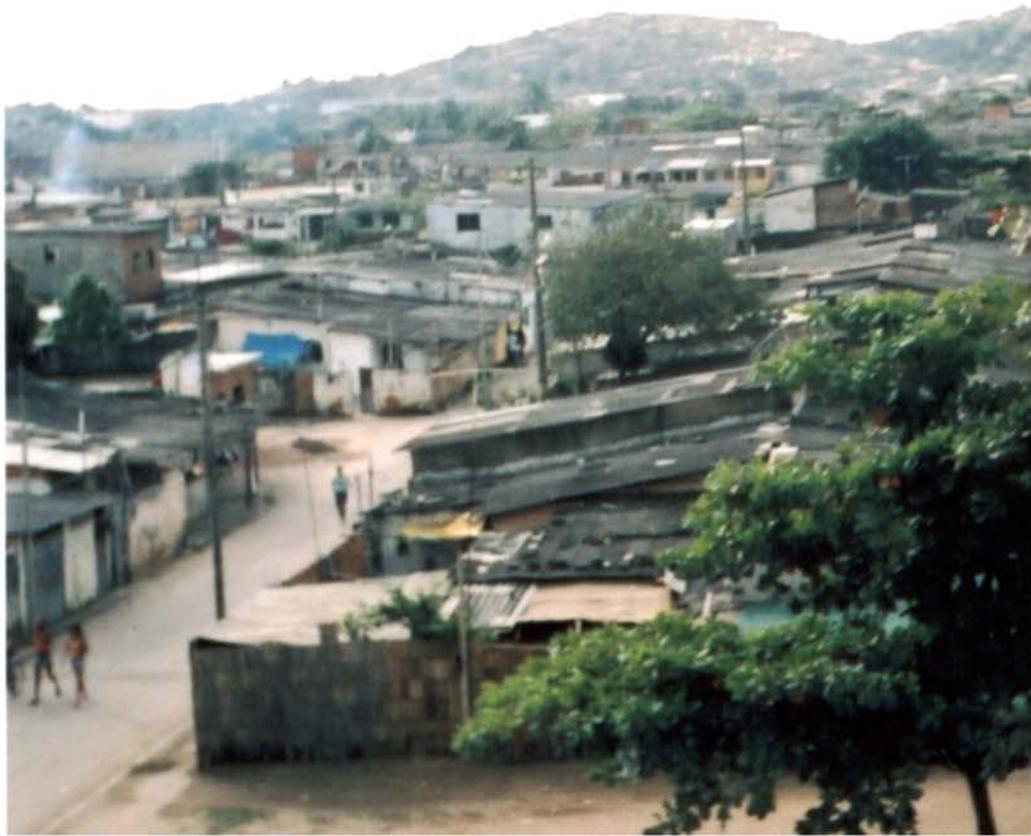
As gestões do grupo Eco significaram para o Santa Marta o início de uma nova era no associativismo local. Atuantes, participantes do cotidiano da favela, nascidos e criados no local ou moradores de longa data, tinham na conscientização dos moradores sua principal arma para romperem com as práticas clientelistas que caracterizaram por vários anos a Associação de Moradores. Construíram um novo discurso que aproximou durante algum tempo os moradores da AMMSM, influenciaram estes moradores com suas posturas políticas. Sua autonomia pode ter afastado da favela uma atuação mais intensa do poder público, mas levou à favela muitos benefícios, em grande parte conseguidos graças à proximidade com a Igreja Católica. Tanto a autonomia quanto a ligação com setores da Igreja Católica deram a Itamar e seus companheiros a possibilidade de crescerem em sua liderança dentro da favela.

A saída deste grupo da AMMSM foi forçada por uma realidade que atingiu a maioria das favelas cariocas: a intervenção do tráfico de drogas. Observamos, porém, que apesar de

interessarem-se na entidade desde o início da década de 1980, a atuação dos traficantes somente levou risco à independência da AMMSM no final da década de oitenta. A mudança na prática teria sido gradual, atingindo o seu ápice já em 1988, final da segunda gestão do grupo Eco, quando não apresentaram chapa. Naquela ocasião foi eleita diretoria apoiada pelo tráfico. A estratégia dos traficantes não era cooptar dirigentes e sim apoiar chapas. Foi assim desde 1981, tiveram sua vitória 7 anos depois, quando o Santa Marta figurava em segundo lugar em vendas de cocaína na zona sul, perdendo apenas para a Rocinha.

Para concluirmos pela não interferência do tráfico na AMMSM enquanto Itamar Silva foi presidente levamos em conta a possibilidade de um falso relato, mas nossa hipótese não foi questionada por nenhum morador com que falamos. Por outro lado, Itamar ainda é morador da favela, ainda deve tomar cuidado com o que diz. Mas não encontramos nenhum indício de proximidade ou de relação que pudesse de alguma forma vincular a gestão Itamar do tráfico de drogas no Santa Marta.





4 - Antares: clientelismo e benefícios

A zona oeste da cidade é uma região conhecida como uma das mais pobres do Rio de Janeiro. Dela fazem parte 23 bairros divididos em 4 R.A.s (regiões administrativas). A R.A. de Santa Cruz, que reúne os bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência, possui 311.289 habitantes, 191.836 somente em Santa Cruz. Ocupa o 119º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano do Município (2000), com uma expectativa de vida de apenas 65,52 anos e uma renda percapita de R\$ 206,23 em 2000. A grande densidade populacional desta região possibilitou o desenvolvimento do clientelismo desde finais do século XIX. Nos dias de hoje ainda é possível vermos tais práticas, principalmente quando tratamos de eleições para a Assembléia Legislativa do Estado ou para a Câmara de Deputados. O que inicia-se com a proteção de famílias proprietárias de áreas rurais²⁶³ e com interesses políticos transforma-se na troca de votos por promessas de emprego e melhorias para bairros, favelas e conjuntos habitacionais. Observa-se na região, no final da década de setenta, a utilização de cabos eleitorais, pinçados entre as lideranças comunitárias agindo como “prepostos do deputado junto aos moradores”, indispensáveis ao “atendimento de reivindicações elementares”²⁶⁴.

Antares é um conjunto de casas construído no início dos anos setenta, como parte do processo de remoção de favelas ocorrido entre finais dos anos sessenta e início dos anos setenta. É hoje um aglomerado de 11787 pessoas²⁶⁵. Estas pessoas contam com um posto de saúde, três escolas e duas creches, que atendem a 2983 jovens e crianças²⁶⁶. Não há áreas de lazer, os bailes *funk* que aconteciam até 2000, na quadra do bloco local (Bloco Carnavalesco

²⁶³ DINIZ, 1982: 105.

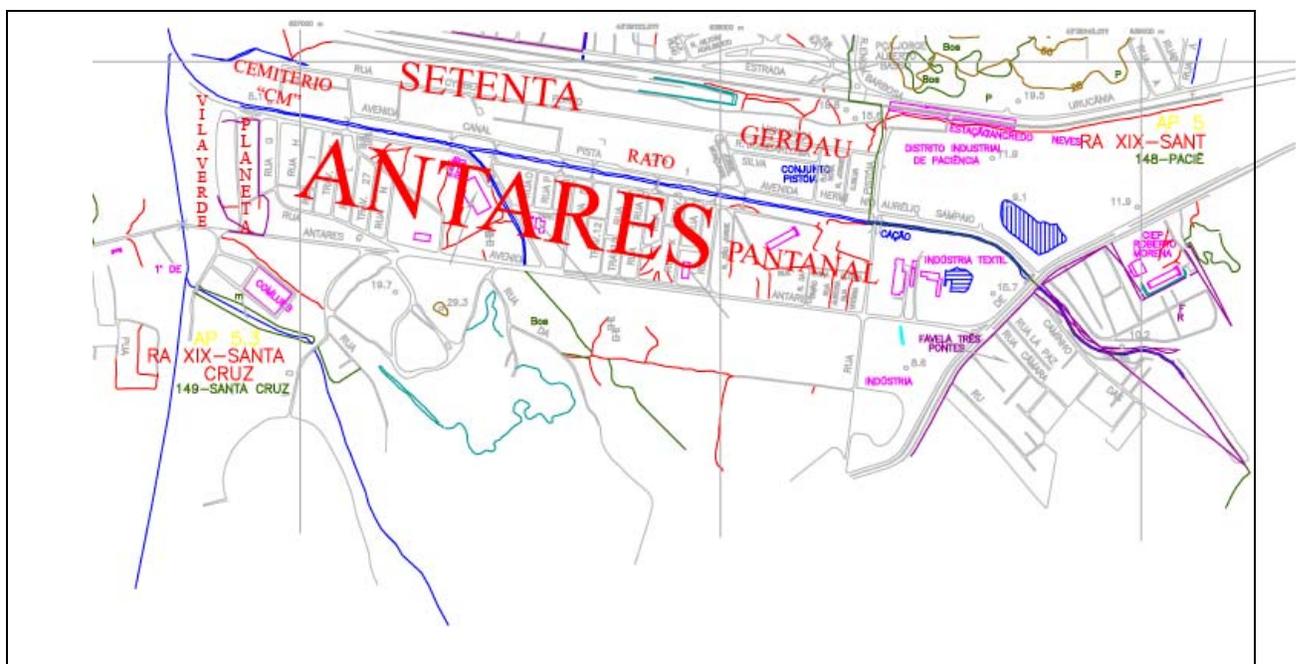
²⁶⁴ DINIZ, 1982:122.

²⁶⁵ IBGE, CENSO 2000.

²⁶⁶ Estas informações foram coletadas durante o ano de 2001, em uma oficina realizada por mim com jovens moradores do local. A tarefa era levantar os serviços públicos existentes em Antares e o número de pessoas beneficiadas. Caderno de campo, novembro de 2001.

Unidos de Antares) foram proibidos pela Polícia Militar, com a justificativa de serem realizados pelo tráfico de drogas local. Os bailes tiveram continuidade na principal rua do Conjunto, mas foram proibidos no início de 2002, também pela força policial. O Conjunto é localizado em uma grande área plana que acompanha o correr da avenida que lhe dá nome (Avenida Antares), imprensado entre rua e linha férrea. A forma como as casas foram organizadas no terreno facilitaram as divisões em micro-áreas dentro do conjunto, o que hoje divide a localidade em pequenos “bairros”, com características próprias. São elas Antares (a primeira área a ser ocupada, às margens da Av. Antares), Gerdau, Planeta, CM, Vila Verde, Pantanal, Setenta e Rato. Cada área tem sua forma característica de ocupação: casas de um andar, de dois andares, casas construídas no muro que separa o conjunto da rede ferroviária, casas construídas com madeira, casas de alvenaria, regiões ocupadas pelos removidos, pelas vítimas de incêndios ou enchentes, os primeiros invasores, os que compraram as casas, os invasores de dentro e de fora do conjunto. Observemos abaixo estas microregiões:

Mapa 4



Dados sobre o número de moradias divergem. A Fundação Leão XIII contabiliza um total de 1434 moradias em 1976²⁶⁷. Já a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) tem em seus deficientes arquivos uma ficha onde consta um total de 2682 casas²⁶⁸. Não temos certeza do número de moradores de Antares no início dos anos oitenta, mas a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares (AMCRA) tinha uma estimativa de algo em torno de 5 mil habitantes em 1982²⁶⁹. Realizamos um cálculo sobre o número de casas existentes, de acordo com a CEHAB (2682), já que de acordo com Maria Auxiliadora Rocha, ex-presidente e nossa depoente, em 1981 ainda não haviam sido realizadas modificações no conjunto. Estimamos um número próximo a 12 mil pessoas²⁷⁰. O conjunto tinha função de triagem, assim como outros de seu período²⁷¹ e não possuía água, luz ou esgoto. Em Antares há muitos moradores que dizem que muitas casas do conjunto ainda não estavam concluídas quando ele foi ocupado pela primeira vez, em 1975. Este capítulo busca através de depoimentos da ex-presidente da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares (AMCRA), Maria Auxiliadora Rocha, e de alguns moradores, as relações entre a Associação, o governo do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o tráfico de drogas, caso existissem. Inicialmente, conheceremos um pouco a história do conjunto, depois, um pouco da vida de Maria Auxiliadora e finalmente, iremos aos dados que coletamos e sua análise.

4.1 Unidade de Integração Social – de provisório a permanente

²⁶⁷ Caderno de campo, 19 de abril de 2003.

²⁶⁸ Caderno de campo, 16 de fevereiro de 2004.

²⁶⁹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

²⁷⁰ Calculamos sobre uma média de 4 a 5 pessoas por família.

²⁷¹ Nova Holanda (Bonsucesso), Cidade de Deus (Jacarepaguá) e Miguel Gustavo (Senador Camará) – Cf. VALLADARES, 1978: 40.

Os anos sessenta e parte dos anos setenta marcaram sobre maneira a vida e a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Foram anos de lutas e derrotas, acima de tudo caracterizados pela arbitrariedade e pela total falta de respeito e de interesse dos então governantes (em todas as instâncias) pelo caso das habitações faveladas, tecnicamente chamadas de aglomerados subnormais.

O Programa de Remoções, iniciado com o governo de Carlos Lacerda e foi mantido até 1974, primeiro governo de Chagas Freitas, atingindo 80 favelas e 139.218 moradores. Foram construídos e ocupados 35 conjuntos habitacionais, em sua grande maioria localizados no subúrbio da cidade, zonas norte e oeste. Um total de 48.985 unidades habitacionais²⁷².

O último conjunto a ser oficialmente ocupado foi o localizado na Avenida Antares, região limítrofe entre Santa Cruz e Paciência, zona oeste. Tal conjunto não era como os outros construídos no período, não somente por sua situação estrutural ser melhor ou pior, mas por seu objetivo inicial. Antares não é um Conjunto Habitacional. Tecnicamente, é chamado de Unidade de Integração Social (UIS) ou um Centro de Habitação Provisória (CHP) ou mesmo Conjunto de Triagem de Antares²⁷³. Isto significa dizer que as pessoas que inicialmente foram removidas para lá teriam uma estadia provisória, enquanto aguardavam suas casas ou apartamentos definitivos, em conjuntos construídos para lhes servirem de moradia. Uma primeira de mais remoções. Pronto em 1973, o conjunto seria ocupado dois anos depois, em janeiro de 1975²⁷⁴. E em condições subumanas para seus moradores.

O CHP de Antares não contava com água ou luz, muito menos pavimentação. Moradores mais antigos costumam dizer que os poucos pontos de luz eram os lampiões que

²⁷² Cf. VALLADARES, 1978: pp. 39-40.

²⁷³ Caderno de Campo, informações coletadas em visita à CEHAB-RJ, com funcionários Zelinda e Domingos, em 16 de fevereiro de 2004.

²⁷⁴ Caderno de Campo, informações coletadas em visita à CEHAB-RJ, com funcionários Zelinda e Domingos, em 16 de fevereiro de 2004.

eram acesos com querosene e a água provinha de um poço construído por eles próprios. De acordo com conversas preliminares, soube que para lá foram removidos moradores da Praia do Pinto, pessoas que aguardavam casas no conjunto de Cidade de Deus, removidos da Cidade de Deus, moradores do Vidigal, da Rocinha e de outros conjuntos habitacionais que aguardavam sua moradia definitiva. Entre os anos de 1977 e 1978 passaram a ocorrer invasões e as unidades habitacionais começaram a ser comercializadas por invasores e removidos.

4.2 Conhecendo Maria Auxiliadora Rocha

Maria Auxiliadora Rocha é uma simpática senhora. Hoje moradora do bairro do Engenho Novo, já passou por vários locais da cidade, entre eles, Japeri, Jardim América, Praça da Bandeira, Paciência e, finalmente, Antares. Mineira de Belo Horizonte, é a décima segunda filha de um casal composto por um cozinheiro e uma dona de casa. Seu pai, além de trabalhar em um hotel na capital mineira, foi proprietário de comércios, primeiro um bar e depois um açougue. Estes investimentos de seu pai garantiam à família uma vida sem carências. Apesar disso, eram estimulados a trabalhar desde cedo. Auxiliadora teve seu primeiro trabalho aos 14 anos na rede de departamentos Lojas Americanas.

Poucos anos depois de começar a trabalhar, conheceu seu primeiro marido, Nelson da Costa, carioca, funcionário da Rede Ferroviária Federal (RFF). Contra a vontade do pai, namorou e casou, saindo de casa aos 18 anos para morar no Rio de Janeiro com o marido, em 1954. Passaram por vários endereços, o primeiro deles a casa da sogra, que dividia com mais três adultos e os três filhos que nasceram. Anos depois, seu marido conseguiria uma casa pela RFF, na Praça da Bandeira.

Nelson, marido de Auxiliadora, era secretário geral do Sindicato dos Ferroviários e ela o

ajudava em suas funções na entidade. O final da década de sessenta foi bastante traumático para os dois, já que os desdobramentos do golpe militar de 1964 alcançaram suas atuações políticas. Foram presos. Ao saírem, haviam perdido sua casa e voltaram a morar de favor na casa de amigos. Aos poucos recuperaram parte da vida que levavam anteriormente, mudando freqüentemente de endereço e trabalhando ocasionalmente como caseiros em Arraial do Cabo (cidade da região dos Lagos) e na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto moraram na rua Santos Mello, na zona norte da cidade, Nelson teve um enfarte e ficou impossibilitado de trabalhar. Auxiliadora mantinha o genro e os filhos. Passou a conciliar o trabalho de costureira em uma lavanderia na rua Barão de São Félix, na região central da cidade, com a venda de carnês do Baú da Felicidade.

Foi neste período, já em 1981, que Auxiliadora soube por uma colega de trabalho que poderia comprar sem dificuldades uma casa em um conjunto habitacional em Santa Cruz. Com esta amiga ela foi conhecer Antares. A negociação parecia ser fácil: como todas as casas eram iguais, o único trabalho seria procurar alguém que quisesse vender a chave.

A venda de chaves foi uma realidade em quase todos os conjuntos habitacionais construídos no período da remoção. Com dificuldades de adaptarem-se ao novo estilo de vida, muitos removidos retornaram ao seu local de origem, ou mudaram-se para favelas próximas à residência de origem, deixando para trás a unidade habitacional²⁷⁵. Antares passava, no período em que Auxiliadora para lá mudou-se, pela venda das unidades, independente da origem do dono, se invasor ou ex-flagelado. Em uma visita à CEHAB, soubemos que desde a sua ocupação, Antares passou por várias invasões. Ao contrário de outros conjuntos, totalmente ocupados de uma única vez Antares foi ocupado em partes, o que permitiu que aos poucos as áreas ainda desocupadas fossem invadidas.

²⁷⁵ Cf. VALLADARES, 1978: 83-84.

Chegando ao conjunto, nossa depoente ficou surpresa com o que via. Assim ela descreveu sua primeira impressão:

A primeira impressão era de que estava em outro planeta. Porque aquelas casinhas tão baixinhas, todas de 'luzinhas' acesas. (...) Rua, cheias de becos, cheia de ruas, cheias de becos, aí eu fiquei encantada olhando aquilo, não é? E como a minha defesa pessoal era muito em defesa dos pobres, eu naquele lugar, cheguei como uma luva ali. Cheia de problemas, arrumei um caminhão da rede ferroviária para levar a minha mudança.²⁷⁶

O período estudado por nós em Antares tem início em 1981, quando ela chega ao conjunto. Interessante notar como Auxiliadora coloca sua entrada em Antares como uma possibilidade de socorrer aquelas pessoas em um local classificado por ela como “desprotegido pelas autoridades”²⁷⁷. Podemos aqui retornar à Belo Horizonte, quando em seu relato sobre sua juventude, ela fala na importância que vê em ajudar os mais pobres:

... essa coisa minha de revolta contra o sistema, já era de criança. Porque o meu pai tinha bar, (...) ele falava assim : “toma conta aí cinco minutos, enquanto eu vou no banheiro”, eu ficava. Aí eu tirava aqueles doces que eram sete por um tostão, colocava tudo dentro da minha pasta, que era para eu levar para a escola para dar para as crianças.

Aí papai comprou o açougue, eu estava mocinha. Quando eu ia lavar o açougue, aquelas pelancas, aqueles ossos, tudo tirado dentro daqueles sacos, já mandava recado para os outros que eu tava lá no açougue (...).²⁷⁸

Assim justificava sua veia política, comunista como ela mesma diz, por ser “defensora dos pobres”²⁷⁹. Auxiliadora diz que após o movimento de 1964, no qual ela e o marido estiveram envolvidos, ambos decidiram não mais envolverem-se em grupos políticos. Após prisões e separações dos filhos, avaliaram que tal envolvimento não mais valeria à pena, frente à conjuntura política que delineava-se para o país. Anos depois, ao chegarem em Antares,

²⁷⁶ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

²⁷⁷ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

²⁷⁸ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

²⁷⁹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

tinham “uma vida normal, como todo mundo”²⁸⁰. A tranquilidade só seria estremecida com a morte do filho mais novo, ainda em 1981. Ela apresenta como referência para sua ida para Antares a morte do filho Jorge, meses depois da chegada da família ao conjunto. Apesar do afastamento da política do país, não resistiu à possibilidade de iniciar uma militância dentro do conjunto. A “revolta contra o sistema” a levou à campanha que elegeria Leonel Brizola para o governo estadual em 1982. O retorno de Brizola a impulsionou novamente para a vida política. Com uma atuação inicialmente discreta, Auxiliadora transformaria-se em uma liderança política dentro de Antares.

... cheguei em casa, meu marido falou comigo: (...) “Brizola apareceu na televisão e disse que ele vai ser candidato”. (...) Botei a bolsa em cima do sofá e fui direto à Santa Cruz pra saber o que estava acontecendo.²⁸¹

Chegando à casa de um amigo, na área central do bairro de Santa Cruz, ela recolheu material sobre Brizola e voltou à militância, agora voltada para a política comunitária. Saiu da casa do amigo militante com bolsas cheias de materiais sobre Brizola em troca de trabalho político no local onde morava. Seguiu direto para a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares, onde encontrou com o então presidente, Miguel e sua esposa, a secretária Maria Geralda, conhecida na localidade como Luquinha. De acordo com dados cedidos por Auxiliadora, estamos ainda em 1981. Mas de acordo com a Ata da Assembléia de fundação da Associação, neste ano o presidente era o senhor Silvio Luis Marinatto. Temos aí uma defasagem de três anos. Guardemos este dado. Consideramos nossa depoente passível de erros cronológicos, a despeito de alguns detalhes fornecidos sobre o período. Seguindo os passos de Pollak²⁸², consideramos os dados fornecidos, deixando as datas como pontos a serem confirmados através de documentos, pelo menos em um primeiro momento. No decorrer do

²⁸⁰ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

²⁸¹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

²⁸² Cf. POLLAK, 1992: 201.

depoimento, fica clara a riqueza de detalhes em alguns fatos expostos pela ex-presidente, assim como a imprecisão nas datas, apesar da firmeza em sua fala. Colocaremos aqui um quadro com as datas de posse dos ex-presidentes da AMCRA, a fim de facilitarmos a compreensão das datas e os equívocos praticados pelos depoentes.

Data de início da gestão	Presidente
Julho 1981 – Abril 1983 (diretoria provisória)	Sílvio Luis Marinatto
Abril 1983 – Maio 1984	Luciano Campos / Miguel Alves Ferreira
Mai 1984 - Abril 1985	Miguel Alves Ferreira
Abril 1985 – Abril 1988	Maria Auxiliadora Rocha
Abril 1988 – Abril 1989	Luciano Campos

Fonte: Caderno de Atas da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares

Unindo, então, o depoimento de Maria Auxiliadora e as atas da Associação de Moradores, sua primeira participação em atividades da entidade como presidente teria ocorrido em 1985. Mas ela admite ter feito trabalho sem ser oficialmente parte da diretoria eleita em 1983 e 1984²⁸³. Não encontramos nenhum tipo de registro de sua participação na Associação nestes anos. Inclusive, quem a teria aceitado na diretoria seria Miguel Alves Ferreira. Ele teria substituído Luciano Campos após esse apresentar problemas de saúde e afastar-se da AMCRA. Sua função seria aproximar a entidade dos moradores do conjunto e assim aumentar o número de sócios e a arrecadação. De acordo com ela, a Associação não teria mais do que 10 sócios quando foi pela primeira vez a uma assembléia de moradores, não pudemos confirmar esta informação, já que não há registros do número de sócios da AMCRA. Um dos primeiros

²⁸³ Cf. Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

programas desenvolvidos após sua entrada na diretoria foi a confecção de carteiras de identidade e de trabalho

Aquele carro que vendia guaraná, eu dava um dinheirinho ao motorista pra ele gritar no alto-falante: “quem não tem título?” começamos a fazer título, “quem não é registrado?” começamos a fazer registro, quem não tem documentos... Aí começou...²⁸⁴

A partir daí, grande número de moradores passariam a se aproximar da Associação. Uma mudança no perfil da entidade começaria a se delinear com novas iniciativas. A mais importante, de acordo com Auxiliadora era levar a Antares um pouco de cidadania, já que seus moradores tinham grandes dificuldades em conseguir empregos por morarem em uma área tão distante da região central da cidade. Poucos eram os desempregados que tinham carteira de trabalho e era grande o número de moradores sem tipo algum de identificação. A gestão anterior não interessaria-se em trazer benefícios para o conjunto:

Eles botaram uma coisa na cabeça do povo que o povo não queria, então, ninguém participava. Eu não. Eu já colocava a participação e a evolução. Nós temos que ter escola, botar nossos filhos na escola, tem que lutar por um posto médico, encaminhar essas pessoas para se tratarem, aqui dentro tem todo tipo de doença...²⁸⁵

Por outro lado, Auxiliadora, hoje moradora do bairro do Engenho Novo, subúrbio do Rio, divide opiniões em Antares e é colocada por alguns como a principal responsável pela decadência da Associação de Moradores local. Ao assumir a Associação, Maria Auxiliadora não teria feito muitas melhorias no conjunto, muito pelo contrário.

Desde o início da coleta de dados orais em conversas informais com moradores da localidade, sabia que o período de Maria Auxiliadora na AMCRA seria rico em dados e fatos. A fonte principal não poderia ser melhor: uma militante do PDT (mais do que isso, “uma brizolista”, em suas próprias palavras) dentro de uma associação de moradores. Em relação ao

²⁸⁴ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

²⁸⁵ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

partido, ainda é filiada, mas se coloca como afastada. Apesar disto, sua ligação com o partido é a todo momento colocada. Diz que os ideais não são os mesmos. Fala muito sobre cidadania, aproximando seu discurso do tom proferido por Leonel Brizola: tornar pessoas cidadãs através da educação em primeiro lugar. De acordo com ela, Antares conseguiu em sua gestão melhorias nunca antes vistas. Finalmente as pontes de madeira que existiam sobre o rio Cação-Vermelho, que cortam o conjunto, foram trocadas por pontes de ferro, melhores e mais seguras, este mesmo rio passou pelo processo de canalização, o que resolveu os problemas das enchentes. Foi conquistado o projeto de construção de uma escola no conjunto, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Heitor Villa Lobos, destinada a alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental e com capacidade para 650 alunos²⁸⁶. A própria Auxiliadora admite que tais realizações somente foram possibilitadas pela sua proximidade com o partido do governo.

O perfil que construiu de si própria é o da mulher engajada politicamente, preocupada com as causas sociais. Mesmo após anos de afastamento, ao ouvir falar do retorno de Leonel Brizola à vida política nacional, não furtou-se ao direito (talvez até mesmo ao dever) de retomar suas atividades, desta vez no associativismo comunitário de Antares. Algo que nos faria lembrar da máxima popular que fala sobre ‘ter a política no sangue’. Este perfil não é equivalente ao episódio de sua saída do conjunto: uma surra seguida de expulsão, motivadas por denúncias de corrupção, o que veremos mais à frente.

Em momento algum em seu depoimento Auxiliadora fala a respeito de desentendimentos com moradores de Antares. Apesar de classificar-se como uma presidente ‘linha dura’, teria bom retorno dos habitantes do local. Mas ao conversar com moradores mais

²⁸⁶ Informações coletadas em 2001, em uma oficina realizada com jovens moradores do local. Caderno de campo, novembro de 2001.

antigos, ouvia exatamente o contrário. Um atual diretor da AMCRA teve o cuidado em preparar-me para o resultado de minhas investidas: “Ela não é bem quista aqui, não”; uma antiga diretora justifica sua saída acusando-a de corrupta: “Por isso ela nunca mais pôs os pés em Antares e nem é louca de fazer isso”. De uma forma geral, a gestão de Auxiliadora é caracterizada de forma extremamente negativa. Sendo verdade, torna-se compreensível um falso relato concedido por ela. Dificilmente manteria uma versão negativa de um período tão valorizado por ela. Pollak fala a respeito de memórias muito solidificadas e que nunca modificam-se de entrevista para entrevista²⁸⁷. Penso aqui na forma como Auxiliadora tem seu discurso firme, por um lado, porém tão frágil, se o levarmos para Antares e seus moradores. Mesmo falando de memórias herdadas, de histórias que passam de “boca em boca” pelas travessas do conjunto, nenhum dos discursos esteia-se em um ponto comprovável, a não ser as frágeis memórias de Auxiliadora e de outros moradores de Antares. Resta-nos confiar nas atas e nas datas de inauguração de obras públicas.

4.3 A disputa de memórias

Não somente em Antares, mas em qualquer conjunto habitacional construído e ocupado dentro da ordem da política de remoções, uma das principais características observadas por pesquisadores foi o sucesso em se quebrar toda a sociabilidade existente dentro das favelas das quais os moradores eram oriundos²⁸⁸. Em Antares, não é possível apontar o nome de uma favela isoladamente removida ou vítima de algum acidente como a principal origem da população. Isso é uma realidade existente na grande maioria dos conjuntos construídos no período. Além disso, poucos em Antares são vindos das remoções.

²⁸⁷ POLLAK, 1992: 08.

²⁸⁸ Cf. ZALUAR, 1994: 70-71.

Uma outra característica que podemos citar que atingiu todos ou pelo menos a maioria do conjuntos, foi a dificuldade entre os moradores em manterem-se em seus antigos empregos, fossem eles na zona sul ou na região central da cidade. Uma série de fatores contribuíram para dificultar o cotidiano dos removidos, na maioria das vezes relacionados à distância existente entre os conjuntos e seus locais de trabalho. A solução dependia da atuação e interesse do governo na área de transporte público, já que as famílias mudaram-se para regiões distantes da zona sul (principal área atingida pelas remoções) e do centro.

A situação de Antares pode servir como exemplo do total abandono dos CHPs e de seus moradores pelo poder público. Sua localização é ainda hoje de difícil acesso, apesar de algumas melhorias conseguidas no correr dos anos, como a inauguração de uma estação da rede ferroviária e algumas linhas de ônibus que passaram a circular pela avenida que acompanha o conjunto. A realidade de Antares no período pesquisado era bastante precária. O fato de morarem em um centro de triagem os isolava de todos os outros conjuntos habitacionais ou bairros populares, deixando-os sem benefícios. Seus moradores não contavam com luz, água, posse da casa ou do terreno. Por ser um centro de triagem, não haveria porquê dar àquelas pessoas títulos de propriedade, já que seu período ali seria limitado. Mas a realidade mostrou-se bastante diferente e aquelas pessoas já estavam ali há quase dez anos, ainda sem as necessidades básicas atendidas.

-Luz, água...Ninguém pagava nada

-Luz era gato²⁸⁹ ou era luz que as pessoas pagavam conta...

-Não, não, não... tudo puxado. Igual a favela que tem aqui no Rio das Pedras.²⁹⁰

-Aquele rio ali, como é que as pessoas atravessavam?

-O Cação Vermelho? Era através de um trilho de trem.(...) Tinha que ser equilibrista.²⁹¹

²⁸⁹ “Gato” é uma ligação clandestina de luz.

²⁹⁰ Rio das Pedras é uma favela localizada entre Jacarepaguá e o bairro do Itanhangá, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

²⁹¹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

Não houve preocupação em oferecer condições mínimas de moradia a seus habitantes, como saneamento básico ou casas em perfeito estado para moradia. Muitas das habitações invadidas e posteriormente comercializadas encontravam-se inacabadas. Estamos em um espaço caracterizado pela ausência do poder público, apesar desse ser o seu idealizador e realizador. Em visita à CEHAB-RJ, não encontramos nenhum documento referente ao conjunto, somente alguns relatos sobre o processo de ocupação do local.

Os moradores passaram a se organizar para cobrar do poder público melhorias na localidade. Suas reivindicações pautavam-se na necessidade de dar ao CHP de Antares as mesmas condições de conjuntos habitacionais permanentes. Surgiu assim a Associação de Moradores do Conjunto Residencial de Antares (AMCRA) em 1978, localizada na Travessa 53, uma das principais do local, casa do presidente da entidade, senhor Luciano. A entidade funcionava informalmente em sua casa e os funcionários eram membros de sua família (sua esposa era a secretária geral), além de amigos próximos²⁹². Caso outra pessoa assumisse a Associação, a sede teria que se mudar para sua casa. Veremos mais a este respeito logo à frente. A primeira assembléia oficial da entidade aconteceu somente em 1981, quando Silvio Luiz Marinatto assumiu provisoriamente o cargo de presidente e finalmente legalizou a Associação de Moradores, em 26 de julho de 1981²⁹³. Pelo que consta na história conhecida entre alguns dos moradores consultados, o primeiro presidente da associação, Luciano, conseguiu pela CEHAB a doação de algumas casas, onde funcionaria uma creche mantida pela entidade, de nome Recanto Feliz. Em nosso caderno de campo, podemos ler sobre o assunto:

Através de doação feita pela COHAB [sic. / CEHAB], Sr. Luciano consegue algumas casas para a associação de moradores. Ali ele instalou uma creche

²⁹² Neuma, informação transcrita em caderno de campo em 19 de abril de 2003.

²⁹³ De acordo com estatuto da entidade.

(Recanto Feliz) e, em uma sala, a associação de moradores.²⁹⁴

Auxiliadora, presidente entre 1985 e 1988, salienta o despreparo político das primeiras diretorias da AMCRA.

Eles eram revolucionários. Então, aquela pobreza do lugar, eles a encaravam para armar um por um para sair na rua gritando, querendo o que era deles, o direito que eles tinham. Quero dizer, eles não tinham o direito de viver ali naquele barraco, sem nada. Eles tinham que sair lutando pelo que eles tinham que ter. Porque ali eles eram massa de manobra, eles eram todos jogados e o que eles pregavam era isso.²⁹⁵

Auxiliadora confunde-se ao indicar o nome do presidente quando chegou ao conjunto, em 1981. Segundo ela, seria Alda Almeida Soares, caracterizada como *hippie* e revolucionária, uma militante petista. A Associação seria dirigida em sua casa, em uma pequena sala. Lá seriam realizadas as reuniões, mas de forma bastante precária, já que não haviam móveis suficientes e quase nenhum conforto. “Entrou o Luciano, junto com o Miguel. Aí arrumaram uma sala, depois da eleição, que essa sala que eu entrei e participei dela”²⁹⁶. Aqui Auxiliadora confirma a sua entrada enquanto Miguel estava na diretoria, confundindo-se apenas nas datas. Já a doação das casas, ela diz ser resultado de sua influência política, a Associação que antes funcionava na casa de seus amigos passou a ter uma sede oficial e a atrair mais moradores para as suas atividades.

Porque eu consegui a casa, no tempo do Caó²⁹⁷, no tempo do Brizola deram a casa pra ser associação até assinaram e tudo. E o outro lado era a creche. (...) Eu quando fui presidente, que abri a creche, consegui a casa toda pra fazer a creche. Aí foi o Maurício Azêdo²⁹⁸ que montou a creche.²⁹⁹

Os dados que constam nas primeiras atas da Associação datam de julho de 1981. A

²⁹⁴ Neuma, informação transcrita em caderno de campo em 19 de abril de 2003.

²⁹⁵ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

²⁹⁶ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

²⁹⁷ Carlos Alberto “Caó”, Deputado Estadual pelo PDT eleito em 1982.

²⁹⁸ Secretário Estadual de Ação Social

²⁹⁹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

Associação ainda não possuía sede. Vejamos o que diz a ata:

Aos vinte e seis de julho de mil novecentos e oitenta e um, realizou-se a Assembléia de fundação da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares (AMCRA), na Escola Municipal Otelo de Sousa Reis, à Avenida Antares, s/n, em Santa Cruz.³⁰⁰

Após realizarem uma eleição, a presidência teria ido para o senhor Luciano, tendo Miguel como vice-presidente. No estatuto da Associação, os cargos e datas mostram-se um pouco diferentes. Como já vimos, a primeira presidência após a legalização da AMCRA foi de Silvio Luiz Marinatto. Alda Almeida era sua vice-presidente. Temos aqui versões diferentes. É fato que a Associação em seus primeiros anos não tinha sede e funcionava na casa de alguém da primeira diretoria que, de acordo com moradores antigos do Conjunto, era capitaneada por um senhor de nome Luciano que lá esteve por três ou quatro anos, até a posse de Silvio Luís, em julho de 1981. Supomos que seja Luciano Campos, presidente da AMCRA em 1982 e as reuniões eram realizadas na sede da Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM) existente no conjunto ou na Escola Municipal Otelo de Souza Reis. Consideramos a possibilidade de, anteriormente à legalização da Associação, haver um grupo interessado em sua formação e organização. Deste grupo fariam parte tanto Luciano Campos quanto Silvio Marinatto, sendo o primeiro a figura mais conhecida entre os moradores e o segundo o escolhido entre o grupo para assumir provisoriamente a entidade até a realização de eleições. Mas salientamos ser esta uma possibilidade colocada por nós, já que as versões recolhidas entre moradores divergem. A partir de 29 de agosto de 1981 podemos acompanhar no livro de registro de Atas da entidade a luta por uma sede. Em uma assembléia realizada naquela data com a presença de um dos diretores da CEHAB, entre outras reivindicações, uma trata da sede:

3. Autorização, por escrito, para que a associação ocupe as casas onde

³⁰⁰ Caderno de registro de Atas de Assembléias da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares, 26/07/1981.

funciona atualmente, a Fundação Leão XIII, para que nela funcione a sede definitiva da Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Antares³⁰¹.

O endereço pretendido era onde funciona até hoje a Associação, na Travessa 19, casa 37.

Em uma assembléia datada de 06 de maio de 1984, a sede já está localizada neste endereço.

Concluimos que não foi Auxiliadora quem conseguiu as casas. Ela somente entrou na AMCRA como presidente em 1985, e já havia a sede. Luciano pode ter iniciado as negociações com a Companhia de Habitação, mas não é possível afirmarmos que ele era o presidente quando as casas passaram para a AMCRA, já que ele afastou-se e Miguel Alves assumiu a presidência. Mas um dos dois recebeu a doação.

Auxiliadora entrara na Associação após retornar a movimentos políticos, entusiasmada com o retorno de Leonel Brizola ao Brasil e com seu discurso classificado como de esquerda. Quando começou a cooperar com a AMCRA, esta funcionava em uma sala. Quando se tornou presidente³⁰², através de seus contatos junto a membros do governo do Estado, teria conseguido junto à CEHAB a doação da casa na Travessa 19. A Associação continuaria a funcionar em uma sala, e as assembléias realizadas no auditório da FEEM e nas escolas locais. As demais dependências da casa dariam lugar a uma creche dirigida pela própria presidente da Associação, chamada Creche Recanto Feliz, a primeira creche de Antares, ligada à AMCRA. Esta creche atenderia a 130 crianças e funcionava com o auxílio de voluntárias, moradoras da região. Mas o atendimento era dificultado pela falta de assistência dos órgãos governamentais e não eram cobradas taxas das mães que deixavam seus filhos no local.

Eu cozinhava o feijão de noite e pegava doações de todo mundo. Aquele tempo tinha uma entidade (...) que dava umas comidas assim igual ração de cachorro (...) que você botava água pra ferver e aí ela inchava. (...) Não tem uma cadeira, não tem nada. Eu fazia angu a baiana, sopa de siri, vendia lá

³⁰¹ Ata da Assembléia da AMCRA, 29/08/1981: p. 04.

³⁰² De acordo com o livro ata da AMCRA, tomou posse como presidente em 28 de abril de 1985, de acordo com seu depoimento, em 1983.

para a comunidade, fazia tarde dançante pra comprar comida para as crianças.³⁰³

Sua influência junto ao governo do Estado teria rendido para a creche, com o passar dos anos, uma série de benfeitorias: “Tudo o que eles facilitavam para mim é que tudo o que eu pedia vinha.”³⁰⁴ Em uma visita a Santa Cruz durante sua primeira gestão como prefeito (1983-1986), Marcello Alencar conheceria de perto as dificuldades vividas pelos moradores da localidade. Esta visita beneficiaria Antares com a limpeza do rio Cação Vermelho e uma parceria entre a creche e a Prefeitura que, a partir de então, custearia a alimentação das crianças assistidas. Enquanto não conseguisse geladeiras e fogões os alimentos ficariam estocados na FEEM. Mas o roubo dos alimentos viria a ser um dos problemas enfrentados pelas direções das entidades até a doação da maquinaria para a creche. Durante a gestão de Roberto Saturnino Braga (1986-1988), ainda como membro do partido do governador, Auxiliadora conseguiu toda a estrutura de maquinarias que uma creche precisa. Isto aconteceria no decorrer de 1986, último ano de Brizola no governo do Estado e primeiro ano de Saturnino Braga à frente do governo municipal.

Antares, Auxiliadora e as diferentes versões que eu tinha em mãos foram durante algum tempo interrogações. Mas, tentando construir as versões do período do associativismo que me interessava, me deparei com a seguinte pergunta: “Se não era apenas um grande mentiroso, um farsante, como, a princípio, eu pensara, como entender a entrevista?”³⁰⁵ ou ainda, como entender a construção de uma versão que não se mostrava comprovável?

Mais do que rico em dados e fatos, a história de Antares é rica em versões. No período aqui exposto, procuramos trabalhar de forma comparativa as versões recolhidas. Elas dizem

³⁰³ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

³⁰⁴ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

³⁰⁵ AMADO, 2003: 30.

respeito a atritos, política e, como não poderia deixar de ser, interesses pessoais. Contradições também estiveram presentes desde o primeiro momento. Um dos primeiros relatos que ouvimos em Antares foi o de Neuma, ex-diretora da Associação. Neuma é uma mulher bastante falante e bem conhecida pelos moradores do local. Mãe de cinco filhos, entre vinte e quarenta anos, vive em Antares desde março de 1975, quando comprou uma chave. Moradora da travessa 53, acompanhou o início dos trabalhos da Associação, na casa de Luciano, na mesma travessa. Luciano, pelo que ela diz, fez muito por Antares: regularizou a Associação, conseguiu a construção de pontes de concreto sobre o rio Cação Vermelho, entre outras coisas. Anteriormente a travessia se dava por tábuas postas sobre o rio. Todas as benfeitorias foram alcançadas através de relacionamentos políticos, notadamente com o deputado Jorge Leite. Sobre Auxiliadora, disse: “Nunca fez nada! Roubou muito dinheiro da Associação.” Luciano Campos teria conseguido a doação das casas, para a AMCRA, instalando ali a creche Recanto Feliz. As mães das crianças não pagavam nada e o trabalho das professoras e outras funcionárias era pago com o dinheiro das mensalidades da Associação. Junto à CEHAB não encontramos nenhum tipo de informação que nos desse a garantia da doação ou da cessão de uso de casas pela AMCRA.

Ela falou-nos também sobre os *tickets* de leite³⁰⁶ que Auxiliadora teria suspenso a distribuição. Tais *tickets* foram conseguidos por Luciano junto ao governo estadual para serem distribuídos entre os moradores mais pobres do local e estavam sendo apropriados pela então presidente. Este, segundo Neuma, foi o principal motivo da saída de Auxiliadora da Associação, já que os moradores mostravam-se descontentes com a sua gestão, que nada realizara em Antares. Auxiliadora teria sido expulsa do local pelos moradores. Viúva, teve

³⁰⁶ Estes *tickets* seriam entregues pelo governo estadual (Brizola), tendo continuidade no governo seguinte (Moreira Franco).

seus pertences distribuídos nas áreas mais pobres do conjunto: “Ela foi embora com a roupa do corpo”³⁰⁷. Alguns moradores falam também das cestas básicas doadas pelo governo estadual, para serem distribuídas pela Associação e que nunca chegaram aos moradores, apesar de estes assinarem mensalmente os documentos que garantiriam o seu recebimento. A desculpa seria a de que as assinaturas garantiriam o recebimento das cestas atrasadas. O próprio vice-presidente de Auxiliadora teria sido o responsável pela denúncia do desvio dos *tickets* e das cestas. Após confirmar a fraude, ele teria mobilizado algumas moradoras, que foram à casa da então presidente e a expulsaram, não só da Associação, mas também de Antares. Neuma disse ter sido esta a primeira vez que os moradores teriam se unido em defesa de uma causa comum, já que, em Antares “ninguém faz nada”. A população já estaria há algum tempo descontente com os trabalhos da Associação de Moradores. Neuma não se envolve com a AMCRA há uns 10 anos, a corrupção na entidade prejudicava qualquer trabalho desenvolvido. Passou a trabalhar coordenando projetos sociais do governo estadual. Era muito cruel ao falar de Auxiliadora, sua corrupção, sua expulsão do conjunto, sua vida. Já Joana, diretora no período de Auxiliadora, era muito calada e cuidadosa ao falar, exaltava a gestão de Auxiliadora. Desmentiu quase tudo o que Neuma disse sobre a ex-presidente. Elas aqui representam a oposição das versões sobre o período estudado, sobre a identidade Auxiliadora-Presidente e o que isto representa socialmente entre esta parcela dos moradores. Histórias e origens diferentes resultariam em uma dificuldade de mobilização que, se em alguns locais apresentou-se somente nos anos iniciais dos novos conjuntos, em Antares marca até hoje sua história comunitária.

A versão de Auxiliadora é, naturalmente, diferente. Ela teria sofrido um grave acidente, ficando durante um longo período internada e, conseqüentemente, afastada da

³⁰⁷ Neuma, caderno de campo, 19 de abril de 2003.

entidade. Alguns de seus diretores teriam iniciado o processo de envolvimento com o tráfico de drogas e de corrupção neste espaço de tempo.

...estavam roubando muito, e que durante a minha saída a associação estava andando de outra forma (...), o Rubens desviando comida, o Damião que era (...) diretor social meu, (...) ele estava transportando defuntos, transportando maconha e eu não podia intervir.³⁰⁸

Conversando com Joana, diretora da associação quando Auxiliadora era presidente, os fatos são contados de outra forma. Apesar de fazer questão de se manter afastada da ex-presidente e afirmar não fazer mais parte do seu rol de amigas, foi Joana quem forneceu o endereço de Auxiliadora no Engenho Novo. Defensora de sua gestão, diz que “tudo o que Antares tem hoje em dia, foi Auxiliadora quem trouxe.” A versão de Joana dá conta de um período positivo de Auxiliadora na Associação de Moradores. O registro da Associação teria sido feito por Auxiliadora e teria marcado o início dos trabalhos da entidade. Já sabemos que tal informação não procede, já que a Associação foi regularizada em 1981.

Além disso, sua caracterização é a melhor possível, mesmo tendo ficado alguns poucos meses na diretoria, “ao que pareceu, o governo Brizola foi extremamente benéfico para o local, durante seu mandato como diretora várias melhorias foram alcançadas”³⁰⁹. No caso de Maria Auxiliadora, só ouvi de Joana algumas palavras positivas. Em um primeiro encontro, ela se mostrou um pouco arredia, mas passou algumas poucas informações. Daí para frente, fazia questão de demonstrar seu total desinteresse pela pesquisa que eu estava desenvolvendo. Ela, no entanto, não fala nada a respeito da saída da ‘ex-amiga’ da AMCRA e de Antares. Ao me passar os contatos da ex-presidente, foi direta no pedido: “ Não diga a ela que eu te passei estes dados. Nem diga que me conheceu.” As chances de encontrá-la tornaram-se cada vez mais

³⁰⁸ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

³⁰⁹ Caderno de campo, 12 de janeiro de 2003.

raras até a total impossibilidade, quando assumiu cargo na diretoria da atual gestão da AMCRA.

É claro que o papel de cada uma delas nestas memórias construídas está diretamente relacionada à relação de cada uma com a própria Auxiliadora e o que ela representou politicamente para Antares. Para Joana, criticar Auxiliadora como presidente implicaria em admitir falhas individuais e coletivas na gestão. E falhas não são encontradas em nenhuma auto-avaliação em Antares. Todos foram os melhores diretores ou presidentes da AMCRA. Essas memórias, construídas e repassadas, são a história política de cada uma dessas pessoas. De alguma forma, “há interesse dos grupos que detém uma certa posição política quando determinadas lembranças são criadas em detrimento de outras”³¹⁰. Neuma não teria ligação política alguma com Auxiliadora, então não teria razões para hesitar em fazer alguma crítica ou em repassar alguma informação confirmada somente na memória oral dos moradores, já que, por exemplo, ninguém fez parte ou presenciou a expulsão de Auxiliadora.

No conjunto, diz-se que o período Auxiliadora foi curto (1 a 2 anos), a ex-presidente defende 10 anos de gestão. Na realidade, 3 anos na presidência e talvez mais 2 atuando não oficialmente como diretora. Duas versões consolidadas em seus grupos gestores. Identificamos falhas graves em ambas, mas procuramos trabalhar com essas falhas, pois cada grupo constrói suas memórias sobre o que o identifica com o que é, ou tem interesse em passar como sua identidade³¹¹.

Dispus-me, então a apelar para aspectos além dos factuais. Auxiliadora, ao que parece, dá grande valor ao seu histórico político, vangloriando-se de todos os seus feitos antes, durante e depois de Antares. A expulsão do conjunto após denúncia de irregularidade, seria uma

³¹⁰ LOPES, 2000: 15.

³¹¹ Cf. GOLDAFARB, 2003 e POLLAK, 1992: 04.

mancha impossível de ser removida neste histórico. Um fato traumatizante sobreposto por fatos louváveis, porém pouco ou nada comprováveis. Um dos pontos falhos da identidade construída por ela é a fragilidade de sua versão se confrontada com outros depoimentos. No caso de Antares isso transcende a questão política, apesar de também fazer parte dela.

Auxiliadora considera sua gestão na AMCRA como um verdadeiro divisor de águas em Antares: “... quando eu saí do Antares, Antares já era civilizado”³¹². Esta transformação teria começado ainda com sua rápida gestão como diretora social da associação, incrementada com sua crescente aproximação com os governos estadual e municipal. Os resultados de sua militância eram claros e vistos por qualquer um dentro de Antares. A relação de amizade com diretoras da FEEM e das escolas locais facilitava o ingresso das crianças em instituições de ensino próximas a suas moradias.

Duas mudanças ocorridas em Antares durante sua gestão foram a entrada das redes de água e luz. Aí encontramos alguns pontos que não conseguimos comprovar. Auxiliadora diz que levou os principais projetos do governo pedetista para Antares nos anos em que esteve à frente da associação de moradores. Porém, de acordo com o estatuto da AMCRA, ela tomou posse em 25 de abril de 1985 e foi substituída através de eleição por Luciano Campos em 10 de abril de 1988, antes de Marcello Alencar assumir pela segunda vez a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Aproveitamos a oportunidade para relatarmos a grande dificuldade que tivemos de conseguir os documentos relativos aos projetos desenvolvidos pelos governos em localidades populares na cidade do Rio de Janeiro. A data da instalação dos primeiros relógios residenciais em Antares não foi encontrada. A dúvida se mantém pelo depoimento de Auxiliadora, que defende ser a responsável pela melhoria no local, mas em um período em que não estaria mais à frente da AMCRA

³¹² Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

Outro benefício conseguido junto ao governo estadual teria sido o uso da mão-de-obra residente em Antares, selecionada pela AMCRA, para trabalhar nos órgãos governamentais que passaram a funcionar no local durante a gestão de Auxiliadora. A Fábrica de Escolas, após ser transferida para Santa Cruz, ofereceria a Antares boa parte de suas vagas. Da mesma forma, com a construção do CIEP Maestro Heitor Villa Lobos em 1987, e do Posto de Saúde Professor Sávio Antunes em novembro de 1985, todas as vagas oferecidas seriam dadas para a AMCRA preencher. Desta forma, com esta aproximação com os governantes, Antares teria mesmo alcançado sua cidadania:

...eles [moradores] não tinham nada, nem um registro de nascimento, e nós começamos a fazer, a trazer eles para uma realidade diferente, arrumarem emprego, um modo de vida, bolsa de compra que vinha de carreta, tickets de leite, e andava junto com as escola, posto de saúde, o CSU, nós fazíamos mutirão pra pintar as escolas, dar banhos nas pessoas paralíticas(...).³¹³

Joana aponta com facilidade as benfeitorias conseguidas por Auxiliadora enquanto esteve à frente da Associação. Ela diz que “tudo o que Antares tem hoje, foi ela quem trouxe”. Mas a doação de duas casas para a associação de moradores, mais uma casa para o funcionamento da Escolinha Comunitária Recanto Feliz são dados não comprovados, além de entrar em contradição com o depoimento de Auxiliadora.

Apesar das dificuldades encontradas para confirmar as datas da entrada de determinados serviços públicos em Antares durante os anos de sua gestão, pelo menos dois foram de grande valia para o local: em novembro de 1985, ano em que assumiu a presidência da Associação, foi inaugurado o Posto de Saúde Professor Sávio Antunes e em julho de 1987, foi inaugurada após 4 anos de espera³¹⁴, a Estação Ferroviária Tancredo Neves, na localidade conhecida como Gerdau (Conjunto Pistóia). O primeiro com a ‘bênção’ de Marcello Alencar, colocado por

³¹³ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

³¹⁴ A primeira referência que encontramos sobre uma reivindicação de estação ferroviária nas atas da AMCRA data de 04 de dezembro de 1984. Miguel Alves como presidente.

Auxiliadora como o político responsável pela melhoria da qualidade de vida no conjunto. Sua relação com ele teve início na ida do então prefeito ao Conjunto em companhia de sua esposa. Brizola era mais distante, nunca visitara Antares. Os únicos contatos com o ex-governador deram-se em situações bastantes diferentes. O primeiro quando as vagas para mão-de-obra oferecidas à AMCRA começaram a diminuir e ela surpreendeu-o em meio a um comício, exigindo mais vagas. Nada que tenha dado resultado, o mandato de Brizola já estaria no fim.

Mas ela não se furta a exaltar as gestões dos prefeitos e do governador do PDT dentro de Antares. As críticas em relação à Auxiliadora não tem relação com o que ela não conseguiu para o conjunto, mas sim com a corrupção que caracterizou sua gestão à frente da Associação de Moradores. Podemos concluir que muito chegou a Antares, denotando uma boa aproximação com braços estratégicos do governo.

Muitas modificações aconteceram em Antares. Auxiliadora defende que durante seu período ela conseguiu uma das realizações mais importantes na história do conjunto: colocar os hidrômetros nas casas. De acordo com ela, foi uma forma de resolver dois problemas de Antares: individualizar as contas de água e dar a seus moradores uma referência residencial. Apesar dos protestos dos moradores, que negavam-se a pagar pelo serviço oferecido pelo Estado, os hidrômetros teriam sido instalados. O problema surge quanto à data. A ex-presidente, que reivindica a responsabilidade pela entrada da água em Antares, fala em segunda gestão de Marcello Alencar. Porém, sua saída da associação acontece em 1988. Cronologicamente impossível. Junto à CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), não há instalação de hidrômetros na década de oitenta em Antares. O endereço mais próximo é o de uma chácara na Avenida Antares, cuja instalação data de 1968. Os endereços que constam do conjunto são de becos cujos nomes somente foram regularizados na década de noventa. Ou seja, informação não procede. Mais uma vez.

Mas Auxiliadora defende ter sido o seu período um dos mais importantes na aproximação entre Associação e os moradores. Se quando da assembléia que a aclamou como presidente estavam somente 63 sócios, a AMCRA somaria mais de 5 mil sócios (!!) quando se afastou da presidência. No entanto, não temos como comprovar os números, já que nem mesmo na última ata de assembléia assinada por ela dá conta do número de sócios presentes na reunião. De qualquer forma, consideramos este número inverossímil, já que seria quase metade do total de moradores do local.

É observável em duas de quatro atas de assembléias realizadas na Associação enquanto foi presidente, o objetivo foi aumentar o tempo do mandato de 1 para 2 anos e depois de 2 para 3 anos. Não há a apresentação de chapas para disputa, somente a votação para o aumento do tempo: “Eu fui dez anos presidente lá. (...) De 83 a 91. Eu fiz modificar o estatuto que era de um ano, aí botamos pra três anos.”³¹⁵ Na ata da assembléia que a consagra presidente da AMCRA, nota-se a ausência de disputa eleitoral, visto a existência de uma única chapa apadrinhada pela gestão anterior. Maria Auxiliadora Rocha foi ‘eleita’ por aclamação, com a presença de 68 sócios. A justificativa pela ausência do pleito foi o objetivo de “onerar menos a associação”³¹⁶. Menos de um mês depois, em 25 de maio de 1985, Auxiliadora altera a duração do mandato de um para dois anos. Surpreendentemente, em janeiro do ano seguinte, poucos meses antes da eleição, mais uma vez ela altera a duração do mandato para três anos, mantendo-se assim na AMCRA por mais um ano, com um quorum de 105 presentes. Com as mudanças no estatuto, Auxiliadora conseguiu manter-se na associação de moradores por três anos, e não por nove anos, como ela nos disse, passando por três gestões com mandatos de três

³¹⁵ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

³¹⁶ Ata da Assembléia da AMCRA, 28 de abril de 1985.

anos³¹⁷.

Seu papel de militante do partido do governador nunca teria se separado do trabalho junto à Associação de Moradores, ela utilizava todos os canais a que tinha acesso através do governo para conseguir melhorias para o Conjunto. Esta poderia ter sido uma das principais razões para Auxiliadora ter a simpatia dos prefeitos do PDT. “... eu levava a realidade pra eles”³¹⁸ e aproximando-os da dura realidade de Antares, aproximava-se dos privilégios que poderia obter como presidente de associação de moradores. A troca parecia ser justa e com certeza um motivo de orgulho para a ex-presidente: “ Lotava ônibus! Agora vai lá pra você lotar uma *pick-up*?! Você não consegue!”³¹⁹ Seus sucessos na convocação de ‘militantes’ para fazer audiência nas campanhas do partido do governo revertiam-se em benefícios concedidos através da associação de moradores. A característica clientelista de suas práticas no conjunto nos remete às trocas, às barganhas de que falamos no capítulo 1. Auxiliadora negociava serviços dentro do espaço que as autoridades governamentais lhe cediam.

O papel exercido por ela nesta ‘negociação’ não deve ser visto como caracterizado pela ingenuidade e isso já deve ter ficado explícito. A aproximação com o partido do então governador parece ter se iniciado pela simples vontade de reinício de atividade política, mas não tardou a configurar-se como uma tática benéfica para a localidade que representava. Por outro lado, ter como ‘parceira’ uma localidade que dispunha de algo em torno de 12 mil moradores no período e facilitar o acesso destas pessoas aos benefícios trazidos pelo governo, com a chancela da Associação de Moradores mostrava-se uma estratégia mais do que simples de ser realizada. O papel ativo de Auxiliadora fica claro em seu depoimento: “ E o maior

³¹⁷ Ver citação 314.

³¹⁸ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

³¹⁹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004

interesse deles qual é? É o voto. E tendo uma pessoa pra liderar...”³²⁰

É uma grande tolice acharmos que, por mais envolvido com a política comunitária esteja, o líder comunitário deixará se construir uma linha de ação para estar mais ‘próximo’ dos serviços oferecidos pelo Estado. Maria Auxiliadora utilizou de sua militância no PDT e da abertura que o governo estadual deu às associações de moradores para atrair para Antares benfeitorias. E todo o crédito é dado aos governos estadual e municipal:

Em primeiro lugar, uma ajuda muito grande de Deus, (...)depois os governantes que eram Brizola e Marcelo Alencar (...), bola de cristal eu não tenho, teve alguém que me ajudou e quem me ajudou? Os poderes, tem que dar o nome.³²¹

A criação de novos tipos de clientela política foi uma característica forte do governo pedetista no Rio de Janeiro. A aproximação com associações de moradores resultou em novos grupos de militantes e simpatizantes do partido do então governador que tinham como principal características serem moradores de áreas menos abastadas do Estado. Não há outra forma de entendermos a grande atenção dada a Antares, após anos de abandono. É claro que Estado e Município realizavam ali seus deveres de poderes públicos. Porém, grande parte dos serviços ali realizados podem ter sido resultado da forte presença de Auxiliadora nos quadros de base do PDT.

Auxiliadora estaria localizada politicamente em Antares em um pequeno grupo de elite que monopolizaria e manipularia todos os contatos políticos vindos de fora da localidade³²². O que antes era representado pelo PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) na figura de Jorge Leite, a partir de então seria personificado em Maria Auxiliadora no novo tipo de clientelismo desenvolvido em Antares pelo governo brizolista.

³²⁰ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004

³²¹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

³²² Cf. MACHADO DA SILVA, 1967: 37.

Durante o período em que foi presidente, tudo indica que Auxiliadora concentrou a maior parte das atividades da Associação de Moradores em suas mãos. A cooperação entre as diretorias anteriores também foi fato na gestão de Auxiliadora, caracterizando que as decisões políticas continuavam restritas a um pequeno grupo capitaneado por ela e ligado diretamente aos quadros dos governos estadual e municipal: “Por exemplo, *tickets* de leite... [interrompe] quando o Moreira Franco foi governo, quem reivindicava as coisas para mim, junto era a Luquinha.”³²³ Temos elementos aqui para caracterizar Antares como espaço do clientelismo, seja ele de Chagas Freitas, Jorge Leite, Moreira Franco (PMDB) ou de Leonel Brizola (PDT). As estratégias podem modificar, mas a relação permanece a mesma. Muito embora a relação de Auxiliadora com o partido do ex-governador fosse mais próxima que as gestões anteriores.

Observamos então a formação de um grupo que Machado chamou de “burguesia favelada”³²⁴. A atuação deste grupo, observável em qualquer localidade que tenha como prática a política clientelista, pode ser caracterizada pela forma como negociam com poderes políticos externos os meios pelos quais manterão sua posição na hierarquia local. Estas negociações giram em torno de barganhas de votos. Por outro lado, a participação de outros estratos políticos nas negociações que tratam de benfeitorias para local e população dá lugar à prática da manipulação política que acompanha as barganhas políticas que caracterizam tais relações entre poderes internos e externos.

Não podemos deixar de lado, é claro, o pontos positivos de tais práticas. Em Antares, por exemplo, uma série de benfeitorias foram conquistadas através de barganhas feitas junto aos governos municipal e estadual e seus órgãos de atuação direta através da atuação da então presidente no PDT. A filiação de Auxiliadora ao partido lhe dava prioridade já que,

³²³ Luquinha: Maria Geralda, esposa de Miguel, presidente em 1984. Próximos ao PMDB.

³²⁴ MACHADO DA SILVA, 1967: 37.

em primeiro lugar, na medida em que [os órgãos administrativos] estão subordinados à linha de ação do governo, (...) quase sempre traçada segundo critérios político-partidários; em segundo lugar, existe uma vinculação na medida em que a política de ação governamental é utilizada por políticos profissionais com finalidades eleitorais.³²⁵

Fazendo uso das ambições de políticos interessados no retorno eleitoral de suas práticas e objetivando a realização de suas próprias ambições, o político favelado não se mostra ingênuo no uso das potencialidades da localidade que representa. Auxiliadora é um exemplo claro disso e orientou suas ações no curto prazo, já que o período de que poderia dispor frente à Associação era limitado. Por mais que seu mandato fosse estendido através de modificações no estatuto, as barganhas tinham relação direta com o partido do governo: ‘Ali é o seguinte: ‘eu sou de dentro da Associação, eu vou ganhar um destaque tal tal tal, o senhor vai me dar isso e isso pra eu poder subir porque eu quero ser vereadora ou porque eu quero a executiva do partido’.(...)’³²⁶

Por outro lado, parece que nossa ex-presidente desiludiu-se com sua carreira de militante, afastando-se do PDT. O ideal de cidadania de Leonel Brizola perdeu-se com o enfraquecimento do partido do ex-governador no decorrer da década de noventa. Sento-Sé discorre bem sobre tal fato, justificando o posicionamento popular de Brizola como uma das causas da derrocada do partido³²⁷. E no depoimento de Auxiliadora podemos, realmente, perceber tal fragilidade. O que muitos dizem ser mais um dos motivos das freqüentes crises internas no PDT, uma demasiada centralização na figura de Brizola, seria o motivo da permanência da ex-presidente do partido. Não por discordar, mas por acreditar que Brizola era aquele que dava ao partido a centralidade e o norte necessário. Suas palavras parecem separar Leonel Brizola e Partido Democrático Trabalhista, ainda atentando para o perigo das alianças

³²⁵ MACHADO DA SILVA, 1967: 43.

³²⁶ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

³²⁷ Cf. SENTO-SÉ, 1999: 284 -300.

mal feitas no decorrer dos anos e a maneira como o perfil popular do partido (diretamente ligado à Brizola) parece ter se perdido no tempo: “Mas o partido político (...), o nosso idealismo não caminha com eles, ali é tudo carreirista.(...) Eu não sou nem pedetista, sou brizolista.”

4.4 Lado A, Lado B

Aqui falaremos um pouco do que conseguimos reunir a respeito da relação entre o tráfico de drogas e a AMCRA e de forma estas relações se estabeleceram. De fato, não identificamos relação próxima entre a presidência de Auxiliadora e os traficantes. Inclusive, ao que parece, em Antares no período estudado ainda não havia a presença de traficantes. Os bandidos encontrados lá eram assaltantes e matadores. Vejamos o que Auxiliadora fala a respeito:

Não, de mim [se aproximavam] só na hora em que precisavam. O Ramon mandava me chamar: o que foi Ramon? “Olha, tem uma mãe que veio trazer o filho para mim, hein? Para tomar conta aí em cima da laje. A senhora pode fazer esse favor para mim? Pedir para o diretor do Brizolão botar ele para dentro para ele almoçar, jantar e estudar? Porque a mãe trouxe para mim porque não tem comida em casa para dar para ele. E eu tenho filho, eu não vou querer esses garotinhos em cima de laje.”³²⁸

Este Ramón foi “chefe” até 1985, não encontramos nenhuma referência a seu nome. O tráfico era uma realidade, mas não ostensivo como foi possível de observar poucos anos depois. Auxiliadora faz uma caracterização do “movimento” no período: “Tinha lá grupo de extermínio, que eles matavam ... (...) tinha o tráfico, tráfico tinha. (...) Não, era revólver. (...) Ele [“dono”] era assaltante de ônibus, chefe da área, dois revólvinho aqui.”³²⁹ Este bandido a que ela se refere é uma anterior ao Ramón. Assaltante muito temido na região, do qual ela não se recorda o nome.

³²⁸ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

³²⁹ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

Nenhum depoimento colhido no local desmente o que Auxiliadora diz. Neuma diz que nunca fizeram nada pelo local e que somente a partir de 1999 passaram a influenciar os trabalhos da Associação. Reformaram a quadra de esportes, mas por interesse próprio, para realizarem bailes onde poderiam comercializar drogas. Diz que somente em meados desta mesma década um ‘chefe’ do tráfico fez algo: custear a eletrificação de algumas das principais ruas do local³³⁰. Em relação a uma possível atuação política, como observamos no Santa Marta, isto acontece de maneira bastante autoritária e somente na década de 1990. Ouvimos relatos de moradores a respeito da maneira como os traficantes muitas vezes influenciam nos trabalhos da Associação de Moradores, tirando ou colocando pessoas na diretoria. Ouvimos até mesmo um atual diretor da AMCRA falar sobre a necessidade de negociação com o chamado ‘lado A’. ‘Lado A’ e não ‘Lado B’, afinal de contas eles fazem parte, não são adversários, podem ser membros da Associação, isto não seria dito por ninguém. Ao conversar com Joana e com uma jovem moradora chamada Clara, a participação fica mais do que evidente.

Perguntada por mim sobre a duração dos mandatos, elas riram e responderam que “isso não existia”, que poderia durar dois, seis, oito meses, que as pessoas simplesmente saíam e outras entravam. Olhando-me com cara de deboche, indagou: “Você entende?”³³¹

Mas nos anos oitenta a força do tráfico ainda não chegara em Antares de forma a afetar o movimento político da Associação de Moradores. Lá a Associação ainda não era vista como um espaço de exercício de poder e a corrupção dos policiais preocupava mais seus diretores do que o tráfico. Nos relatos de Auxiliadora está presente na fala dos traficantes uma possível

³³⁰ Caderno de campo, em 19 de abril de 2003.

³³¹ Caderno de campo, 12 de janeiro de 2003.

preocupação com os jovens do local.³³²

A presença da polícia em Antares parece nunca ter sido constante. Nossa ex-presidente não se furta a acusar os policiais de corrupção. Atualmente existe um posto policial (Posto de Policiamento Comunitário – PPC Antares) logo na entrada do Conjunto, em uma pequena área que reúne o posto de saúde, a Associação de Moradores e o PPC. Mas as suas referências junto aos moradores não são muito boas. Em uma de minhas primeiras visitas à Antares, recebi um conselho de um morador que nunca me esqueci: “qualquer coisa que aconteça, se você tiver dificuldade em encontrar alguém nunca pergunte nada aos ‘porcos’, você pode ficar ‘queimada’ por aqui, aí já era.” Bom, não preciso me prolongar ao dizer que até os dias de hoje quando vou ao Conjunto atravesso a rua para não passar em frente ao Posto...

As práticas policiais não oferecem muitos atritos entre os depoentes, parece ser indubitável que a presença policial causava e ainda causa incômodo entre os moradores do local. Durante o período em que Auxiliadora foi presidente, os policiais tinham como prática fazer ‘compras’ nas mercearias locais, mas não pagavam. Pelo que foi dito, não tinham a prática de entrar no Conjunto para incursões usando violência e maltratando os moradores, mas tinham o hábito de chantagear moradores e traficantes. “Prendia os vagabundos e a comunidade ainda tinha que dar dinheiro para soltar”³³³.

Ele abriu e fechou várias vezes.(...) era tudo achacador. Prendia os vagabundos e a comunidade ainda tinha que dar dinheiro para soltar. (...) O pessoal do tráfico (...), eles não se metiam comigo, não. Agora, o DPO se metia.(...) nós queremos saber se a senhora está botando para trabalhar nas obras os marginais.

Auxiliadora costuma dizer que utilizou a campanha de Brizola “Troque sua arma por uma picareta” para afastar alguns bandidos da vida do crime. E por isso era mal vista pelos

³³² Cf. Nota 60.

³³³ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

policiais e respeitada pelos bandidos. “Não me olhavam com bons olhos [os policiais]. (...) Eles prendiam os caras, a gente mandava soltar, os garotos, que eram os garotos que ajudavam a gente na comunidade”. Ela diz os jovens presos trabalhavam nas obras realizadas no Conjunto. Mas ela nega veementemente qualquer cooperação com os traficantes, ou troca de favores: “Não, porque eu não aceitava. (...) Ninguém em Santa Cruz aceitava nada. Mas eles admiravam o trabalho nosso. (...) Eles começaram a entrar nas associações em 87, 88...foi quando eles dominaram Antares e todas as associações.”³³⁴ De fato, a data coincide com a expansão do tráfico de drogas em toda a cidade. E com a sua presença na AMCRA. Mas não encontramos indícios desta relação em seu discurso ou no de seus opositores.

As relações existentes pareciam respeitar o lugar político e social de cada um dentro do conjunto, qualquer contato entre as partes era iniciativa dos “rapazes do movimento” e sempre denotando certa preocupação com as crianças do local. Auxiliadora fala com firmeza de sua posição nesta relação, dizendo que em sua “ época não se metiam comigo. Pelo contrário.”³³⁵ De qualquer forma, confirmar ou não suas informações a esse respeito tornaram-se tarefa bastante difícil em Antares. As pessoas tem muita dificuldade em falar sobre a movimentação e as relações do tráfico nos dias de hoje, a não ser ao acusar esta ou aquela liderança comunitária de envolvimento, em uma clara postura política de desmoralização. Falar do passado é quase impossível, a separação entre política e drogas é o discurso das antigas e novas lideranças locais.

Procurar o afastamento aparece como uma das táticas de Auxiliadora, contrária ao caminho traçado por atuais lideranças que dizem ser mais do que necessário sentar e ‘dialogar’ com o tráfico de drogas local, como já foi exemplificado.

³³⁴ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 05 de abril de 2005.

³³⁵ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004

A ex-presidente justifica o respeito aos limites de cada um com os trabalhos que sua gestão desenvolveu dentro de Antares. Neste momento surge até mesmo o traficante com papel de defensor da Associação, aquele que vê os resultados sociais de uma política desenvolvida e passa a tomar partido de determinados setores políticos dentro do local, mas sempre observando seu lugar de fora da Associação.

porque a gente não caminhava junto. Nego ia lá falar com eles que eu tava fazendo isso, aquilo, não sei o quê lá, pra eles me matar(sic.), a oposição, eles diziam, “A tia não. Quem vai ‘ralar peito’ daqui é você. Porque a tia só traz pra cá”, entendeu?³³⁶

4.5 Conclusão

Antares surge neste momento como exemplo da dificuldade em se construir a história de uma Associação de Moradores somente através de fontes orais dos sujeitos da pesquisa. Isto é dito por ter sido de extrema valia a abertura do leque de entrevistas. Elas não foram realizadas somente com a então presidente, mas com pessoas que estiveram a seu lado na direção da entidade, moradores fundadores da Associação e ex-diretores de diferentes períodos. O objetivo era também traçar um perfil (do ponto de vista das (ex)lideranças políticas locais) da ex-presidente Maria Auxiliadora Rocha. Tivemos dificuldades pelo número de versões, cada pessoa com que tínhamos contato nos apresentava uma estória diferente. Baseamo-nos nas datas presentes no registro de atas para nos orientarmos.

A saída de Auxiliadora da Associação, motivada por uma denúncia de corrupção feita por um diretor seu, não foi comprovada por testemunho, foi contada por algumas pessoas que ouviram a estória. Não encontramos pessoas que tivessem tomado parte no acontecimento. Auxiliadora, ao não apresentar tal caso à sua biografia, pode estar fugindo de uma mancha em

³³⁶ Maria Auxiliadora Rocha, entrevista realizada em 09 de janeiro de 2004.

seu passado ou simplesmente, isto não aconteceu, apesar de estar bem vivo na memória dos moradores do conjunto. De qualquer forma, ela cita o envolvimento de um diretor seu em casos de corrupção no final de seu mandato e também justifica sua saída por este acontecimento. Não conseguimos evidências de sua participação ou de seu diretor no caso, mas ao parece, houve um caso de corrupção no final de seu mandato que motivou sua saída, forçada ou não, do Conjunto. Independente de sua participação, sua biografia ficou manchada no local.

Sobre a venda das casas onde localiza-se a Associação, não confirmamos a venda da sede após 1984, quando foi conseguida a sede após doação da CEHAB. As atas, datadas entre 1984 e 1988, ano em Auxiliadora saiu da AMCRA, não indicam a ausência de sede ou a venda das casas.

Em relação ao tráfico de drogas, não encontramos relações com a Associação, o que aconteceria pelo ainda incipiente desenvolvimento deste comércio no Conjunto. Os chamados “donos” não eram traficantes e sim assassinos e assaltantes. No final do período de Auxiliadora, o tráfico já se desenvolvia, mas, pelo relato da ex-presidente, não envolvia-se com a AMCRA. Esta falta de envolvimento não foi questionada por nenhum de seus opositores. Discutir a relação entre a Associação e o tráfico de drogas foi uma tarefa difícil, poucos tem coragem e vontade de falar. Baseando-nos nos poucos relatos conseguidos, consideramos remota a possibilidade de envolvimento entre Auxiliadora e o tráfico. Por outro lado, ela acusa um de seus diretores de envolver-se com traficantes neste período final, porém, não consideramos esta relação por não indicar interesse de traficantes na entidade e sim uma relação com um membro da diretoria, independente de seu cargo ou de sua função.

Com a saída de Auxiliadora, tornou-se impossível para ela rebater as acusações de que era vítima, caso houvesse o interesse ou a verdade fosse outra. Consolidou-se a versão

negativa a respeito de sua gestão, passando de pessoa para pessoa, em uma memória coletiva consolidada e difícil de ser questionada sem a presença de uma testemunha participante do fato.

O período é positivo, sem sombra de dúvidas, serviços entraram no Conjunto, como o Posto de Saúde, outras benfeitoria, como hidrômetros e luz não puderam ser confirmadas por ausência de dados nas companhias responsáveis. A participação de Auxiliadora no PDT possibilitou as conquistas do período, sua aproximação com lideranças do partido permitiu-lhe a barganha com representantes do governo, havendo, ao lado das conquistas para o Conjunto, a mobilização política favorecendo o PDT.

5 - Conclusão

As razões que me levaram pela primeira vez até Antares e Santa Marta foram bastante diferentes: à favela da zona sul da cidade foi o lazer, a facilidade em entrar e a diversão garantida, sem falar na segurança. Ao Conjunto de Antares foi o trabalho junto a jovens moradores, que logo nos primeiros encontros propuseram a construção de um projeto onde a história do local fosse contada. No período pesquisado (1983-1987) tivemos em Antares três presidentes na associação de moradores e dois no Santa Marta. Em Antares foram eles:

1983-1984 - Luciano Campos (reeleição)

1984-1985 - Miguel

1985-1988 - Maria Auxiliadora Rocha

Em Santa Marta os dois presidentes foram:

1982-1985 - Itamar Silva

1986-1988 - Gilson Cardoso

De fato, poderia ter sido mais proveitoso se, ao invés de falarmos com Itamar, tivéssemos falado com Gilson por este ter estado na Associação de Moradores durante o mesmo período que Auxiliadora esteve em Antares. Por outro lado, não foi possível a localização dos ex-presidentes. Luciano Campos faleceu no início da década de noventa e Miguel mudou-se para Arraial do Cabo. Apesar de Auxiliadora ainda ter contato com eles, não foi possível o encontro ou uma conversa já que não se dispôs a conceder entrevista ou a falar a

respeito de Antares, mesmo por telefone.

As histórias tão diferentes, mas que em alguns momentos aproximam-se, impulsionadas principalmente quando falamos de violência e exclusão, poderiam ser citadas como a razão principal para a escolha destas duas localidades para a pesquisa que aqui concluo. As dificuldades que se apresentaram em relação ao tráfico foram as esperadas, mas a inexistência de tráfico em Antares no período foi uma grande surpresa.

Santa Marta tem em seus setenta anos de história, um longo caminho de lutas apoiado na abastada Igreja Católica, na figura de seus setores mais progressistas. Entre os anos quarenta e cinquenta, seus moradores mobilizaram-se para evitar ações de despejo, uma delas movida por uma imobiliária proprietária de parte do terrenos onde localizam-se os primeiros moradores. Importa ressaltarmos que a principal orientação dada aos moradores veio da Congregação Mariana Nossa Senhora das Vitórias, que resultou na desistência definitiva da imobiliária na tentativa de despejo dos favelados. Não temos, inclusive já que não foi objeto de nossos estudos, informações a respeito da inclusão da favela do morro de Santa Marta nos planos de remoção iniciados na década de sessenta, mas supomos que até mesmo o afastamento da Fundação Leão XIII da favela seja resultado da incisiva participação de outros setores da Igreja no local.

Entre o início da história de cada uma das localidades existe um período de trinta anos. Porém é correto afirmarmos que a construção da identidade política dos moradores de Antares tem idade próxima à dos moradores do Santa Marta, já que os primeiros moradores do conjunto são oriundos de remoções de favelados da zona sul. Remoções essas evitadas pelos moradores da favela de Botafogo. Ainda na gestão de Itamar Silva era possível ver a Associação de Moradores do Morro de Santa Marta (AMMSM) mobilizando pessoas para um protesto contra o assassinato de um jovem pela polícia ou mesmo para participarem de

mutirões³³⁷. No pleito em que foi eleito presidente da AMMSM, estiveram presentes 817 moradores da favela, um pouco mais de vinte por cento do total de moradores³³⁸. Um número representativo, se comparado aos sessenta moradores que elegeram “por aclamação” Maria Auxiliadora Rocha presidente da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares (AMCRA) num universo de 12 mil moradores no período. O que desejamos aqui é ressaltar de que forma o histórico de cada uma destas localidades influenciou seus caminhos na política comunitária envolvendo a coletividade. O sentimento de derrota resultante de uma remoção e de uma readaptação iniciada com inúmeros pontos negativos, o primeiro deles sendo a perda da sociabilidade construída através dos anos na favela de origem. Este fato é uma característica das remoções, provocado pelo fato de que a ida das pessoas para os conjuntos dava-se de acordo com sua renda e não do local onde moravam anteriormente. Isso ocasionava a perda da sociabilidade anterior³³⁹.

Antares tem uma característica ainda mais perversa. Por ser uma unidade provisória, teria passado por vários processos de ocupação, além de várias invasões. Conversas informais com funcionários da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) que trabalharam da primeira ocupação do conjunto em janeiro de 1975, deram relatos acerca de tentativas de manter em Antares aqueles que não tivessem condições de arcar com o pagamento das unidades habitacionais em conjuntos regulares³⁴⁰. A inadimplência em relação ao pagamento das casas já era um fato que colocava o processo de remoção em questão. Tentou-se fazer um levantamento entre os moradores de Antares que tivessem condições de pagar por uma casa, transferindo-os para unidades que seriam desocupadas por antigos removidos em dívida com o

³³⁷ Itamar Silva, entrevista realizada em 10 de abril de 2003.

³³⁸ PEPPE, 241.

³³⁹ Cf. ZALUAR, 1994: 71.

³⁴⁰ Registradas em Caderno de Campo em 16 de fevereiro de 2004.

governo estadual. Como podemos observar em Valladares, boa parte da inadimplência levou os removidos de volta às favelas e mais tarde a um processo de favelização e marginalização dos conjuntos habitacionais³⁴¹. Após as sucessivas ocupações não-oficiais e da venda das unidades de triagem, tais como o Conjunto de Antares, veio o período de invasões. Cada morador de Antares tem uma estória para contar sobre sua ida para o Conjunto, poucos têm certeza da origem do local de onde vieram e poucos são aqueles que lá residem desde 1975. É uma história difícil de ser montada.

A divisão dos espaços nas favelas cariocas denotam uma hierarquização nas localidades deste tipo. No Santa Marta e em Antares, não poderia ser diferente. Na favela da zona sul, a primeira parte a ser ocupada, o pico, caracteriza-se por ser a parte mais pobre do morro, com casas de madeira que equilibram-se sobre pedras e frágeis talas de madeira que fingem dar proteção. Pelos relatos de Itamar, a favela parou de crescer na mesma proporção que antes. Em Antares, ao contrário, as partes mais desprovidas economicamente são aquelas surgidas nas últimas invasões e já fogem da caracterização de conjuntos habitacionais: as casas são em madeira, um único cômodo ou possuem os tijolos à mostra, seguindo o perfil das demais favelas cariocas.

Pouco ou quase nada traz pontos em comum entre Antares e Santa Marta, se fizermos uma análise rápida e à distância. O plano conjunto habitacional à beira da rede ferroviária contrasta-se com o morro íngreme que de qualquer ponto um pouco mais alto dá ao visitante uma bela vista do Cristo Redentor e até da Baía de Guanabara e do Pão de Açúcar. Aos pés do Santa Marta, a rede rodoviária oferece a seus moradores ônibus para toda a zona sul e para o centro da cidade, onde é possível chegar em menos de 15 minutos. Ao contrário, moradores de Antares, não levam menos de duas horas para chegar à Botafogo, podendo ser necessárias até

³⁴¹ VALLADARES, 1978: 80.

três conduções. O distanciamento do centro da cidade figura também como um fato que dificulta a empregabilidade dos moradores do conjunto em locais distantes da zona oeste. Porém, na região em que se localiza, o fato de morar em Antares também dificulta a possibilidade de conseguir um emprego. Antares tornou-se sinônimo de violência e seus moradores são vítimas do preconceito por ali morarem. Já Santa Marta conquistou, no decorrer dos anos e em suas relações com poderes supra-locais, a possibilidade de emprego nas redondezas para seus moradores. Apesar do preconceito por ser morador de favela, este estigma tem sido combatido e vencido por alguns moradores do Santa Marta nos bairros vizinhos de Botafogo e Humaitá. Esta marca ainda faz parte do dia a dia dos moradores de Antares. É fácil andar pelas ruas do conjunto e ver nas biroscas ou perto das bocas de fumo homens com mais de trinta anos, desempregados e entregues à ociosidade, assim como jovens mulheres com menos de vinte anos e que já tem seus filhos para criar. Conheci uma jovem de 23 anos que estava grávida de seu sexto filho. Solteira, dependia financeiramente de seu pai, um viúvo de mais de setenta anos e alcoólico. Não estamos aqui pretendendo colocar que os moradores do Santa Marta não passam pelas mesmas dificuldades - é claro que passam por situações semelhantes. Mas o distanciamento e a situação a que foram expostos os removidos para Antares e todas as demais populações que para lá se deslocaram agravaram o quadro de abandono observado na grande maioria das favelas e conjuntos habitacionais populares da cidade.

Pudemos observar nas ações de todos os envolvidos na pesquisa a aplicação de táticas ou estratégias. Examinemos caso a caso. As duas lideranças pesquisadas tem uma histórico de militância anterior ao trabalho nas Associações de Moradores, desde o movimento de 1964 até o fortalecimento do movimento negro no final da década de setenta. Auxiliadora tem em sua biografia uma grande aproximação com movimentos de esquerda, mas não teve participação

alguma no processo de abertura política, fim do período que a levou para a prisão. Dados como a participação de Auxiliadora e sua prisão não puderam ser apurados, aqui residindo somente a versão dos depoentes. Sua vinda para o Rio de Janeiro seria o resultado de seus desentendimentos com seus pais, vítimas de uma política coronelista existente na região onde morava. Curioso como mais de vinte anos depois ela seria ativa participante de um desdobramento do coronelismo, o clientelismo. Por outro lado, temos Itamar, que sempre trabalhara no Santa Marta em pequenas ações comunitárias e ao lado de seu pai dirigia um bloco carnavalesco local, o Bloco Carnavalesco Império de Botafogo. Ele assumira o cargo com menos de vinte anos, ainda em 1975/76. Pouco tempo depois freqüentaria reuniões do Movimento Negro Unificado, onde ficaria pouco tempo. Logo após fundaria o jornal O Eco, um dos principais símbolos, senão o principal, da renovação do movimento comunitário local e, quem sabe, da cidade.

O discurso de Itamar sempre primou pela inserção do morro à cidade, procurando a partir de direitos básicos de sobrevivência o diálogo entre as diferentes realidades existentes no Rio de Janeiro. Não pude perceber no discurso de Auxiliadora a mesma preocupação. Itamar tem em sua biografia atuações em diferentes pontos, desde o movimento negro até a ação em ONGs de caráter social, econômico e judiciário, como a Fundação Bento Rubião e o Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Estas atuações o preparam politicamente para sua ação comunitária, hoje através do grupo Eco. Auxiliadora atualmente é diretora de uma ONG chamada Sagrada Família que faz doações de roupas e alimentos a famílias pobres e nos finais de ano participa da campanha 'Natal sem Fome'. Apesar de ser uma mulher negra, em nenhum momento esta realidade surge em seu discurso, sendo completamente ignorada em sua biografia. A atuação limitada à militância político-partidária e finalizada com seu afastamento do Partido Democrático Trabalhista (PDT), data seu discurso e o restringe à valorização de

fatos restritos à ação da associação em Antares, pouco preocupando-se com uma relação entre conjunto e cidade ou Estado. Não podemos ignorar que o tipo de militância exercido por Auxiliadora nos anos oitenta, o papel de liderança comunitária dentro do PDT, não foi pautado por uma preparação dos quadros para assuntos complementares à militância política. Itamar Silva, nascido, criado e ainda morador do Santa Marta, não pensa em mudar-se. Seu pertencimento àquele local sobrepõe-se aos anos em que lá reside. Está em sua fala e em sua militância político-comunitária, baseada no desejo de levar a seus vizinhos a possibilidade da criação de um novo olhar sobre aquele meio. Ganhos e perdas nos anos de sua gestão como presidente basearam-se, no nosso entender, claramente no caráter autônomo e independente adotado pelo grupo Eco, buscando romper com o histórico clientelista e com as práticas individualistas observáveis anteriormente.

Mineira, Auxiliadora veio para o Rio de Janeiro no início da década de sessenta, mas somente após vinte anos mudou-se para Antares. Menos de uma década depois de lá saiu, após uma confusa passagem pela Associação de Moradores. O sentimento de pertencimento a Antares, produto de um projeto remocionista, provavelmente teve sua construção e desenvolvimento dificultados e refletiram nas gestões da Associação de Moradores uma desconexão entre interesses pessoais e coletivos. Além disso, por uma curiosa ‘coincidência’, não encontramos nenhum ex-presidente morando no local. A regra observada é a saída do conjunto pouco depois de deixar a AMCRA. A data de saída de Auxiliadora é mais um ponto em aberto no histórico de Antares. A versão dos moradores dá conta da sua expulsão. Sua saída da Associação está datada em ata em 1988. Sua militância no PDT foi mais intensa que sua militância na AMCRA.

Em comparação com Itamar e sua militância político-partidária, são práticas bastante diferentes. Assim como Auxiliadora, Itamar, ainda no início dos anos oitenta, filiou-se a um

partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT). Um núcleo deste partido foi aberto no Santa Marta, atraído pelo interesse eleitoral, mas a prioridade dada pelo grupo Eco às necessidades específicas dos favelados fez com que fossem respeitados e separados os dois interesses: o comunitário e o partidário. Certo amadurecimento político do grupo também contribuiu para que fosse possível a identificação da incompatibilidade entre as duas realidades e, conseqüentemente, evitar que o discurso que começava a se criar fosse substituído por outro, o político-partidário.

No que diz respeito às relações com o PDT, as posturas são contrárias e resultaram ou em grande número de benfeitorias (em Antares) ou em dificuldades na implantação de projetos ou até na morosidade em finalizar os iniciados (Santa Marta).

Por outro lado, a autonomia reivindicada por Itamar para a favela que representava resultou em uma respeitada trajetória na militância comunitária, uma referência quase que obrigatória em pesquisas sobre o período e o tema. Já no caso de Auxiliadora, afastada de seu antigo local de militância, é mal vista entre os antigos vizinhos e pouco conhecida entre as lideranças de fora da zona oeste do período. Embora as versões a respeito de sua gestão sejam muitas, informações e dados sobre ela são sempre maldosos, ofensivos, negatizando sua gestão. O interesse em saber se eu a tinha encontrado giravam em torno de perguntas sobre sua condição financeira. Alguns até afirmaram, sem saber que eu havia conversado com ela algumas vezes: “Aquela ali deve estar muito bem de vida.” Referências à corrupção de suas gestão como presidente foram inúmeras e estão nas entrelinhas de afirmações como a colocada acima. Mas após quase vinte anos de seu afastamento, denúncias de desvio de verbas (nunca apuradas ou levadas ao conhecimento das autoridades competentes) se reais, pouco do montante restou. Nossa ex-presidente reside em uma modesta casa no subúrbio carioca.

As vantagens conquistadas pelas lideranças que se aproximavam do PDT, o acesso facilitado aos altos escalões do governo possibilitavam investimentos em tais áreas. Assim se deu em Antares, de acordo com o depoimento de Auxiliadora. Os ganhos materiais pessoais, que antes davam-se através de trocas diretas entre políticos e lideranças, passaram a acontecer através do desvio de verbas. Em Antares ouvimos denúncias deste tipo envolvendo não somente Auxiliadora, como dito anteriormente, mas vários ex-presidentes da AMCRA, com detalhes e valores em dinheiro, mas que jamais foram além de denúncias em períodos de eleições na Associação.

Independente das diferenças ou semelhanças nas trajetórias e perfis de Itamar e Auxiliadora, em importante ponto a ser valorizado pelo governo estadual era a filiação partidária. Em uma conversa informal com um ex-funcionário do governo que trabalhou no cadastramento de famílias para o programa “Cada família, um Lote”, era sabido e notório dentro do governo quais os critérios adotados para a escolha dos locais a receberem as benfeitorias. O primeiro e principal era a proximidade política com o governo, de preferência concretizada na filiação ao PDT. Desta forma, a militância de Auxiliadora ofereceu ao PDT de Leonel Brizola a possibilidade de uma base política que girava em torno de 12 mil pessoas.

Temos dois perfis de lideranças comunitárias que a partir do início da década de oitenta surgem no cenário político associativista com duas práticas que caracterizam não somente os caminhos que lideranças comunitárias encontravam para serem traçados, mas a prática mais ‘valorizada’ pelo governo estadual.

Por um lado existe a manutenção de uma forma de política que foi muito utilizada no Estado nos anos setenta, o clientelismo. Durante o governo de Chagas Freitas, a aproximação entre governo estadual e líderes de bairros populares e/ou favelas dava-se prioritariamente em períodos eleitorais e as trocas de favores aconteciam beneficiando os locais com maior

potencial eleitoral, resultando em médio prazo em verdadeiras áreas de controle político. Este controle continuava acontecendo enquanto a liderança ligada ao político mantivesse sua influência sobre aquela população ou até este político ter influência dentro do partido do chefe do governo estadual. Tal prática não é característica somente deste período e sim de toda a relação entre governo, favelas e bairros populares. Pudemos discorrer a este respeito no Capítulo 2 deste trabalho.

Por outro lado, havia aquelas lideranças que olhavam criticamente a nova política clientelista, buscando um rompimento e a construção de uma nova prática que se nortearia pela autonomia de ação e pelo olhar crítico em relação às políticas voltadas para áreas faveladas e mais pobres. Este grupo que esteve em parte na direção da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) no início deste período da década de oitenta, chamado por alguns de ‘novo associativismo’ teve este perfil. E alguns dos principais representantes estavam à frente da AMMSM. A filiação partidária também existia, mas não representava militância na favela, a não ser em períodos eleitorais, caracterizando-se pela desvinculação entre partido e associação de moradores. Mas o entendimento da escolha entre os diferentes caminhos que delineavam-se à frente das duas lideranças aqui pesquisadas passa pelo perfil de cada um e pelo seu histórico.

O governo do Estado tinha clara sua estratégia em relação às favelas: a aproximação direta com eleitores em potencial. A incorporação do discurso dos favelados (identificação) e a possibilidade de oferecer serviços em troca de áreas de influência (cooptação) levaram presidentes de associações de moradores de favelas para os corredores da administração estadual. A relação entre as secretarias de governo e as favelas nunca havia sido tão próxima. No Santa Marta, a postura política adotada pela diretoria da Associação de Moradores foi de não se curvar a tal tipo de barganha. Se haviam programas para as favelas, eles deveriam

chegar ao Santa Marta, independente de cooptação política. A tática de Itamar Silva foi manter a relação com o governo o mais amigável o possível, com caminhos abertos para melhorias no morro. Porém, com a independência da AMMSM mantida.

No Conjunto Residencial Antares, esta relação aconteceu de forma diferente. A presença de Maria Auxiliadora no PDT foi usada por ela de forma a levar serviços e programas para Antares, além de conseguir benefícios como vagas para mão-de-obra em obras estatais fora do conjunto. Havia uma forte dependência entre a AMCRA e o governo estadual. A tática era manter a aproximação para levar ao Conjunto o que fosse possível.

O histórico da relação entre favelas e governos pode ser caracterizado pela exclusão dos moradores de favelas na elaboração de políticas públicas voltadas para estas localidades. Boa parte destas políticas tiveram como objetivo a retirada destes locais das áreas mais valorizadas, como centro e zona sul. A urbanização tornou-se de fato uma possibilidade apenas no final da década de 1970, mas veio acompanhada do clientelismo, pela troca de favores – cabos eleitorais oferecem apoio eleitoral a candidatos que prometem serviços públicos através de sua influência sobre o governo. Com a entrada de Leonel Brizola, a prática modificou-se um pouco. Os cabos eleitorais foram substituídos pelos representantes oficiais das favelas: as associações de moradores, e a “troca” não seria feita através de políticos ligados ao partido do governo somente, mas, principalmente pelas secretarias de governo. Isto resultou em uma grande cooptação das lideranças comunitárias e grande apoio de moradores de favelas a Leonel Brizola.

Desde a sua fundação no final da década de setenta, ou até mesmo desde seu registro oficial, em 1981, pode-se observar na história da Associação de Moradores de Antares uma prática facilmente classificável como clientelista. Desde a aproximação com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) até os vínculos com o PDT, o conjunto teve e

ainda tem em sua prática política o uso do clientelismo como tática. O objetivo tem sido desde a década de oitenta o de oferecer ao conjunto benfeitorias que não vão além da conquista de serviços básicos, como água e luz. O fato de Antares ser um caso especial entre os conjuntos habitacionais e não ser considerado uma favela, dá aos políticos poderes para oferecer aos seus moradores favores não facilmente realizáveis, como a posse das casas, por exemplo. Adaptar Antares aos padrões necessários para que seja incluído entre projetos sociais ou de obras também têm sido uma das tarefas mais árduas entre seus (ex-) presidentes. O atual presidente me disse: “Como é que eu provar que isso aqui é uma favela? É só olhar!”³⁴². Auxiliadora, em uma primeira conversa, falou que ‘tentara’ fazer o conjunto virar uma favela para facilitar a entrada de serviços públicos no local. A situação de Antares é ímpar. Por ser uma unidade de triagem, a passagem dos que ali estavam deveria ser rápida, não havendo a necessidade de dar a seus moradores a posse das unidades ou mesmo realizar um cadastro entre os que ali estavam com seus endereços provisórios ou o número de pessoas que habitavam cada casa. Aquelas pessoas só passariam a existir para a CEHAB a partir do momento em que fossem novamente transferidos para conjuntos em condições de recebê-los. Como isto nunca se deu, os moradores de Antares nunca existiram para a CEHAB. Daí a grande dificuldade que encontramos para coletar dados junto à Companhia de Habitação sobre o conjunto. Até hoje, os únicos dados encontrados foram o número de casas (2682) e a data de ocupação (10/01/1975)³⁴³. A sensação é a de que o Conjunto Residencial Antares não existe para esta instituição.

A atuação do clientelismo chaguista que em Antares esteve presente na diretoria da Associação de Moradores apenas no início da década de oitenta, na zona sul traduziu-se em

³⁴² Caderno de Campo, 30 de janeiro de 2004.

³⁴³ Conseguídos em visita à Companhia em 16 de fevereiro de 2004.

votos nas eleições de 1978. Na escolha dos deputados federais, a população do Santa Marta deu aos candidatos chaguistas 63% de seus votos³⁴⁴. Mas nada seria comparável aos surpreendentes 79% dos votos obtidos na favela para os novos membros da Assembléia Legislativa Estadual³⁴⁵. Mesmo que não houvesse uma participação ativa de membros da diretoria das associações no partido do ex-governador Chagas Freitas, o clientelismo característico de sua gestão esteve presente no Santa Marta. Por outro lado, a 25ª Zona Eleitoral, que compreende Santa Cruz e, conseqüentemente Antares, somou para as correntes chaguistas nas mesmas eleições, 87% e 93%, respectivamente, para a Câmara Federal e para a Assembléia Estadual³⁴⁶.

As duas localidades tem em comum o fato de possuírem, a partir do início da década de oitenta em suas associações de moradores presidentes filiados a partidos políticos. A diferença entre as gestões de Auxiliadora e Itamar reside no fato de, em Antares, a presidente utilizar sua militância política para conseguir benfeitorias para o conjunto. Por outro lado, Itamar parece nunca ter usado sua condição de militante do Partido dos Trabalhadores para tentar uma aproximação com qualquer órgão governamental, assim como nunca utilizou a máquina ou o nome da entidade que representava para promover o partido ao qual fazia parte. Ao contrário de Auxiliadora, que não somente aproximou ao máximo que pode sua influência no partido à Associação de Moradores, como fez uso da máquina associação para fazer campanha de candidatos do PDT. Um exemplo claro disso é o fretamento de ônibus pela Associação de moradores do Conjunto Residencial Antares (AMCRA) para comícios do PDT³⁴⁷. Devemos ainda analisar os resultados de tais posições políticas. Por um lado, a tática de se utilizar de um

³⁴⁴ DINIZ, 1982: 80.

³⁴⁵ DINIZ, 1982: 83.

³⁴⁶ DINIZ, 1982: 74.

³⁴⁷ Registrado em caderno de campo em 10 de abril de 2003.

perfil militante e fiel ao 'líder' teria dado à Auxiliadora a possibilidade de levar ao seu local de moradia e militância benfeitorias nunca antes alcançadas, assim como afastar por algum tempo Antares do esquecimento. Por outro, temos um período rico internamente para o Santa Marta, onde a Associação de Moradores conheceu seu real potencial mobilizador e incentivador da ação comunitária. Porém não obteve lucros concretos em meio ao grande número de projetos voltados para favelas que estavam sendo oferecidos pelo governo estadual.

Esta característica independente, decidida internamente pelo grupo Eco, que ficaria à frente da Associação por mais uma gestão, formou-se em um momento em que grupos no morro começavam a olhar para suas potencialidades. O final da década de 1970 foi um período rico politicamente, onde a abertura política oferecia aos jovens possibilidades de atuação política. Aqueles jovens favelados decidiram que valorizar a localidade em que viviam seria um primeiro passo. Passaram a analisar e a questionar o que acontecia na Associação de Moradores, iniciando o caminho que os levaria à diretoria da AMMSM. No mesmo período, em Antares, poderíamos observar a movimentação política que oficializaria a AMCRA. Pelos relatos ouvidos no Conjunto, esta movimentação não teria sido motivada por interesses partidários. A partir da entrada de Auxiliadora em 1985, este quadro seria alterado, configurando-se uma grande aproximação com o partido do governo, não de todos os diretores da Associação, mas de forma explícita da presidente.

Antares representa neste trabalho a concretização da política de aproximação entre Leonel Brizola e as camadas populares do Estado. A aproximação entre Auxiliadora e o partido do ex-governador abriria em Antares, a partir de então de forma mais explícita, uma 'era' caracterizada por uma relação mais estreita com os poderes públicos estadual e municipal. Podemos observar a partir do histórico feito desde a gestão de Auxiliadora até os dias de hoje que a troca de favores entre a AMCRA e setores dos governos é uma prática que viabiliza a

realização de uma série de benfeitorias no local.

Para Auxiliadora, um possível retorno à militância política configurava-se com a volta de Brizola ao país. Independente do partido, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou PDT, o então candidato a governador simbolizava uma renovação no cenário político nacional. Inserida em um novo contexto social, agora moradora de um conjunto habitacional na zona oeste da segunda principal cidade do país, a volta de Brizola a impactou com o caráter popular das propostas que trazia. Quase que imediatamente, colocou-se à disposição do partido como militante para, através da ação comunitária ainda a ser iniciada, promover a nova política trabalhista e de caráter popular que surgia. Eram dois retornos ao cenário político, o de Auxiliadora com um caráter de renascimento, já que quase vinte anos a separavam do passado político. O de Brizola apresentava o mesmo caráter, mas era envolto por uma expectativa de renovação, visto o papel que o ex-governador representava naquele contexto político de abertura. Auxiliadora, ao aproximar-se da nova corrente política que surgia, apoiada no simbolismo que a figura de Brizola trazia, concretizava os projetos idealizados pelo ex-governador.

A estratégia desenvolvida pelos traficantes durante os anos oitenta, na maioria das favelas, era fazer das associações de moradores áreas onde pudessem ampliar sua atuação, ter o controle das ações do governo na localidade e estender ainda mais sua vigilância sobre os moradores. Tanto Antares quanto Santa Marta tem um histórico de localização estratégica para o tráfico de drogas e esta importância deu-se em períodos diferentes. As realidades destas duas localidades são diferentes, assim como seus papéis para a organização do tráfico de drogas e para o governo estadual. Desta forma, observamos atuações diferentes de traficantes e um comércio de drogas pouco organizado, quando existia algum. A atuação das polícias sempre foi a mesma, assim como sua relação com os moradores das localidades. Desde a década de

oitenta, guerras entre facções colocaram a favela encravada aos pés do Cristo Redentor nas páginas policiais. Ao lado da Rocinha, o Santa Marta figurava nos anos oitenta entre as principais favelas fornecedoras de cocaína para a zona sul carioca. Sua cocaína era conhecida como uma das mais puras da cidade e a venda corria paralela a festas na quadra da escola de samba e a forrós voltados para os moradores locais, em boa parte nordestinos³⁴⁸. Até o início dos anos noventa, o tráfico de drogas no Santa Marta localizava-se no que ainda poderia ser chamado de ala independente do tráfico. O crescimento do Comando Vermelho ainda não atraía os chefes da favela da zona sul e o Terceiro Comando não poderia ainda ser considerado uma força.

Enquanto isso, em Antares, as informações sobre o tráfico eram muito escassas e as guerras entre traficantes na zona oeste nunca garantiram aos jornais boas vendagens, o que dificultou a pesquisa nos periódicos. Conversas com moradores, registradas em caderno de campo, davam conta de uma pequena movimentação no início da década de 1980. Somente no final desta década, com o crescimento do Terceiro Comando (TC) na zona oeste (área ainda pouco explorada pelo Comando Vermelho - CV), Antares começaria a desenvolver seu potencial como uma ilha do CV no meio do poder do TC. No Santa Marta, assuntos mais delicados são tratados com bastante cuidado, quando o são. Saber dados sobre o tráfico de drogas durante os anos iniciais da década de oitenta apresentou-se como a tarefa mais difícil de toda a pesquisa no local. Tivemos que nos reportar a periódicos e a alguns trabalhos acadêmicos, montando um quebra-cabeças que a princípio bastou-nos para entender o papel do traficante naquele momento político e para as devidas análises comparativas com Antares. Lá, os primeiros passos desta estratégia puderam ser percebidos ainda em 1981, quando traficantes apoiaram uma chapa para as eleições. Mas somente obtiveram sucesso em 1989. O aumento

³⁴⁸ Cf. BARCELLOS, 2004 : 79.

do espaço de influência sobre os moradores foi paralelo à organização do grupo de traficantes na favela. Não temos dúvida de que o período em que Gilson Cardoso esteve à frente da Associação de Moradores (1985-1988) foi conturbado. A partir de 1987, com nova liderança estabelecida, o grupo de traficantes passou a desenvolver interesses no espaço da Associação de Moradores e a ‘preparar’ um possível candidato às eleições de 1988. Não foi difícil “conquistar” votos e ganhar a presidência da AMMSM nas eleições³⁴⁹.

Em Antares não conseguimos identificar uma organização voltada para o tráfico entre os bandidos do conjunto que pudesse ver na Associação de Moradores um espaço de ampliação de seu poder. Somente torna-se possível tal evento no início da década de 1990, quando Antares tornou-se ponto de referência entre traficantes da zona oeste. A falta de informações sobre o local e o medo dos moradores em falar do passado resultou em uma quase ausência de dados. Somente Auxiliadora, assim como Itamar aceitaram falar a respeito, mas limitando-se às relações ditas inexistentes entre as associações e os traficantes. Detalhes sobre atuações, dados sobre relações com moradores ou atritos em geral foram ignorados por nossas lideranças.

Não há indícios entre depoimentos e fontes escritas de envolvimento entre qualquer das duas Associações de Moradores e os grupos de traficantes nas localidades estudadas. Itamar e Auxiliadora argumentam de maneira semelhante ao valorizarem seu trabalho comunitário como a principal justificativa para manter os traficantes afastados das entidades durante suas gestões. Os espaços de atuação dos diferentes atores eram até aquele momento, pelo menos, respeitados e garantidos. O Santa Marta apresentou um dado diferenciado que é o apoio de traficantes a determinadas chapas nas eleições para a Associação de Moradores do Morro de Santa Marta (AMMSM) já em 1981, ano em que Itamar Silva chegou à presidência. Em

³⁴⁹ Cf. BARCELOS, 2004:

Antares, ao que parece, fatos como esse só começaram a acontecer a partir da década de noventa.

O que pudemos observar entre Auxiliadora e Itamar em suas relações com os poderes públicos é a diferença entre o ganho pessoal e o ganho de toda uma população, a personificação desta população ou a valorização do todo através de um grupo. Em algumas citações destas lideranças podemos perceber claramente a diferença de perfis e de práticas:

Eu convocava o povo para fazer assembleia, tudo era dividido com as necessidades das pessoas e a condição de eu levar ao prefeito e ao governador. (Auxiliadora)

O *nosso* projeto era exatamente, primeiro organizar aquela comunidade e garantir que ela tivesse voz, tivesse força para realmente transformar aquilo ali.
(Itamar)

Como é que *eu* ia conseguir as coisas sem os governantes? (...) teve alguém que *me* ajudou e quem *me* ajudou? Os poderes.
(Auxiliadora)

Vou estar sempre brigando por ampliar o espaço *da gente* na participação e também garantir autonomia em relação com quem quer que seja.
(Itamar)

Mesmo utilizando aqui somente duas citações de cada ex-presidente, podemos notar a forte presença da personalização ou da coletivização das ações efetuadas no período. São dois indivíduos que, naquele momento, participavam de grupos com projetos políticos. As semelhanças param por aí, o grupo Eco era de organização local, enquanto o outro, o PDT era de organização supra local. O Eco, apesar de ter entre seus membros fundadores pessoas de fora do Santa Marta, era e ainda é um veículo de mobilização interna, com projetos voltados exclusivamente para os habitantes daquela localidade. O PDT, como um partido político de abrangência nacional, tem um projeto político que vai muito além dos limites geográficos de Antares e tinha em Auxiliadora apenas uma de suas muitas militantes inseridas em movimentos

populares.

O papel desempenhado por estas lideranças nos grupos políticos a que pertencem (ou pertenciam) e nas localidades que representavam podem distanciar-se ou aproximarem-se, dependendo do tipo de análise que queiramos realizar. Neste momento, pretendemos basear nosso exame nos projetos de cada um destes grupos e na importância dada por eles a cada uma destas localidades.

As análises dos casos permite-nos o entendimento do uso anteriormente citado dos pronomes “eu” e “nosso”, do indivíduo e do coletivo, por Itamar e Auxiliadora, relacionando-o ao pertencimento àquelas localidades e de que forma este sentimento ajuda-nos a caracterizar as relações entre esses indivíduos e o espaço habitado.

REFERÊNCIAS:

FONTES PRIMÁRIAS:

Depoimentos transcritos:

Itamar Silva, em 10 de abril de 2003 e em 31 de abril de 2005.

Maria Auxiliadora Rocha, em 09 de janeiro de 2004, em 21 de janeiro de 2005 e em 05 de abril de 2005.

Antônio (nome fictício), em 05 de novembro de 2002.

Caderno de Campo, depoimentos registrados:

Anotações realizadas entre os dias: 03 de dezembro de 2002 e 21 de janeiro de 2005.

Caderno de Atas da AMCRA: reuniões realizadas desde 26 de julho de 1981 até 10 de abril de 1988.

PERIÓDICOS:

REVISTA ISTO É. *Sr. Metralhadora*. Entrevista concedida a Aziz Filho e Paulo César Teixeira. Disponível na URL <http://www.zaz.com.br/istoe/1584/politica/1584srmetralhadora.htm> Acesso em 07/05/2004.

JORNAL DO BRASIL. 30/09/1982, 13/10/1982, 18/10/1982, 25/10/1982, 26/10/1982, 13/12/1982, 19/01/1983, 16/03/1983, 22/05/1983, 06/07/1983, 29/08/1983, 06/01/1984, 15/03/1984, 07/04/1984, 13/02/1988. Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

ALMEIDA, Jorge Luiz Ferreira de. *Máquina Perversa: como produz pobres políticos*. Dissertação (Mestrado) - UFRJ/IPPUR, 2001.

ALVES FILHO, Francisco e FILHO, Aziz. *Paraíso armado – Interpretações da violência no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

ALVIM NETO, Francisco Cesário. *Discurso da Favela X Discurso do Estado: subsídios para planejadores predestinados a "salvação" da favela*. Rio de Janeiro: UFRJ/Coord. PPG Engenharia, 1979.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. O Cervantes de Goiás In Nossa História. Ano 1, n.2, dezembro 2003. Rio de Janeiro: FBN/São Paulo: Ed. Vera Cruz. Pp. 28-33.

- AMERICAN WATCH COMMITTEE. *Violência Policial no Brasil. Execuções sumárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: OAB - SÃO PAULO, 1987.
- AMMAN Safira. *Psicologia do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo, Cortez Editora, 1980 apud VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.
- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993.
- ARAÚJO, Maria Silvia Muylaert de. *Regularização fundiária de favelas - imóveis alugados: o caso do programa " Cada família, um Lote" no Rio de Janeiro*. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, v.7, n.195, abr./jun. ,1990. Pp. 26 - 35.
- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- BARBOSA, Sebastião. *Brasil; o país da impunidade*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado – o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BARREIRA, César e LINS, Daniel (org). *Poder e violência*. Fortaleza: EUFC, 1996.
- BASTOS, Maria Durvalina Fernandes; GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. *Sobre o caráter político das Associações de Moradores em favelas*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 15, dez. , 1994. Pp. 116-137.
- BECKER, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriori*. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e abusos da Historia Oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.
- BÉDARIDA, François. *Tempo Presente e presença da História* in AMADO, Janaina FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e abusos da Historia Oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.
- BITTENCOURT, Maria da Graça Cunha Moraes. *Representação política: abordagem crítica da teoria da delegação de poderes*. Rio de Janeiro [s.n.], 1988.
- BOSCHI, Renato Raul...[et al.]. *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____ (coord.). *Experiência comunitárias em assentamentos urbanos de baixa renda*. RIO DE JANEIRO: Dep. Est. Pesq. Aplicadas, 1981
- _____ (org). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1979.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CADASTRO DE FAVELAS. Rio de Janeiro: IPLAN, 1983.
- CAMPÍLONGO, Celso Fernandes. *Representação política*. São Paulo: Ática, 1988.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos/ Brasília: Ed. UnB, 1983.
- CARVALHO, Eduardo Guimarães de Carvalho. *O negócio da terra - a questão fundiária e a justiça*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1991.
- CARVALHO, Regina Maura R. de. *A expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro - década de 80*. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro. 1996.
- CAVALIERI, Paulo F. *Favelas cariocas: Mudanças na Infra-estrutura* In Paulo F. Cavaliere, ed., *Quatro Estudos*, Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1986 apud GAY, Robert. *Popular organization and democracy in Rio de Janeiro: a table of two favelas*. Philadelphia: Temple University Press: 1994.
- CDDH BENTO RUBIÃO. *Favelas e organizações comunitárias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *As políticas de segurança pública do governo Leonel Brizola*. Arché, ano 7, n. 15, 1998. Pp. 73-113.
- CERTEAU, Michel de *A invenção do cotidiano. 1 - Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A visão do historiador modernista*. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.
- CORREA, Carlos Humberto P.. *História Oral: (teoria e técnica)*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- DAHL, Robert Alan. *Análise política moderna*. Brasília: UnB, 1981.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Ed Vega, 1978.
- DELPIROU, Alain. *Coca Coke: produtores, consumidores, traficantes e governantes*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- DINIZ, Eli. *Favelas: associações e ação comunitária*. IUPERJ/Secretaria de Desenvolvimento Social do Município do Rio de Janeiro, 1981.
- _____. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DOWNEY, Luke. *Crianças do tráfico – Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2003.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992-2000.
- ESCOBAR, Antonius Jack Vargas. *Genealogia e Política* in RIBEIRO, Renato Janine(org): *Recordar Foucault - Os textos do Colóquio de Foucault*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- FAFERJ. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. *História da Federação das associações de favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ*. Coleção Temas Sociais, Rio de Janeiro, ano 15, n. 172, 1982.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *Violência e dominação: as favelas voltam à cena*. Sociedade e Estado, Brasília, v.10, n. 2, jul./dez., 1995. Pp. 417-438.
- FERRAZ, Hermes. *Violência urbana: ensaio*. São Paulo: SCORTECCI, 1994
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord), ABREU, Alzira Alves de...[et al.]. *Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994
- _____. *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994
- FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana*. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1985
- FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria (coord). *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1989.
- FONTES, Ângela Maria M.; COELHO, Franklin. *Urbanização de favelas e o projeto Mutirão: solução ou problema?* Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 36, n. 192, jul./set., 1989. Pp.40-60.
- FORTUNA, Afonso A. P. *Associativismo na favela*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro :1974.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir - a história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1998.
- _____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- GAY, Robert. *Popular organization and democracy in Rio de Janeiro: a table of two favelas*. Philadelphia: Temple University Press: 1994.
- GOLDAFARB, Delia C. Entrevista disponível na URL:

- <<http://www.comciencia.br/entrevistas/memoria/delia.htm>> Acesso em 05 de junho de 2005.
- GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; BASTOS, Maria Durvalina Fernandes; FERNANDES, Lenise Lima. *Patronage and political clientage in slums. "Local political system in favelas"*, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Gramsci: sobre poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. *O lento surgimento da história comparada*. In BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos - campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e Direitos Humanos: Polícia de Segurança Pública no primeiro governo Brizola (1983-1986)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados Básicos: IBGE – microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Cálculos – Convênio IPP /IUPERJ /IPEA e FJP – MG. Retirado de < <http://pnud.org.br/publicações> > acesso em 07/06/2005.
- IPLANRIO. Instituto de Planejamento Municipal. *Estimativa da população residente e o número de domicílios das favelas do Município do Rio de Janeiro*. IPLANRIO, Relatório Final, Rio de Janeiro, 1983.
- KNOX, Winifred. *Representação, participação e poder local: um estudo das relações de poder de uma favela através de suas lideranças*. Tese de Mestrado em Sociologia - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- LACOMBE, Marcelo Santos Masset. *A inclusão marginal e a cidade: o lugar da margem e os desencontros do Brasil urbano*. Dissertação (Mestrado) - IUPERJ, 1999.
- LACOUTURE, Jean. *História Imediata*. In LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LASSWELL, Harold. Dwight. *Poder e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1979.
- LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEEDS, Elisabeth e LEDDS, Anthony. *Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira - ameaças à democratização em nível local*. In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- LIMA, Robert Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- LOPES, Marcos. *Espaços da memória: fronteiras*. Cascabel: Edunioeste, 2000.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *A política na favela*. Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 9. n. 3, mai./jun., 1967. Pp.35-47.
- _____. *Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise*. Revista Sociologia e Política. Curitiba, 13, nov., 1999. Pp. 115-124.
- MAFRA, Clara. *Drogas e símbolos - redes de solidariedade em contextos de violência*. In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- MAMEDE, Alessandra Costa. *O samba e o trabalhismo no governo Getúlio Vargas (1930-*

- 1945). Rio de Janeiro: UERJ, Monografia, 2000.
- MARQUES, João B. Azevedo. *Democracia, violência e direitos humanos*. São Paulo: Cortez Ed. / Ed. Autores Associados, 1983.
- MARTINEZ, Carlos Abenza. *Legal: a legislação interna de uma comunidade marginal*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1989.
- MAY, Rollo. *Poder e inocência: uma busca das fontes da violência*. Rio de Janeiro: ArteNova, 1974.
- MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela como estrutura atomística: elementos descritivos e construtivos*. América Latina, Rio de Janeiro, v.12, n.3, jul./set., 1969. Pp 112-136.
- MENEZES, Antonio Rafael de. *Poder pedagógico de polícia*. [s.j. s.n.], 1988.
- MENEZES, Djacir. *Poder e legitimidade*. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro: 1975.
- MERQUIOR, Jose Guilherme. *Michel Foucault, ou o niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MIRANDA, Moema e MAGALHÃES, Paulo. *Reflexões a partir da Agenda Social*. Revista Democracia Viva, Rio de Janeiro, junho, 2000.
- MISSE, Michel. *Malandros. Marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- MOISÉS, Jose Álvaro...[et al.]. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982.
- MONTEIRO, Terezinha Josefa. *As associações de moradores da favela e o Serviço Social*. Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *Historia Oral e memória: a cultura popular revisitada*. SÃO PAULO: Contexto, 1992.
- MOREL, Marco. *Jornalismo popular nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.
- NORA, Pierre. *O acontecimento e o historiador do presente*. In LE GOFF, Jacques. *A nova História*. São Paulo: Ed. 70, 1993.
- NUNES, Guida. *Rio, metrópole de 300 favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Favela: resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes. 1980.
- OLIVEIRA, Jane Maria Souto de (coord.). *Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.
- OLIVEIRA, Solange Maria Luçan de. *Violência no Rio de Janeiro: desordem e caos social na Cidade Maravilhosa*. Tese - IUPERJ, 1995.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *A violência urbana e a Sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias políticas e linguagens e...* Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v.15, n.1, 1990.
- PANDOLFI, Dulce Chaves e GRYNSZPAN, Mario. *A favela fala - depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- PEARLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEPPE, Atílio Machado. *Associativismo e política na favela Santa Marta (RIO DE JANEIRO)*. Tese de Mestrado em Ciência Política - Dep. Ciência Política/USP, São Paulo, 1992.
- PEREIRA, Silvia Baptista da Silva. *O Serviço Social e a urbanização da favela do Jacarezinho*. Tese de conclusão do curso de Serviço Social - Instituto Social - PUC/RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 1965.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das policias militares*. In DAMATTA, Roberto. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- POLLAK, Michel. *Memória e identidade social* In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992 . pp. 200-212.
- PORTES, Alejandro. *Política habitacional, pobreza urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-1976*. Estudos CEBRAP 22. São Paulo, s.d., p. 153. apud VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.
- REVEL, Jacques. *História Ciências Sociais: uma confrontação instável*. In BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos - campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Diferenciação das condições de vida em favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, Observatório de Políticas Urbanas e gestão Municipal, 1997.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS /ARMAZÉM DE DADOS. Rio de Janeiro, 2004. 3 mapas, escala 1:10000.< <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>
- RIO DE JANEIRO (ESTADO). GOVERNADOR (1983-1987. BRIZOLA). *Bairros Populares e Favelas: prioridade do Governo Brizola*. Rio de Janeiro: Secret. Estado de Planejamento e Controle, 1983.
- _____. Governo Brizola: água e esgotamento sanitário para dezenas de favelas. Rio de Janeiro: CEDAE/SOMA, 1985.
- ROCHA, Altair. *Cidade Cerzida: a costura da cidadania no morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- RODRIGUES, José Augusto de Souza. *Imagens da ordem e da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em Sociologia - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1993.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.
- SALES, D. Eugênio de Araújo. *Solo Urbano*. Voz do Pastor – Mensagem do Cardeal Dom Eugênio Sales. Disponível na URL <<http://www.arquidiocese.org.br/paginas/v03082001.htm>> Acesso em 21 de maio de 2004.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Imagens da ordem, vertigem do caos: o debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90*. Arché, Rio de Janeiro, ano 7, n. 19, 1998. Pp. 41-108.
- _____. *Brizolismo, estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Espaço e Tempo, 1999.
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed UNESP, 1992.
- SHLUGER, Ephim. *Os caminhos da participação popular: uma reflexão sobre experiências em favelas cariocas*. Espaço & Debates, São Paulo, ano 4, n.11, 1984. Pp. 41-54.
- SOARES, Maria Terezinha Segadas. *Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do Município do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.51, n.4, out./dez., 1989. Pp.97-108.
- SOUZA, Alda. *Leonel Brizola*. Porto Alegre, Ed. Tche, 1985.
- SOUZA, Amauri de. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985.. Pp.161-171.
- SOUZA, Josinaldo Aleixo de. *Sociabilidades emergentes. Implicações da dominação de*

- 'matadores' na periferia e 'traficantes' nas favelas. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, Sully Alves (org). *Voto e representação: legalidade e legitimidade*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: a história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TONKIN, Elizabeth. *Narrating our pasts: the social construction of oral history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.
- VALLADARES, Licia do Prado e PRETECEILLE, Edmond. *Desigualdade entre os pobres in Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Artigo - IUPERJ.
- _____. *Passa-se uma casa*. Petrópolis: Vozes, 1978
- _____. (coord.). *Propostas urbanas para uma intervenção na favela: o caso do Rio de Janeiro; relatório final*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985.
- _____. *Associações voluntárias na favela*. Ciência e Cultura, v,29, n.12, dez., 1997. Pp 1390-1403.
- VOLDMAN, *Definições e usos*. In AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e abusos da Historia Oral*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1996.
- VONSIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Unicamp - Centro de Memória, 1997.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 1994a.
- _____. *Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios*. In VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. São Paulo: J. Olympio, 1994b.
- _____. *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- _____. *Da revolta ao crime S/A*. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In NOVAES, Fernando. *História da vida privada no Brasil*, V. 4, Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)